

Natura Cosméticos S.A.

*Demonstrações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 30 de Junho de 2011 e
Relatório sobre a Revisão de Demonstrações
Contábeis Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Natura Cosméticos S.A.
Itapecerica da Serra - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Natura Cosméticos S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação de tais demonstrações. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de julho de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2

NATURA COSMÉTICOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		06/2011	12/2010	06/2011	12/2010			06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	300.133	206.125	622.387	560.229	Empréstimos e financiamentos	14	181.968	60.086	347.835	226.595
Contas a receber de clientes	6	365.066	493.692	437.213	570.280	Fornecedores e outras contas a pagar	15	100.506	113.232	315.238	366.494
Estoques	7	191.407	185.092	675.251	571.525	Fornecedores - partes relacionadas	27.1	215.988	246.589	-	-
Impostos a recuperar	8	58.407	34.799	158.969	101.464	Salários, participações nos resultados e encargos sociais		57.257	63.769	154.250	162.747
Partes relacionadas	27.1	28.640	25.361	-	-	Obrigações tributárias	16	210.525	199.698	407.921	366.006
Outros créditos		70.619	52.470	96.236	66.399	Instrumentos financeiros derivativos	4.2	20.557	3.340	20.949	4.061
Total do ativo circulante		<u>1.014.272</u>	<u>997.539</u>	<u>1.990.056</u>	<u>1.869.897</u>	Outras obrigações		<u>47.905</u>	<u>54.471</u>	<u>57.078</u>	<u>64.747</u>
						Total do passivo circulante		<u>834.706</u>	<u>741.185</u>	<u>1.303.271</u>	<u>1.190.650</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	3.821	4.921	102.418	109.264	Empréstimos e financiamentos	14	515.872	368.356	664.522	465.068
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a)	110.196	87.491	218.820	180.259	Obrigações tributárias	16	190.184	175.575	231.209	215.125
Depósitos judiciais	10	330.532	289.070	379.906	337.007	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	52.217	53.282	67.696	73.784
Outros créditos não circulantes	11	21.752	20.052	46.615	44.904	Provisão para plano de assistência médica	23.2	<u>14.180</u>	<u>13.123</u>	<u>21.556</u>	<u>19.742</u>
Investimentos	12	1.159.086	1.099.188	-	-	Total do passivo não circulante		<u>772.453</u>	<u>610.336</u>	<u>984.983</u>	<u>773.719</u>
Imobilizado	13	119.159	92.175	587.092	560.467	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	13	<u>20.477</u>	<u>18.586</u>	<u>135.484</u>	<u>120.073</u>	Capital social	18.a)	426.962	418.061	426.962	418.061
Total do ativo não circulante		<u>1.765.023</u>	<u>1.611.483</u>	<u>1.470.335</u>	<u>1.351.974</u>	Reservas de capital		153.660	149.627	153.660	149.627
						Reservas de lucros		284.074	282.944	284.074	282.944
						Lucros acumulados		339.057	-	339.057	-
						Ações em tesouraria	18.c)	(14)	(14)	(14)	(14)
						Dividendo adicional proposto	18.b)	-	430.079	-	430.079
						Outros resultados abrangentes		<u>(31.603)</u>	<u>(23.196)</u>	<u>(31.603)</u>	<u>(23.196)</u>
						Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.172.136	1.257.501	1.172.136	1.257.501
						Participação dos não controladores no					
						patrimônio líquido das controladas		-	-	1	1
						Total do patrimônio líquido		<u>1.172.136</u>	<u>1.257.501</u>	<u>1.172.137</u>	<u>1.257.502</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.779.295</u>	<u>2.609.022</u>	<u>3.460.391</u>	<u>3.221.871</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.779.295</u>	<u>2.609.022</u>	<u>3.460.391</u>	<u>3.221.871</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O TRIMESTRE E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação do trimestre e semestre)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010	01/04/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010
RECEITA LÍQUIDA	20	1.452.960	1.369.167	2.680.224	2.465.401	1.393.617	1.283.628	2.539.463	2.298.009
Custo dos produtos vendidos	21	(574.170)	(578.533)	(1.089.006)	(1.036.837)	(413.044)	(400.074)	(756.266)	(711.795)
LUCRO BRUTO		878.790	790.634	1.591.218	1.428.564	980.573	883.554	1.783.197	1.586.214
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS									
Com vendas	21	(384.780)	(331.564)	(715.841)	(608.832)	(486.379)	(413.762)	(909.293)	(762.598)
Administrativas e gerais	21	(218.098)	(180.773)	(395.220)	(316.904)	(192.037)	(150.321)	(343.030)	(277.313)
Remuneração dos administradores	27	(2.954)	(3.486)	(6.176)	(6.848)	(3.965)	(2.830)	(7.187)	(6.848)
Resultado de equivalência patrimonial	12	9.735	11.385	16.270	1.348	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	281	(132)	11.458	(1.118)	2.994	(12.365)	16.792	(13.154)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		282.974	286.064	501.709	496.210	301.186	304.276	540.479	526.301
Receitas financeiras	24	(4.433)	4.261	12.257	23.294	21.365	11.047	49.767	37.682
Despesas financeiras	24	(15.180)	(15.570)	(41.990)	(38.867)	(42.459)	(23.854)	(81.057)	(57.055)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		263.361	274.755	471.976	480.637	280.092	291.469	509.189	506.928
Imposto de renda e contribuição social	9.b)	(75.267)	(83.259)	(133.365)	(147.585)	(91.998)	(99.974)	(170.578)	(173.876)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		188.094	191.496	338.611	333.052	188.094	191.495	338.611	333.052
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$									
Básico	26.1	0,4363	0,4449	0,7856	0,7738	0,4363	0,4449	0,7856	0,7738
Diluído	26.2	0,4350	0,4428	0,7829	0,7704	0,4350	0,4428	0,7829	0,7704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 PARA O TRIMESTRE E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010	01/04/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		188.094	191.496	338.611	333.052	188.094	191.496	338.611	333.052
Outros resultados abrangentes-									
Perdas na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	12	(5.766)	(2.360)	(8.407)	(1.320)	(5.766)	(2.360)	(8.407)	(1.320)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		<u>182.328</u>	<u>189.136</u>	<u>330.204</u>	<u>331.732</u>	<u>182.328</u>	<u>189.136</u>	<u>330.204</u>	<u>331.732</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido total
		Ágio na emissão/venda de ações	Reserva de incentivo fiscal Subvenção para investimentos	Capital adicional integralizado	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	404.261	103.620	17.378	21.995	18.650	4.961	230.082	(14)	357.611	-	(18.723)	1.139.821	1	1.139.822
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.052	-	333.052	-	333.052
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.320)	(1.320)	-	(1.320)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.052	(1.320)	331.732	-	331.732
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2009 aprovados na AGO de 06 de abril de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	(357.611)	-	-	(357.611)	-	(357.611)
Aumento de capital por subscrição de ações	5.522	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.522	-	5.522
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:														
Outorga de opções de compra	22.1	-	-	-	3.791	-	-	-	-	-	-	3.791	-	3.791
Exercício de opções de compra		-	-	-	(1.838)	-	-	-	-	1.838	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do período														
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	2.623	-	-	-	(2.623)	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	409.783	103.620	17.378	23.948	18.650	7.584	230.082	(14)	-	332.267	(20.043)	1.123.255	1	1.123.256
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	418.061	103.620	17.378	28.629	18.650	10.934	253.360	(14)	430.079	-	(23.196)	1.257.501	1	1.257.502
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	338.611	-	338.611	-	338.611
Outros resultados abrangentes	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.407)	(8.407)	-	(8.407)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	338.611	(8.407)	330.204	-	330.204
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2010 aprovados na AGO de 8 de abril de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.079)	-	-	(430.079)	-	(430.079)
Aumento de capital por subscrição de ações	18.a)	8.901	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.901	-	8.901
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:														
Outorga de opções de compra	22.1	-	-	-	5.609	-	-	-	-	-	-	5.609	-	5.609
Exercício de opções de compra		-	-	-	(1.576)	-	-	-	-	1.576	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do período														
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	1.130	-	-	-	(1.130)	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	426.962	103.620	17.378	32.662	18.650	12.064	253.360	(14)	-	339.057	(31.603)	1.172.136	1	1.172.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do semestre		338.611	333.052	338.611	333.052
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	13	10.347	7.783	50.821	49.036
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos		20.958	(8.192)	23.837	(7.879)
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	(2)	(3.262)	(5.024)	(1.355)
Atualização monetária de depósitos judiciais		(9.691)	(8.307)	(11.909)	(10.126)
Imposto de renda e contribuição social	9.a)	133.365	147.585	170.578	173.876
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível		1.259	1.281	5.217	11.451
Resultado de equivalência patrimonial		(16.270)	(1.348)	-	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos	24	17.535	(2.265)	14.101	(992)
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		2.714	1.296	5.609	3.791
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS		-	-	69	465
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	6	(2.027)	3.676	(1.078)	2.812
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	7	6.814	(2.488)	27.136	(27.829)
Provisão com plano de assistência médica	23.2	1.057	1.698	1.814	6.653
Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	17	(11.887)	-	(16.852)	-
		<u>492.783</u>	<u>470.509</u>	<u>602.929</u>	<u>532.955</u>
AUMENTO / REDUÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS					
Contas a receber de clientes		130.653	24.023	134.145	12.968
Estoques		(13.129)	(11.189)	(130.862)	(3.665)
Impostos a recuperar		(10.621)	13.363	(33.875)	(4.134)
Outros ativos		(22.994)	(2.077)	(31.548)	2.152
Fornecedores nacionais e estrangeiros		(12.726)	(4.583)	(51.256)	4.764
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos		(6.512)	(7.515)	(8.497)	(3.669)
Obrigações tributárias		9.441	35.531	27.563	2.413
Outros passivos		(37.168)	(28.127)	(7.670)	8.793
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(1.063)	(2.250)	(1.064)	(2.262)
Subtotal		<u>35.881</u>	<u>17.176</u>	<u>(103.064)</u>	<u>17.360</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES					
		528.664	487.685	499.865	550.315
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(140.075)	(65.370)	(178.703)	(79.339)
Recebimentos (pagamentos) de recursos por liquidação de operações com derivativos		(3.741)	2.123	(6.949)	1.417
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(21.951)	(15.713)	(28.974)	(19.156)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>362.897</u>	<u>408.725</u>	<u>285.239</u>	<u>453.237</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições de imobilizado e intangível	13	(42.077)	(11.454)	(100.652)	(63.025)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível		1.463	1.478	2.578	2.119
Depósitos judiciais		(31.771)	(36.852)	(30.990)	(36.430)
Recebimento de dividendos de controladas	12	34.000	30.000	-	-
Aumento de capital nas subsidiárias	12	(83.140)	(50.749)	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(121.525)</u>	<u>(67.577)</u>	<u>(129.064)</u>	<u>(97.336)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		(34.876)	(443.268)	(106.036)	(546.009)
Captações de empréstimos e financiamentos		308.691	419.242	432.895	497.646
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	18.b)	(430.079)	(357.611)	(430.079)	(357.611)
Aumento de capital por subscrição (353.289 ações ordinárias ao preço médio de R\$39,69)	18.a)	8.901	5.522	8.901	5.522
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(147.363)</u>	<u>(376.115)</u>	<u>(94.319)</u>	<u>(400.452)</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa mantidos em moeda estrangeira		-	-	302	292
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>94.008</u>	<u>(34.967)</u>	<u>62.158</u>	<u>(44.259)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		206.125	254.463	560.229	500.294
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		300.133	219.496	622.387	456.035
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>94.008</u>	<u>(34.967)</u>	<u>62.158</u>	<u>(44.259)</u>
Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa:					
Numerários com utilização restrita	11	-	-	6.217	5.849
Limites de contas garantidas sem utilização		147.900	197.320	265.500	242.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011
 (Em milhares de reais - R\$, exceto informação suplementar)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
RECEITAS		3.142.585	2.884.051	3.415.460	3.081.545
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		3.168.405	2.903.983	3.435.946	3.113.513
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(37.278)	(18.814)	(37.278)	(18.814)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	11.458	(1.118)	16.792	(13.154)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.114.332)	(1.909.990)	(1.907.490)	(1.667.026)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(1.190.046)	(1.126.526)	(1.216.383)	(1.073.267)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(924.286)	(783.464)	(691.107)	(593.759)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.028.253	974.061	1.507.970	1.414.519
RETENÇÕES		(10.347)	(7.672)	(50.839)	(49.036)
Depreciações e amortizações	13	(10.347)	(7.672)	(50.839)	(49.036)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE		1.017.906	966.389	1.457.131	1.365.483
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		28.527	24.642	49.767	37.682
Resultado de equivalência patrimonial	12	16.270	1.348	-	-
Receitas financeiras - incluem variações monetárias e cambiais	24	12.257	23.294	49.767	37.682
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.046.433	991.031	1.506.898	1.403.165
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(1.046.433) 100%	(991.031) 100%	(1.506.898) 100%	(1.403.165) 100%
Pessoal e encargos sociais		(114.780) 11%	(99.934) 10%	(417.481) 28%	(342.543) 24%
Impostos, taxas e contribuições		(544.846) 52%	(517.749) 52%	(655.338) 43%	(667.635) 48%
Despesas financeiras e alugueis		(48.196) 5%	(40.296) 4%	(95.468) 6%	(59.935) 4%
Lucros retidos		(338.611) 32%	(333.052) 34%	(338.611) 22%	(333.052) 24%

Informações suplementares às demonstrações do valor adicionado:

Dos valores registrados na conta "Impostos, taxas e contribuições" em junho de 2011 e 2010, os montantes de R\$213.977 e R\$212.546, respectivamente, referem-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST incidente sobre a margem de lucro presumida definida pelas Secretarias das Fazendas Estaduais, obtida nas vendas realizadas pelas Consultoras Natura para o consumidor final.

Para a análise desse impacto tributário na demonstração do valor adicionado, tais valores devem ser deduzidos daqueles registrados na conta "Vendas de mercadorias, produtos e serviços" e da própria conta "Impostos, taxas e contribuições", uma vez que os valores das receitas de vendas não incluem o lucro presumido das Consultoras na venda dos produtos, nos montantes de R\$1.339.663 e R\$1.245.929, em junho de 2011 e 2010, respectivamente, considerando-se a margem presumida de lucro de 30%.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Natura Cosméticos S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Itapeperica da Serra, Estado de São Paulo, com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “NATU3”.

Suas atividades e as de suas controladas (doravante denominadas “Natura”) compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização, substancialmente por meio de vendas diretas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura, de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Temos dois picos de demanda durante o ano - no mês de novembro que antecede o Natal e em abril, nas semanas anteriores ao Dia das Mães, que ocorre na primeira quinzena do mês de maio. As vendas da Sociedade estão sujeitas a uma sazonalidade consistente com a do setor varejista. A referida sazonalidade impacta diretamente as nossas vendas no segundo e quarto trimestres e os nossos estoques no encerramento do primeiro e terceiro trimestres.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário, foram aplicadas de modo consistente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme divulgado nas notas explicativas nº 2 e nº 3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo as demonstrações contábeis individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e com as práticas adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis anuais foram divulgadas em 23 de fevereiro de 2011.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – ‘Interim Financial Reporting’, emitida pelo ‘IASB’, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações não incluem todos os requerimentos de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais e, dessa forma, estas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, divulgadas em 23 de fevereiro de 2011.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de junho de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 30 de junho de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Sociedade iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Sociedade.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 (Revisado 2011) “Investimentos em Coligadas Entidades com Controle Compartilhado”	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 (Revisado 2011), “Demonstrações Financeiras Separadas”	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 “Contratos Compartilhados”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Sociedade e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (‘CVM’) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas

com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board ('IASB'), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

c) Plano de assistência médica

O valor atual do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 23.2. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Finanças e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Finanças da Sociedade e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Sociedade que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas do Grupo.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

a) Risco de mercado

A Sociedade e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude dos instrumentos financeiros de diversas naturezas contratados pela Sociedade e as suas controladas em moedas diferentes das suas moedas funcionais (moedas estrangeiras), foi implantada uma política para proteger o risco cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial).

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Sociedade e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A Política de Proteção Cambial considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros, com prazo médio de seis meses, ainda não registrados no balanço patrimonial decorrentes de: (i) compra de insumos para a produção; (ii) importação de máquinas e equipamentos; e (iii) investimentos nas controladas no exterior nas respectivas moedas.

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade e suas controladas estão expostas substancialmente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Sociedade e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e compra a termo de moeda denominada “Non Deliverable Forward - NDF” (“forward”). Conforme a Política de Proteção Cambial os derivativos contratados pela Sociedade ou suas controladas deverão limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Sociedade e a suas controladas com relação ao dólar norte-americano.

Em 30 de junho de 2011, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que em conjunto representam um passivo líquido de R\$324.409 e R\$328.548, respectivamente (em 31 de dezembro de 2010, R\$52.567 e R\$58.675, respectivamente). Estas contas estão substancialmente constituídas por empréstimos e financiamentos que, na sua totalidade em 30 de junho de 2011 e 98,7% em 31 de dezembro de 2010, estão protegidos por derivativos do tipo “swap”.

Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Sociedade classifica os derivativos em “financeiros” e “operacionais”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap” ou “forwards” contratados para proteger o risco cambial de contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Os “operacionais” são derivativos (geralmente “forwards”) contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos futuros aportes de capital para as suas controladas no exterior.

Em 30 de junho de 2011 os contratos em aberto de “swap” e “forward”, têm vencimentos entre agosto de 2011 e fevereiro de 2017, foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos Bradesco (30%), Brasil (69%) e HSBC (1%) e estão assim compostos:

Derivativos “financeiros” - Controladora

Descrição	Valor nominal		Valor justo		Ganho (perda) do período/exercício	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Contratos de “swap” (1)- Ponta ativa-						
Posição comprada dólar	<u>331.705</u>	<u>53.534</u>	<u>319.631</u>	<u>52.121</u>	<u>(20.557)</u>	<u>(2.109)</u>
	<u>331.705</u>	<u>53.534</u>	<u>319.631</u>	<u>52.121</u>	<u>(20.557)</u>	<u>(2.109)</u>
Ponta passiva-						
Taxa CDI pós-fixada-						
Posição comprada dólar	<u>331.705</u>	<u>53.534</u>	<u>340.188</u>	<u>54.231</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>
	<u>331.705</u>	<u>53.534</u>	<u>340.188</u>	<u>54.231</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>

Derivativos “financeiros” - Consolidado

Descrição	Valor nominal		Valor justo		Ganho (perda) do período/exercício	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Contratos de “swap” (1)- Ponta ativa-						
Posição comprada dólar	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>323.115</u>	<u>57.367</u>	<u>(20.949)</u>	<u>(2.830)</u>
	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>323.115</u>	<u>57.367</u>	<u>(20.949)</u>	<u>(2.830)</u>
Ponta passiva-						
Taxa CDI pós-fixada-						
Posição comprada dólar	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>344.064</u>	<u>60.197</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>
	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>344.064</u>	<u>60.197</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>

Derivativos “operacionais” - Controladora e Consolidado

Descrição	Valor nominal		Valor justo		Ganho (perda) do período/exercício	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Contratos “forward” (2)- Ponta ativa-						
Posição comprada dólar	<u>-----</u>	<u>34.542</u>	<u>-----</u>	<u>34.555</u>	<u>-----</u>	<u>(1.231)</u>
Ponta passiva-						
Taxa prefixada-						
Posição comprada dólar	<u>-----</u>	<u>34.542</u>	<u>-----</u>	<u>35.786</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>

O valor nominal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se ao valor reconhecido no balanço dos derivativos contratados ainda em aberto na data do balanço.

- (1) As operações de “swap” financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado.
- (2) As operações de “forward” financeiros estabelecem uma paridade futura entre o real e a moeda estrangeira tomando-se como base a paridade do momento da contratação corrigida por uma determinada taxa de juros prefixada.

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não através de Bolsa de Mercadorias e Futuros, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Análise de sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos “financeiros”, a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos líquidos equivalentes registrados no balanço patrimonial, tornando as operações atreladas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	324.409	328.548
Valor nocional dos derivativos “financeiros”	(331.705)	(335.893)
Exposição líquida	<u>(7.296)</u>	<u>(7.345)</u>

A análise de sensibilidade foi preparada levando em consideração uma exposição líquida positiva de R\$7.296 para a controladora e R\$7.345 para o consolidado. As tabelas do semestre findo em 30 de junho de 2011 demonstram o ganho (perda) que teria sido reconhecido no resultado a seguir de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição:</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição líquida	Queda do dólar	<u>112</u>	<u>(1.824)</u>	<u>(3.648)</u>

<u>Descrição:</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição líquida	Queda do dólar	<u>112</u>	<u>(1.836)</u>	<u>(3.673)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários II e III consideram uma queda do dólar de 25% (R\$1,17/US\$1,00) e de 50% (R\$0,78/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio, e está apresentando o referido cenário em atendimento à IFRS 7.

A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas pré-fixadas expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP, CDI e taxas pré-fixas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

A Administração da Sociedade entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP em 2011, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Por isso não tem como política contratar derivativos para proteger esse risco.

A Sociedade e suas controladas têm como política contratar derivativos do tipo “swap”, com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos contratadas com indexador distinto do CDI, TJLP e taxas pré-fixadas. No entanto, em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade e suas controladas não tinham esse tipo de empréstimos.

Análise de sensibilidade

Conforme mencionado na seção de risco cambial anterior, considerando que em 30 de junho de 2011 quase que a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política da Sociedade de proteção de riscos cambiais, o risco da Sociedade passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP, incluindo as operações com derivativos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Total dos empréstimos e financiamentos – em moeda local (nota explicativa 14)	(373.431)	(674.566)
Operações com derivativos atrelados ao CDI/TJLP	(324.409)	(328.548)
Aplicações financeiras	<u>295.373</u>	<u>575.838</u>
Exposição líquida	<u>(402.467)</u>	<u>(427.276)</u>

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e

financiamentos atrelados ao CDI e TJLP, líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (nota explicativa nº 5).

As tabelas seguintes demonstram a perda que teria sido reconhecida no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011 de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>(12.326)</u>	<u>(15.407)</u>	<u>(30.815)</u>

<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>(13.085)</u>	<u>(16.357)</u>	<u>(32.714)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% (19,14% ao ano) e 50% (22,97% ao ano), respectivamente.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade e de suas controladas são efetuadas para um grande número de Consultores(as) de Vendas, e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos.

A Sociedade considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito

compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Sociedade considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros, mensurados pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes vencimentos são demonstrados a seguir:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo 2011	Efeito do desconto	Valor contábil 2011
<u>Controladora em 30 de junho de 2011</u>							
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	181.968	-	-	-	181.968	-	181.968
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos	20.557	-	-	-	20.557	5.467	15.090
Não circulante-							
Empréstimos e financiamentos	-	509.908	5.964	-	515.872	-	515.872
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo 2011	Efeito do desconto	Valor contábil 2011
<u>Consolidado em 30 de junho de 2011</u>							
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	347.835	-	-	-	347.835	-	347.835
Fornecedores	315.238	-	-	-	315.238	-	315.238
Derivativos	20.949	-	-	-	20.949	5.546	15.403
Não circulante-							
Empréstimos e financiamentos	-	602.669	57.653	4.200	664.522	-	664.522
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira consolidados em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	697.840	428.442	1.012.357	691.663
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(300.133)</u>	<u>(206.125)</u>	<u>(622.387)</u>	<u>(560.229)</u>
Dívida líquida	<u>397.707</u>	<u>222.317</u>	<u>389.970</u>	<u>131.434</u>
Patrimônio líquido	<u>1.172.136</u>	<u>1.257.501</u>	<u>1.172.137</u>	<u>1.257.502</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>33,9%</u>	<u>17,7%</u>	<u>33,3%</u>	<u>10,5%</u>

4.4. Estimativa de valores justos

O valor justo dos instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo na data do balanço patrimonial é determinado conforme CPC 40 e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, um distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utiliza outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em função de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 a mensuração da totalidade dos derivativos da Sociedade e suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP, aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados encontram-se divulgado na nota explicativa nº 14.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Caixa e bancos	4.760	9.688	46.549	38.314
Aplicações financeiras- CDBs pós-fixados	<u>295.373</u>	<u>196.437</u>	<u>575.838</u>	<u>521.915</u>
	<u>300.133</u>	<u>206.125</u>	<u>622.387</u>	<u>560.229</u>

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são remunerados por taxas que variam entre 100,0% e 101,5% do CDI.

Os CDBs são classificados pela Administração da Sociedade e de suas controladas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Contas a receber de clientes	419.702	550.355	501.799	635.944
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(54.636)</u>	<u>(56.663)</u>	<u>(64.586)</u>	<u>(65.664)</u>
	<u>365.066</u>	<u>493.692</u>	<u>437.213</u>	<u>570.280</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
A vencer	307.405	432.703	379.915	492.947
Vencidos até 30 dias	65.201	79.136	71.366	93.967
Vencidos entre 31 e 60 dias	14.969	10.897	16.363	16.777
Vencidos entre 61 e 90 dias	8.553	8.072	9.315	9.406
Vencidos entre 91 e 180 dias	<u>23.574</u>	<u>19.547</u>	<u>24.840</u>	<u>22.847</u>
	<u>419.702</u>	<u>550.355</u>	<u>501.799</u>	<u>635.944</u>

O saldo de contas a receber de clientes no consolidado está predominantemente denominado em reais, com aproximadamente 89% do saldo em aberto em 30 de junho de 2011 referente a transações em reais (91% em 31 de dezembro de 2010), sendo o saldo remanescente denominado em moedas estrangeiras diversas, formado pelas vendas das controladas no exterior.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o semestre findo em 30 de junho de 2011 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
<u>Saldo em</u>			<u>Saldo em</u>	<u>Saldo em</u>			<u>Saldo em</u>
<u>12/2010</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>06/2011</u>
<u>(56.663)</u>	<u>(37.278)</u>	<u>39.305</u>	<u>(54.636)</u>	<u>(65.664)</u>	<u>(41.496)</u>	<u>42.574</u>	<u>(64.586)</u>

(a) Provisão constituída conforme a nota explicativa nº 2.7 das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

(b) Compostas por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das informações contábeis intermediárias é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento. A Sociedade e suas controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Produtos acabados	185.699	181.188	541.462	465.027
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	140.100	127.305
Material promocional	17.783	14.383	53.773	37.576
Produtos em elaboração	-	-	17.698	17.290
Provisão para perdas	<u>(12.075)</u>	<u>(10.479)</u>	<u>(77.782)</u>	<u>(75.673)</u>
	<u>191.407</u>	<u>185.092</u>	<u>675.251</u>	<u>571.525</u>

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o semestre findo em 30 de junho de 2011 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 12/2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 06/2011	Saldo em 12/2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 06/2011
<u>(10.479)</u>	<u>(6.814)</u>	<u>5.218</u>	<u>(12.075)</u>	<u>(75.673)</u>	<u>(27.136)</u>	<u>25.027</u>	<u>(77.782)</u>

(a) Referem-se à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade e qualidade, conforme a real necessidade para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Sociedade e por suas controladas.

(b) Compostas pelas baixas dos produtos descartados pela Sociedade e por suas controladas.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
ICMS a compensar sobre aquisição de insumos	-	-	130.202	97.888
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - RS	2.815	3.022	2.815	3.022
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - SP (a)	11.715	7.120	13.156	7.120
ICMS - ST a ressarcir - processo de denúncia espontânea - SP (b)	-	-	12.340	16.421
Impostos a compensar - controladas no exterior	-	-	21.502	21.567
ICMS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	6.689	6.825	15.517	16.136
COFINS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	6.848	9.589
PIS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	1.475	2.237
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de insumos	23.277	19.743	24.235	20.025
PIS e COFINS oriundo de ganho de processo judicial (c)	11.887	-	16.852	-
PIS e COFINS a compensar sobre fretes	1.846	-	1.846	-
IRPJ e CSLL a compensar	10	10	10	1.746
PIS, COFINS e CSLL - retidos na fonte	-	-	2.834	5.574
Outros	3.989	3.000	14.702	12.282
(-) Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	-	-	<u>(2.947)</u>	<u>(2.879)</u>
	<u>62.228</u>	<u>39.720</u>	<u>261.387</u>	<u>210.728</u>
Circulante	58.407	34.799	158.969	101.464
Não circulante	<u>3.821</u>	<u>4.921</u>	<u>102.418</u>	<u>109.264</u>

- (a) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST que vem sendo mensalmente destacado e retido nas operações de venda realizadas pela Sociedade e por sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., com mercadorias destinadas a clientes localizados em outras Unidades Federativas (Estados e Distrito Federal) que não o Estado de São Paulo, conforme legislação fiscal do Estado de São Paulo, vigentes desde fevereiro de 2008. A Sociedade obteve em 2010 com a Secretaria da Fazenda - SeFaz um regime especial que permite a compensação dos referidos créditos através de um mecanismo denominado “Via Rápida” (“Fast Track”), no qual os créditos são compensados no mês seguinte ao da apuração, amparados por carta de fiança bancária em mesmo valor.
- (b) Em 24 de setembro de 2008 foi emitido pela Coordenadoria de Administração Tributária da SeFaz - SP expediente que acata a denúncia espontânea formalizada pela controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., relacionada à adoção de procedimentos sobre o ICMS - ST nos meses de fevereiro a maio de 2008 em desacordo com os dispositivos do Regulamento do ICMS - RICMS/2000, artigos 264, inciso IV, 313-E e 313-G. O referido expediente esclarece os procedimentos necessários para a regularização das operações realizadas pela controlada no referido período. Em decorrência dessa regularização foram apurados créditos de ICMS - ST no montante de R\$12.340 em 30 de junho de 2011 (R\$16.421 em 31 de dezembro de 2010).

O crédito será compensado pela controlada após averiguação por parte das autoridades fiscais; entretanto, com base na avaliação dos assessores legais e da Administração da controlada, o risco de não compensação dos valores registrados em 30 de junho de 2011 é remoto.

- (c) O montante demonstrado refere-se ao reconhecimento de crédito tributário de PIS e COFINS oriundo de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 17 (ativos contingentes - (a)).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme o CPC 26 e IAS 12. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6)	18.576	19.266	18.576	19.266
Provisão para perdas nos estoques (nota explicativa nº 7)	4.105	3.563	24.428	21.725
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	18.476	18.884	37.414	40.375
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa nº 16)	596	573	33.686	28.869
Passivo atuarial - plano de assistência médica (nota explicativa nº 23.2)	4.821	4.462	7.260	6.702
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos (nota explicativa nº 24)	6.989	1.136	7.123	1.381
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (nota explicativa nº 16)	18.490	13.672	18.490	13.672
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	2.667	3.879	3.308	4.432
Provisões para obrigações contratuais	2.148	1.947	2.789	2.777
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	-	-	1.002	979
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	5.554	6.874	5.554	6.874
Diferenças temporárias das operações internacionais	-	-	6.022	6.562
Linearização da taxa efetiva de IRPJ e CSLL	5.768	-	5.768	-
Provisões para participação nos resultados	5.137	-	16.476	-
Outras diferenças temporárias	<u>16.869</u>	<u>13.235</u>	<u>30.924</u>	<u>26.645</u>
	<u>110.196</u>	<u>87.491</u>	<u>218.820</u>	<u>180.259</u>

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos na controladora para os períodos apresentados é demonstrada como segue:

Controladora	12/2010	Debitado (creditado) à demonstração do resultado		06/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.266	(690)	18.576	
Provisão para perdas nos estoques	3.563	542	4.105	
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.884	(408)	18.476	
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	573	23	596	
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos	1.136	5.853	6.989	
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso	13.672	4.818	18.490	
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	3.879	(1.212)	2.667	
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	6.874	(1.320)	5.554	
Passivo atuarial - plano de assistência médica	4.462	359	4.821	
Provisões para obrigações contratuais	1.947	201	2.148	
Linearização da taxa efetiva de IRPJ e CSLL	-	5.768	5.768	
Provisões para participação nos resultados	-	5.137	5.137	
Outras diferenças temporárias	<u>13.235</u>	<u>3.634</u>	<u>16.869</u>	
	<u>87.491</u>	<u>22.705</u>	<u>110.196</u>	

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no consolidado para os períodos apresentados é demonstrada como segue:

<u>Consolidado</u>	<u>12/2010</u>	Debitado (creditado) à demonstração	<u>06/2011</u>
		<u>do resultado</u>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.266	(690)	18.576
Provisão para perdas nos estoques	21.725	2.703	24.428
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	40.375	(2.961)	37.414
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos	28.869	4.817	33.686
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso	1.381	5.742	7.123
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	13.672	4.818	18.490
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	4.432	(1.124)	3.308
Provisões para participação de benefícios e parcerias a pagar	6.874	(1.320)	5.554
Diferenças temporárias das operações internacionais	6.562	(540)	6.022
Passivo atuarial - plano de assistência médica	6.702	558	7.260
Provisões para obrigações contratuais	2.777	12	2.789
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	979	23	1.002
Linearização da taxa efetiva de IRPJ e CSLL	-	5.768	5.768
Provisões para participação nos resultados	-	16.476	16.476
Outras diferenças temporárias	<u>26.645</u>	<u>4.279</u>	<u>30.924</u>
	<u>180.259</u>	<u>38.561</u>	<u>218.820</u>

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

Os créditos tributários possuem prazos estimados de realização conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	62.340	116.369
2012	12.740	15.466
2013	5.186	53.712
2014 em diante	<u>29.930</u>	<u>33.273</u>
	<u>110.196</u>	<u>218.820</u>

Adicionalmente, em 30 de junho de 2011 a Sociedade possuía créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, gerados por suas controladas no exterior, que, devido à ausência de histórico de lucros tributáveis, não foram registrados nas demonstrações contábeis das respectivas controladas no exterior.

Os valores dos créditos tributários em 30 de junho de 2011, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

Prejuízos fiscais:

Argentina	13.594
Chile	75.926
México	79.156
Colômbia	48.072
França	45.761

Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração), exceto pelas controladas Argentina e México cujos créditos tributários possuem os seguintes prazos para compensação:

	<u>Argentina</u>	<u>México</u>
2011	3.203	-
2012	2.944	-
2013	4.390	-
2014	-	11
2015	2.518	6.869
2016 em diante	<u>539</u>	<u>72.276</u>
	<u>13.594</u>	<u>79.156</u>

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	471.976	480.637	509.189	506.928
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(160.472)	(163.417)	(173.124)	(172.356)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (*)	7.992	8.866	7.992	8.866
Incentivos fiscais doações	1.928	2.600	3.607	3.573
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 12)	5.532	458	-	-
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais gerados por controladas no exterior	-	-	(17.054)	(14.682)
Regime Tributário de Transição - RTT (Medida Provisória nº 449/08) - ajustes da Lei nº 11.638/07	(539)	792	(1.493)	(275)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	8.315	6.197	8.315	6.197
Outras diferenças permanentes	<u>3.879</u>	<u>(3.081)</u>	<u>1.179</u>	<u>(5.199)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(133.365)</u>	<u>(147.585)</u>	<u>(170.578)</u>	<u>(173.876)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(156.070)	(142.307)	(209.139)	(188.423)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22.705	(5.278)	38.561	14.547
Taxa efetiva - %	28,3	30,7	33,5	34,3

(*) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
ICMS - ST (*) (nota explicativa nº 17.(a))	61.549	53.809	61.549	53.809
ICMS - ST exigibilidade suspensa (*) (nota explicativa nº 16.(b))	190.361	167.019	190.361	167.019
Outras obrigações tributárias provisionadas (nota explicativa nº 16.(e) e (g))	8.909	8.556	49.938	48.106
Outras obrigações tributárias sem provisão (nota explicativa nº 16.(d) e (f))	10.633	10.426	10.636	10.426
Processos tributários sem provisão	38.995	30.676	42.968	36.034
Processos tributários provisionados (nota explicativa nº 17)	9.925	9.600	11.623	10.754
Processos cíveis sem provisão	933	938	1.025	1.343
Processos cíveis provisionados (nota explicativa nº 17)	1.878	1.874	1.983	1.976
Processos trabalhistas sem provisão	5.332	4.410	7.133	5.130
Processos trabalhistas provisionados (nota explicativa nº 17)	<u>2.017</u>	<u>1.762</u>	<u>2.690</u>	<u>2.410</u>
	<u>330.532</u>	<u>289.070</u>	<u>379.906</u>	<u>337.007</u>

(*) Correspondem à ação declaratória de ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, conforme mencionado nas notas explicativas nº 16.(b) e nº 17.(a).

11. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Adiantamento para propaganda	21.752	20.052	22.646	20.997
Ativos destinados à venda	-	-	17.752	17.752
Caixa restrito - CDB (*)	-	-	<u>6.217</u>	<u>6.155</u>
	<u>21.752</u>	<u>20.052</u>	<u>46.615</u>	<u>44.904</u>

(*) Este saldo se refere a um bloqueio para garantia de uma execução fiscal por meio da qual se pretende cobrar o IPI referente ao mês de julho de 1989, quando da equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas a estabelecimento industrial pela Lei nº 7.798/89. O processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP), para julgamento do recurso de apelação da executada. Com base na análise efetuada pelos assessores legais da Sociedade, a probabilidade de perda deste processo é possível.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Investimentos em controladas	<u>1.159.086</u>	<u>1.099.188</u>

Informações e movimentação dos saldos para o semestre findo em 30 de junho de 2011

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	Natura Cosméticos de México S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	Natura (Brasil) International B.V. - Holanda (*)	Natura Cosméticos Espana S.L.	Total
Capital social	526.155	90.274	11.282	92.535	5.501	5.008	171.188	55.364	74.862	73	1.032.242
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,94%	99,97%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	
Patrimônio líquido das controladas	991.669	21.712	3.577	47.784	256	20.695	49.342	14.609	9.462	106	1.159.212
Participação no patrimônio líquido	991.570	21.709	3.575	47.769	256	20.693	49.337	14.608	9.462	106	1.159.085
Lucro líquido (prejuízo) do período das controladas	58.859	784	(2.040)	(9.949)	-	9.004	(23.982)	(7.756)	(8.658)	-	16.262
<u>Valor contábil dos investimentos</u>											
Saldos em 31 de dezembro de 2010	930.614	23.246	(891)	56.902	273	45.021	26.950	8.782	8.208	83	1.099.188
Resultado de equivalência patrimonial	58.859	784	(2.039)	(9.946)	-	9.004	(23.979)	(7.755)	(8.658)	-	16.270
Variação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	-	(2.321)	(239)	(4.995)	(17)	(130)	(899)	112	82	-	(8.407)
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas	2.097	-	-	-	-	798	-	-	-	-	2.895
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(34.000)	-	-	-	-	(34.000)
Aumentos de capital	-	-	<u>6.744</u>	<u>5.809</u>	-	-	<u>47.265</u>	<u>13.469</u>	<u>9.830</u>	<u>23</u>	<u>83.140</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>991.570</u>	<u>21.709</u>	<u>3.575</u>	<u>47.770</u>	<u>256</u>	<u>20.693</u>	<u>49.337</u>	<u>14.608</u>	<u>9.462</u>	<u>106</u>	<u>1.159.086</u>

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas:

Natura Cosméticos - México: Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V., Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.Natura Europa SAS: Natura (Brasil) International B.V. (Holanda), Natura Brasil Inc. (EUA - Delaware), Natura International Inc. (EUA - Nova York), Natura International Inc. (EUA - Nevada), Natura Worldwide Trading Company (Costa Rica), Natura Europa SAS (França) e Natura Brasil SAS (França).

[página intencionalmente deixada em branco]

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

<u>Imobilizado</u>	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Controladora					
		06/2011			12/2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Veículos	33	31.427	(16.295)	15.132	34.234	(14.491)	19.743
Benfeitorias em propriedade de terceiros (b)	15	25.356	(11.232)	14.124	23.486	(9.053)	14.433
Máquinas e equipamentos	4	39.007	(4.329)	34.678	27.668	(3.018)	24.650
Móveis e utensílios	7	6.578	(2.732)	3.846	6.264	(2.584)	3.680
Equipamentos de informática	18	7.686	(4.224)	3.462	6.614	(3.803)	2.811
Projetos em andamento	-	10.872	-	10.872	11.699	-	11.699
Adiantamentos a fornecedores	-	<u>37.045</u>	<u>-</u>	<u>37.045</u>	<u>15.159</u>	<u>-</u>	<u>15.159</u>
		<u>157.971</u>	<u>(38.812)</u>	<u>119.159</u>	<u>125.124</u>	<u>(32.949)</u>	<u>92.175</u>

<u>Intangível</u>	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Controladora					
		06/2011			12/2010		
		Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Softwares e outros	17	<u>32.684</u>	<u>(12.207)</u>	<u>20.477</u>	<u>29.190</u>	<u>(10.604)</u>	<u>18.586</u>

<u>Imobilizado</u>	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Consolidado					
		06/2011			12/2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Máquinas e equipamentos	5	324.669	(133.986)	190.683	308.262	(124.315)	183.947
Edifícios	4	151.142	(57.330)	93.812	151.161	(54.305)	96.856
Instalações	9	126.497	(68.112)	58.385	120.440	(65.066)	55.374
Terrenos	-	27.203	-	27.203	27.180	-	27.180
Moldes	7	113.870	(86.127)	27.743	105.362	(79.921)	25.441
Veículos	33	51.458	(22.787)	28.671	56.361	(21.181)	35.180
Equipamentos de informática	9	101.114	(51.468)	49.646	75.749	(45.969)	29.780
Móveis e utensílios	8	28.848	(12.640)	16.208	27.164	(11.926)	15.238
Benfeitorias em propriedade de terceiros (b)	11	46.492	(22.322)	24.170	44.273	(18.725)	25.548
Projetos em andamento	-	14.066	-	14.066	35.489	-	35.489
Adiantamentos a fornecedores	-	54.850	-	54.850	28.648	-	28.648
Outros	1	<u>3.993</u>	<u>(2.338)</u>	<u>1.655</u>	<u>3.897</u>	<u>(2.111)</u>	<u>1.786</u>
		<u>1.044.202</u>	<u>(457.110)</u>	<u>587.092</u>	<u>983.986</u>	<u>(423.519)</u>	<u>560.467</u>

<u>Intangível</u>	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Consolidado					
		06/2011			12/2010		
		Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Fundo de comércio - Natura Europa SAS - França (a)	-	4.709	-	4.709	4.629	-	4.629
Softwares	12	215.324	(84.619)	130.705	188.660	(73.376)	115.284
Marcas e patentes	10	<u>1.501</u>	<u>(1.431)</u>	<u>70</u>	<u>1.573</u>	<u>(1.413)</u>	<u>160</u>
		<u>221.534</u>	<u>(86.050)</u>	<u>135.484</u>	<u>194.862</u>	<u>(74.789)</u>	<u>120.073</u>

(a) O fundo de comércio gerado na compra da Natura Europa SAS - França está fundamentado na existência de ponto comercial onde esta se localiza, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes, com sustentação de se tratar de um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo. A variação ocorrida no saldo, entre 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2011, deve-se exclusivamente aos efeitos da variação cambial.

(b) As taxas de amortização consideram os prazos de aluguel dos imóveis arrendados, os quais variam de três a cinco anos.

Informações adicionais sobre o imobilizado

a) Bens dados em garantia e penhora

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Máquinas e equipamentos	10.289	10.289
Terreno	-	700
Equipamentos de informática	544	1.130
Veículos	<u>602</u>	<u>602</u>
Saldos no fim do período	<u>11.435</u>	<u>12.721</u>

b) Despesas com arrendamentos operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Aluguéis	<u>608</u>	<u>608</u>	<u>3.270</u>	<u>4.480</u>

c) Saldo de juros capitalizados no ativo imobilizado

	<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Edifícios	<u>1.453</u>	<u>1.479</u>

Despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos períodos/exercícios

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011 (seis meses)	1.345	9.718
2012	2.690	19.436
2013	2.690	19.436
2014 em diante	<u>13.752</u>	<u>86.894</u>
	<u>20.477</u>	<u>135.484</u>

Mutações do imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>6 meses</u>	<u>12 meses</u>	<u>6 meses</u>	<u>12 meses</u>
Saldos no início do semestre/exercício	92.175	50.375	560.467	492.256
Adições (líquidas das transferências de projetos em andamento encerrados):				
Máquinas e equipamentos	1.284	8.884	6.642	29.669
Projetos em andamentos/adiantamentos a fornecedores	33.466	32.389	43.732	84.555
Veículos	2.115	13.498	5.246	24.193
Moldes	-	-	7.667	16.986
Instalações	-	-	1.567	7.208
Equipamentos de informática	946	769	4.167	7.304
Móveis e utensílios	438	545	1.333	1.618
Outros	201	1.036	1.202	3.695
	<u>38.450</u>	<u>57.121</u>	<u>71.556</u>	<u>175.228</u>
(-) Baixas líquidas	(2.722)	(2.706)	(5.446)	(37.605)
(-) Depreciação	<u>(8.744)</u>	<u>(12.615)</u>	<u>(39.485)</u>	<u>(69.412)</u>
Saldos no fim do semestre/exercício	<u>119.159</u>	<u>92.175</u>	<u>587.092</u>	<u>560.467</u>

Mutações do intangível

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>6 meses</u>	<u>12 meses</u>	<u>6 meses</u>	<u>12 meses</u>
Saldos no início do semestre/exercício	18.586	11.527	120.073	82.740
Adições-				
Softwares (inclui gastos com implementação)	3.627	9.749	29.096	61.648
(-) Baixas líquidas	(133)	-	(2.331)	(4.879)
(-) Amortização	<u>(1.603)</u>	<u>(2.690)</u>	<u>(11.354)</u>	<u>(19.436)</u>
Saldos no fim do semestre/exercício	<u>20.477</u>	<u>18.586</u>	<u>135.484</u>	<u>120.073</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		Referência
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010	
<u>Moeda local</u>					
BNDES - EXIM (a)	-	-	177.289	116.388	A
Financiadora de Estudos e Projetos					
FINEP	-	-	33.242	27.633	B
Debêntures	353.202	352.669	353.202	352.669	C
BNDES (a)	20.229	23.206	99.505	110.996	D
Conta garantida	-	-	-	2.001	E
BNDES FINAME	-	-	7.182	6.506	F
Banco do Brasil - Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT Fomentar	-	-	3.322	3.908	G
Arrendamentos mercantis - financeiros	-	-	633	940	H
FINEP subvenção	-	-	191	2.086	I
Total em moeda local	<u>373.431</u>	<u>375.875</u>	<u>674.566</u>	<u>623.127</u>	
<u>Moeda estrangeira</u>					
BNDES - EXIM (a)	-	-	-	1.229	J
BNDES (a)	2.039	2.479	6.178	7.358	K
Resolução nº 4.131 (a)	322.370	50.088	322.370	50.088	L
Operação internacional - Peru	-	-	9.243	9.861	M
Total em moeda estrangeira	<u>324.409</u>	<u>52.567</u>	<u>337.791</u>	<u>68.536</u>	
Total geral	<u>697.840</u>	<u>428.442</u>	<u>1.012.357</u>	<u>691.663</u>	
Circulante	181.968	60.086	347.835	226.595	
Não circulante	<u>515.872</u>	<u>368.356</u>	<u>664.522</u>	<u>465.068</u>	

[página intencionalmente deixada em branco]

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	Dezembro de 2011 e março de 2014	Para a parcela com vencimento em dezembro 2011 juros de 7% prefixado a.a. Para a parcela com vencimento em março de 2014, TJLP (462) + 2,5% a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
B	Real	Março de 2013 e maio 2019	Para parcela com vencimento em 2013 TJLP (b), para parcela com vencimento Maio 2019 5%	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
C	Real	Maio de 2013	Juros de 108% do CDI (c) com vencimento em maio de 2013	Não há
D	Real	Março de 2016	Para a parcela com vencimento em março de 2016: TJLP (b) + juros de 1,8% a.a.	Carta de fiança bancária
E	Real	Abril de 2011	123,9% do CDI (c) a.a. + IOF (d)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
F	Real	Setembro de 2016	Juros de 4,5% a.a. + TJLP (b)	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
G	Real	Fevereiro de 2014	Juros de 4,4% a.a. + TJLP (b)	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
H	Real	Até setembro de 2012	Juros de 99,5% a 102,99% da taxa DI - CETIP (e)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil
I	Real	Dezembro de 2012	Não há	Não há
J	Dólar	Fevereiro de 2011	Varição cambial + 8,31% a.a. (a)	Aval da Natura Cosméticos S.A.
K	Dólar	Abril de 2016	Varição cambial + 1,8% a.a. + Resolução nº 635 (a)	Aval da Natura Cosméticos S.A. e Carta de Fiança Bancária
L	Dólar	Agosto de 2011, setembro de 2011, maio de 2013 e junho de 2013	Varição cambial + 1,65% a.a., variação cambial + 2,02% a.a., variação cambial + 3,40% a.a. e variação cambial + 3,88% a.a. (a)	Aval da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
M	Novo sol	Dezembro de 2011	Juros de 4,15% a.a. (a)	Fiança bancária

- (a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo “swap” com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.
- (b) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.
- (c) CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
- (d) IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.
- (e) DI - CETIP - índice diário calculado a partir da taxa média DI, divulgada pela Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

[página intencionalmente deixada em branco]

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2010</u>	<u>12/2010</u>
2012 (6 meses)	3.246	6.530	37.446	39.425
2013	506.662	355.820	565.223	379.440
2014	4.423	4.450	30.595	22.963
2015	1.526	1.539	21.080	19.001
2016 em diante	<u>15</u>	<u>17</u>	<u>10.178</u>	<u>4.239</u>
Total	<u>515.872</u>	<u>368.356</u>	<u>664.522</u>	<u>465.068</u>

A seguir, os contratos de empréstimos bancários vigentes:

a) Descrição dos empréstimos bancários

1. Programas BNDES - EXIM Pré-embarque e BNDES - EXIM Pré-embarque Especial

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é beneficiária dos programas de financiamento na fase pré-embarque para a exportação de bens e serviços com o BNDES. Em regra, os requisitos para a participação nos referidos programas são: (i) possuir crédito aprovado com a instituição financeira que celebrará o contrato de financiamento; e (ii) fabricar produtos com um índice mínimo de nacionalização de 60%.

2. Contratos de financiamento com o BNDES

A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Logística e Serviços Ltda. e Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possuem contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES para viabilizar investimentos diretos na Sociedade e em suas controladas, como, por exemplo, aperfeiçoamento de determinadas linhas de produtos, capacitação da área de pesquisa e desenvolvimento, otimização das linhas de separação de produtos do parque industrial de Cajamar - SP, implementação de novos centros de distribuição, bem como adequação administrativa da unidade de Itapeperica da Serra - SP e aquisição de equipamentos necessários para esses fins.

3. Contrato de financiamento com a FINEP

A controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP, que viabiliza e/ou cofinancia equipamentos, bolsas científicas e material de pesquisa para as universidades participantes.

Tais recursos foram destinados ao custeio parcial dos investimentos incorridos na elaboração dos projetos “Plataformas de Tecnologia para Novos Produtos Cosméticos e Suplementos Nutricionais” e “Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento de Novos Produtos Cosméticos”.

4. Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES, relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, usualmente Banco Votorantim S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., que contratam com a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos. Figura como fiel depositário desses bens a própria controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., sendo a Sociedade a avalista. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas ficaram obrigadas a cumprir as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES e Condições Gerais Reguladoras das Operações Relativas ao FINAME.

5. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco do Brasil em 24 de fevereiro de 2011 com vencimento em 26 de agosto de 2011 e valor de principal de US\$ 50.000.

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco do Brasil em 17 de março de 2011 com vencimento em 13 de setembro de 2011 e valor de principal de US\$ 50.000.

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco do Brasil em 10 de junho de 2011 com vencimento em 31 de maio de 2013 e valor de principal de US\$ 30.000.

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco Bradesco em 6 de junho de 2011 com vencimento em 3 de junho de 2013 e valor de principal de US\$ 60.000.

6. Debêntures

Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$350.000, série única, sem garantia, bem como sem “covenants” financeiros, com valor nominal unitário de R\$1.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 26 de maio de 2010 e subscritas e integralizadas em 28 de maio de 2010, com pagamento de juros semestrais nos meses de maio e novembro, com vencimento de principal em 26 de maio de 2013.

b) Obrigações de arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	526	642
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>107</u>	<u>377</u>
	633	1.019
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(40)</u>	<u>(79)</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>593</u>	<u>940</u>

c) Cláusulas restritivas de contratos

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Sociedade e de suas controladas. A Sociedade cumpria integralmente todas as demais cláusulas restritivas dos contratos.

15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Fornecedores nacionais e estrangeiros	61.863	78.647	276.016	331.909
Frete a pagar	<u>38.643</u>	<u>34.585</u>	<u>39.222</u>	<u>34.585</u>
	<u>100.506</u>	<u>113.232</u>	<u>315.238</u>	<u>366.494</u>

O saldo de fornecedores estrangeiros em 30 de junho de 2011 na controladora e no consolidado é de R\$6.347 e R\$11.320, respectivamente (R\$842 e R\$4.964, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010), e refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
ICMS ordinário e ST a pagar (b)	235.171	217.826	296.139	242.676
PIS/COFINS a pagar (medida liminar) (a)	1.752	1.686	99.077	84.908
IRPJ e CSLL a pagar	102.963	99.347	125.959	125.816
IRPJ e CSLL (medida liminar) (c)	45.161	33.472	45.161	33.472
IRPJ e CSLL (medida liminar PAT)	-	-	2.829	2.261
IRRF	3.442	7.901	5.997	13.203
IPI - produtos isentos e com alíquota zero (d)	-	-	40.878	39.404

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Correção da UFIR sobre tributos federais (e)	5.930	6.216	6.081	6.360
Crédito de IPI sobre aquisições de ativo imobilizado e material de uso e consumo (f)	-	-	-	3.768
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (g)	2.978	2.893	2.978	2.893
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte a recolher	2.869	5.319	3.945	7.554
PIS/COFINS a pagar	-	-	-	6.663
Impostos a pagar - controladas no exterior	-	-	8.538	9.354
ISS a pagar	443	613	1.548	2.799
	<u>400.709</u>	<u>375.273</u>	<u>639.130</u>	<u>581.131</u>
Depósitos judiciais ((b) e (g)) (nota explicativa nº 10)	<u>(199.270)</u>	<u>(175.575)</u>	<u>(240.299)</u>	<u>(215.125)</u>
Circulante	210.525	199.698	407.921	366.006
Não circulante	190.184	175.575	231.209	215.125

- (a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discutem judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em junho de 2007, a Sociedade e sua controlada obtiveram autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições para PIS e COFINS sem a inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, a partir da apuração de abril de 2007. Os saldos registrados em 30 de junho de 2011 referem-se aos valores não pagos de PIS e COFINS apurados entre abril de 2007 e junho de 2011, cuja exigibilidade está integralmente suspensa, os quais estão acrescidos de atualização pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Parte do saldo, no montante atualizado de R\$2.936, encontra-se depositada judicialmente.
- (b) Em 30 de junho de 2011, do saldo total registrado na controladora e no consolidado, os montantes de R\$129.840, R\$45.415, R\$14.962 e R\$144 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, respectivamente (R\$119.371, R\$34.969 e R\$12.679 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010), que estão sendo discutidos judicialmente pela Sociedade, conforme também mencionado na nota explicativa nº 17.(a). A Sociedade vem efetuando depósitos judiciais mensais com relação aos montantes não recolhidos.
- (c) Em 4 de fevereiro de 2009, a Sociedade obteve medida liminar posteriormente confirmada por sentença que suspendeu a exigibilidade do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre quaisquer valores recebidos a título de juros de mora, pagos pelo atraso no cumprimento de obrigações contratuais das operações com vendas para os(as) Consultores(as) Natura. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal.
- (d) Refere-se a créditos de IPI sobre matérias-primas e materiais de embalagem adquiridos com a incidência de alíquota zero, como não tributados ou isentos. A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. impetrou mandado de segurança e obteve liminar concedendo o direito ao crédito. Em 25 de setembro de 2006, a liminar foi cassada por sentença, que julgou o pedido improcedente. A Sociedade interpôs recurso de apelação

para reapreciação do mérito e restabelecimento dos efeitos da liminar. Para suspender a exigibilidade do crédito tributário, em outubro de 2006 a Sociedade efetuou depósito judicial em relação ao valor compensado sob a vigência da liminar, cujo saldo atualizado monetariamente em 30 de junho de 2011 é de R\$40.878 (R\$39.404 em 31 de dezembro de 2010). No quarto trimestre de 2009, para o aproveitamento dos benefícios concedidos pela Medida Provisória nº 470/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado, prosseguindo com a discussão somente em relação aos créditos sobre os produtos isentos, desistindo, portanto, no tocante à discussão quanto aos créditos de IPI, dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados (vide detalhes no tópico “Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09”). Nessa data, após ter cumprido com os requerimentos para adesão ao pagamento dos débitos fiscais instituído pela Medida Provisória nº 470/09, a controlada aguarda o deferimento por parte da autoridade tributária para dar baixa, tanto dos valores registrados no passivo de exigibilidade suspensa quanto dos valores dos depósitos judiciais correspondentes.

- (e) Refere-se à incidência da correção monetária pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR dos tributos federais (IRPJ/CSLL/Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) do ano 1991, discutida em mandado de segurança. O valor envolvido nesse processo encontra-se depositado judicialmente. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a Sociedade protocolou petição desistindo da respectiva ação.
- (f) A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discute, por meio de mandados de segurança, o direito ao crédito de IPI nas aquisições de bens para o ativo imobilizado e de materiais de consumo. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo da respectiva ação.
- (g) Refere-se à contribuição previdenciária exigida em autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em processo de fiscalização, que exigiu da Sociedade, na qualidade de contribuinte solidária, valores de contribuição devidos na contratação de serviços prestados por terceiros. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1990 a outubro de 1999. Durante o exercício de 2007, a Sociedade reverteu o montante de R\$1.903, correspondente à decadência de parte do montante envolvido no processo referente ao período de janeiro de 1990 a outubro de 1994, conforme orientação da súmula vinculante nº 08 do Supremo Tribunal Federal - STF. Em 1º de março de 2010 foi protocolada petição desistindo parcialmente da ação, bem como renunciando parcialmente ao seu direito, para fins de adesão aos benefícios previstos na Lei nº 11.941/09, em relação às contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que prestavam serviços à Sociedade (responsabilidade solidária) no período compreendido entre novembro de 1994 e dezembro de 1998.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009 o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS e de débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Sociedade e suas controladas, após terem protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais, cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fizeram os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de parcelamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Sociedade e por suas controladas, conforme a Lei nº 11.941/09:

	Controladora				
	12/2010	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2011
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (a)	2.893	-	-	85	2.978
Débitos fiscais de IRPJ/CSLL/ILL (b)	<u>6.216</u>	(521)	-	<u>236</u>	<u>5.931</u>
	<u>9.109</u>	(521)	-	<u>321</u>	<u>8.909</u>
	Consolidado				
	12/2010	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2011
Débitos fiscais de INSS - ação anulatória (a)	2.893	-	-	85	2.978
Débitos fiscais de IRPJ/CSLL/ILL (b)	6.360	(521)	-	242	6.081
Débitos fiscais de IPI sobre aquisições de ativo imobilizado e material de uso e consumo (c)	<u>3.768</u>	(3.654)	(223)	<u>109</u>	-
	<u>13.021</u>	(4.175)	(223)	<u>436</u>	<u>9.059</u>

(a) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (g) desta mesma nota.

(b) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (e) desta mesma nota.

(c) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (f) desta mesma nota.

Devido à inexistência de saldos remanescentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Sociedade e suas controladas não se compensarão destes para liquidação da parcela de juros dos parcelamentos.

Em junho de 2011, após a consolidação dos débitos, os processos administrativos foram quitados em parcela única, o que gerou um estorno de provisão.

Para a sequência das etapas do parcelamento dos débitos fiscais da Sociedade e de suas controladas que se encontram em esfera judicial, aguarda-se a decisão sobre a consolidação dos valores para que haja a quitação dos mesmos, via conversão em renda dos valores depositados.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09

Em 13 de outubro de 2009, foi editada a Medida Provisória nº 470, que instituiu o pagamento e parcelamento de débitos fiscais decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969, e decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil.

Em 3 de novembro de 2009, a PGFN e a Receita Federal do Brasil publicaram, no Diário Oficial da União - DOU, a Portaria Conjunta nº 9, que dispõe sobre o pagamento e parcelamento de débitos de que trata o artigo 3º da Medida Provisória nº 470/09. Os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491/69 e os decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil, foram pagos ou parcelados, no âmbito de cada um dos órgãos, até 30 de novembro de 2009.

Conforme mencionado no item (d) desta mesma nota, a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado com referência a créditos de IPI decorrentes dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados.

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade aguarda o posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, após manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, para concluir a etapa referente à consolidação dos débitos fiscais e para baixar os saldos do passivo de exigibilidade suspensa contra os depósitos judiciais efetuados até a referida data pelos valores atualizados monetariamente. Devido à existência de depósitos judiciais efetuados em períodos anteriores e à opção feita pela controlada pelo pagamento à vista, nenhum ganho foi registrado no resultado do exercício quanto à reversão de multa de mora e juros.

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos de natureza tributária. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Tributários	28.172	29.867	36.171	42.970
Cíveis	12.167	9.284	16.869	14.137
Trabalhistas	<u>11.878</u>	<u>14.131</u>	<u>14.656</u>	<u>16.677</u>
	<u>52.217</u>	<u>53.282</u>	<u>67.696</u>	<u>73.784</u>

Riscos tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	Controladora					06/2011
	12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	999	424	-	(683)	30	770
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.562	-	-	-	157	7.719
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.452	-	(666)	-	599	4.385
Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.342	-	-	-	84	3.426
Honorários advocatícios e outros (g)	<u>13.512</u>	<u>-</u>	<u>(2.488)</u>	<u>-</u>	<u>848</u>	<u>11.872</u>
Risco tributário total provisionado	<u>29.867</u>	<u>424</u>	<u>(3.154)</u>	<u>(683)</u>	<u>1.718</u>	<u>28.172</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(9.600)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(325)</u>	<u>(9.925)</u>
	Consolidado					06/2011
	12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	1.505	424	(453)	(683)	43	836
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.562	-	-	-	157	7.719
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.452	-	(666)	-	599	4.385
Ação anulatória - Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.342	-	-	-	84	3.426
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - honorários advocatícios (e)	2.780	-	(2.867)	-	87	-
PIS semestralidade - Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88 (f)	2.191	-	-	-	63	2.254
Honorários advocatícios e outros (g)	<u>21.138</u>	<u>700</u>	<u>(6.153)</u>	<u>-</u>	<u>1.866</u>	<u>17.551</u>
Risco tributário total provisionado	<u>42.970</u>	<u>1.124</u>	<u>(10.139)</u>	<u>(683)</u>	<u>2.899</u>	<u>36.171</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(10.754)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(869)</u>	<u>(11.623)</u>

(a) Refere-se à incidência de multa moratória no recolhimento em atraso de tributos federais.

(b) Refere-se ao mandado de segurança que questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual proibiu a dedutibilidade da CSLL da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ. Parte da provisão, no montante atualizado de R\$5.727 (R\$5.559 em 31 de dezembro de 2010), está depositada judicialmente. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso, que será decidido via Repercussão

Geral.

- (c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos autos de infração lavrados contra a Sociedade, em agosto de 2003, dezembro de 2006 e dezembro de 2007, pela Receita Federal do Brasil, em que se exigem créditos tributários de IRPJ e CSLL relativamente à dedutibilidade da remuneração das debêntures emitidas pela Sociedade, nos períodos-base 2001 e 2002, respectivamente. A opinião dos advogados é de que a probabilidade de perda decorrente dos referidos autos de infração é remota.

O auto de infração lavrado contra a Sociedade em agosto de 2003, relativamente à dedutibilidade no período-base 1999, teve decisão administrativa transitada em julgado em janeiro de 2010, sendo mantido parcialmente em relação ao IRPJ e integralmente em relação à CSLL. Após essa decisão, em 7 de abril de 2010, a Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar a parcela remanescente do IRPJ e da CSLL. A opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda na ação judicial é remota.

- (d) Refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil exigindo o pagamento de imposto de renda sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas, ocorridas no ano-base 1989, à alíquota de 18% (Lei nº 7.988, de 29 de dezembro de 1989) e não 3%, conforme era determinado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.413/88, no qual a Sociedade se fundamentou para efetuar os recolhimentos na época. A Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar o auto de infração. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso.
- (e) Referiam-se aos honorários advocatícios para propositura de ações judiciais que discutem a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no período de fevereiro de 1998 aos dias atuais.. O montante de honorários foi revertido durante o trimestre em virtude da probabilidade de perda na opinião dos advogados ter sido revisada e alterada de remota para possível com base no andamento do *leading case* (ADC-18) em trâmite no Supremo Tribunal Federal, bem como em função da alteração da composição da Corte.
- (f) Refere-se à compensação do PIS pago na forma dos Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88, no período de 1988 a 1995, com impostos e contribuições federais devidos em 2003 e 2004. Durante o exercício de 2007, a Sociedade efetuou a reversão no montante de R\$14.910, devido à decisão favorável e definitiva à Sociedade, proferida em agosto de 2007. A provisão remanescente refere-se à parcela correspondente à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. que aguarda apreciação do processo pelo Conselho de Contribuintes.
- (g) O saldo refere-se a honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade e de suas controladas em processos tributários. Do montante provisionado, (i) R\$4.000 referem-se aos honorários advocatícios para elaboração de defesa no auto de infração de IRPJ e de CSLL contra a Sociedade, lavrado em 30 de junho de 2009, que tem como objeto o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente de incorporação de ações da Natura Participações S.A. na Sociedade. Na opinião dos advogados da Sociedade, a operação tal como foi estruturada e seus efeitos fiscais são defensáveis, motivo pelo qual o risco de perda é classificado como remoto; (ii) R\$700 referem-se aos honorários advocatícios devidos para defesa apresentada na Autuação da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, a qual exige supostas diferenças de ICMS ST em relação às remessas interestaduais realizadas a estabelecimentos da Sociedade localizados no Rio Grande do Sul. Na opinião dos advogados da Sociedade o risco de perda é classificado como remoto.

Riscos cíveis

	Controladora				Atualização	
	12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	monetária	06/2011
Diversas ações cíveis (a)	4.828	6.419	(3477)	(380)	125	7.515
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.512	-	(61)	-	50	1.501
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>2.944</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>207</u>	<u>3.151</u>
Risco cível total provisionado	<u>9.284</u>	<u>6.419</u>	<u>(3.538)</u>	<u>(380)</u>	<u>382</u>	<u>12.167</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.874)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(1.878)</u>
Total	<u>9.284</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.167</u>

	Consolidado					06/2011
	12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Diversas ações cíveis (a)	5.717	6.573	(3.571)	(381)	146	8.484
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.512	-	(61)	-	50	1.501
Honorários processo IBAMA (c)	3.965	-	(295)	-	63	3.733
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	2.943	-	-	-	208	3.151
Risco cível total provisionado	<u>14.137</u>	<u>6.573</u>	<u>(3.927)</u>	<u>(381)</u>	<u>467</u>	<u>16.869</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.976)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(1.983)</u>
Total	<u>14.137</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.869</u>

- (a) A Sociedade e suas controladas, em 30 de junho 2011, são partes em 2.274 ações e procedimentos cíveis (1.211 em 31 de dezembro de 2010), entre os quais 2.175 no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do PROCON, movidos por Consultores(as) Natura, consumidores, fornecedores e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.
- (b) Do total provisionado, o montante de R\$ 1.166 refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre em face da Sociedade e de outras instituições, sob a alegação de acesso ao conhecimento tradicional associado ao ativo Murumuru. A opinião dos advogados é que a probabilidade de perda é remota.
- (c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa nos autos de infração lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) contra a Sociedade em 2010 por acessos supostamente irregulares ao patrimônio genético. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda nos autos de infração relacionados à suposta ausência de repartição de benefícios e como possível a perda nos autos de infração relacionados ao suposto acesso irregular ao patrimônio genético em virtude do cumprimento total de todos os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica ("CDB"), tratado internacional firmado na Rio-92 e das ilegalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal que incorporou a CDB no sistema legal brasileiro. Com exceção de insumos provenientes de terras da União - que se recusa a negociar - a Sociedade reparte benefícios em 100% dos acessos no uso da biodiversidade, sendo inclusive a pioneira na repartição de benefícios com comunidades tradicionais e possuindo aproximadamente 68% das solicitações ao Órgão Regulador de pedidos de autorização para acesso à biodiversidade.

Riscos trabalhistas

A Sociedade e suas controladas, em 30 de junho de 2011, são partes em 840 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (766 em 31 de dezembro de 2010), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

	Controladora				
	12/2010	Adições	Reversões	Atualização monetária	06/2011
Risco trabalhista total provisionado	<u>14.131</u>	<u>2.437</u>	<u>(5.241)</u>	<u>551</u>	<u>11.878</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.762)</u>	<u>(255)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.017)</u>

	Consolidado				
	<u>12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>06/2011</u>
Risco trabalhista total provisionado	<u>16.677</u>	<u>2.437</u>	<u>(5.282)</u>	<u>824</u>	<u>14.656</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(2.410)</u>	<u>(280)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(2.690)</u>

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Sociedade e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Tributárias:				
Ação Declaratória - ICMS - ST (a)	61.549	53.809	61.549	53.809
Compensação de 1/3 da COFINS - Lei nº 9.718/98 (b)	5.236	5.121	5.236	5.121
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (c)	4.764	4.567	4.764	4.567
Auto de infração IPI (d)	5.311	5.178	5.311	5.178
Processo administrativo - auto de infração ICMS - ST - DF (e)	11.807	25.077	11.807	25.077
Processo administrativo - débito fiscal - ICMS - ST - RS (f)	8.744	15.919	8.744	15.919
Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (g)	29.680	-	29.680	-
Auto de infração - SeFaz de SP - fiscalização do ICMS (h)	9.837	9.837	9.837	9.837
Auto de infração - preço de transferência em contratos de mútuo com empresa ligada do exterior (i)	1.816	1.779	1.816	1.779
Notificação fiscal de lançamento de débito - GFIP (j)	1.016	974	1.016	974
Auto de infração de ICMS - ST (k)	-	440	-	440
Pedido de compensação de tributos de mesma espécie - IRPJ e IRRF (l)	588	568	588	568
Outras	<u>51.510</u>	<u>44.051</u>	<u>56.819</u>	<u>52.373</u>
	<u>191.858</u>	<u>167.320</u>	<u>197.167</u>	<u>175.642</u>
Cíveis	3.887	3.315	4.618	4.133
Trabalhistas	<u>55.996</u>	<u>61.547</u>	<u>87.281</u>	<u>85.899</u>
	<u>251.741</u>	<u>232.182</u>	<u>289.066</u>	<u>265.674</u>

(a) Em 30 de junho de 2011, o montante demonstrado apresenta a seguinte composição:

1. ICMS - ST - PR - R\$ 50.142 (R\$46.768 em 31 de dezembro de 2010) - Ação movida pela Sociedade com o objetivo de discutir as alterações na base de cálculo do ICMS - ST promovido pelo Decreto Paranaense nº 7.018/06. O valor discutido na ação, relativo aos meses de janeiro de 2007 a junho de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16, estando sua exigibilidade suspensa.
2. ICMS - ST - DF - R\$ 8.535 (R\$5.574 em 31 de dezembro de 2010) - Ação declaratória movida pela Sociedade com o objetivo de discutir sua responsabilidade pelo recolhimento do ICMS - ST, em razão da ausência de norma legal e de critério para a aferição da base de cálculo desse imposto ou, sucessivamente, a necessidade de celebração de Termo de Acordo fixando a base de cálculo do ICMS - ST. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a junho de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16, estando sua exigibilidade suspensa.

3. ICMS - ST - MS - R\$1.467 em 31 de dezembro de 2010 - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso do Sul que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a junho de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16, estando sua exigibilidade suspensa.
 4. ICMS - ST - MT - R\$2.872 em 30 de junho de 2011 - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto.
- (b) A Lei nº 9.718/98 aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3% e permitiu que esse diferencial de 1% fosse compensado, durante 1999, com a contribuição social a recolher do mesmo ano. A Sociedade e suas controladas, entretanto, impetraram, em 1999, mandado de segurança e obtiveram liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário (diferença de 1% da alíquota) e autorizando o recolhimento da COFINS com base na Lei Complementar nº 70/91, vigente até então. Em dezembro de 2000, tendo em vista precedentes desfavoráveis do Poder Judiciário, a Sociedade e suas controladas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, parcelando a dívida referente à COFINS não recolhida no período. Com o recolhimento do tributo, a Sociedade e suas controladas passaram a ter direito à compensação de 1% da COFINS com a contribuição social, que foi feita no primeiro semestre de 2001. A Receita Federal do Brasil, no entanto, entende que o prazo para a compensação estava restrito ao ano-base 1999. Em 11 de setembro de 2006, a Sociedade foi notificada do indeferimento das compensações realizadas e tempestivamente entrou com o recurso cabível. O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Sociedade.
 - (c) Ação movida pela Sociedade que pretende declarar a inexigibilidade do crédito fiscal cobrado pelo INSS, através de auto de infração lavrado com o objetivo de exigir a contribuição previdenciária sobre a ajuda de custo para a manutenção de veículos paga às Promotoras de Venda. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1994 a outubro de 1999.
 - (d) Refere-se à execução fiscal visando à exigência de IPI decorrente de suposta falta de recolhimento e incorreta classificação de produtos comercializados. A Sociedade apresentou defesa na esfera judicial e aguarda seu julgamento definitivo.
 - (e) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado do Distrito Federal, em razão de suposto recolhimento a menor referente à diferença no recolhimento de ICMS próprio e ICMS-ST. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda seu julgamento definitivo.
 - (f) Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul em face da Sociedade, em razão de sua condição de substituta tributária, para cobrança de ICMS supostamente devido, em razão da ausência de critério para aferição da base de cálculo correta dessa imposto, relativo às operações subsequentes praticadas pelas revendedoras autônomas domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul. A Sociedade propôs ação anulatória para afastar essa exigência, a qual aguarda seu julgamento definitivo.
 - (g) Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul exigindo crédito tributário referente ao ICMS por suposta aplicação indevida de redução de base de cálculo concedida nas operações internas e suposta redução da alíquota interna na apuração do diferencial de alíquotas. Apresentamos defesas administrativas as quais aguardam seu julgamento.
 - (h) Autuação lavrada pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, em razão de suposto creditamento do ICMS decorrente de aquisição de bens para integração dos ativos imobilizados transferidos, na data da compra, para outros estabelecimentos, bem como a bens adquiridos e supostamente não relacionados diretamente à atividade de produção e comercialização. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, alegando a possibilidade dos creditamentos efetuados, decadência do crédito tributário, bem como a ilegalidade da aplicação dos juros no montante de um décimo por cento ao dia, e aguarda seu julgamento definitivo.
 - (i) Refere-se a auto de infração lavrado contra a Sociedade no qual a Receita Federal do Brasil exige IRPJ e CSLL sobre a diferença de juros em contratos de mútuo com pessoa jurídica vinculada no exterior. Em 12 de

julho de 2004, foi apresentada a defesa administrativa, que foi julgada improcedente. No mês de junho de 2008, a Sociedade apresentou recurso voluntário em face da decisão desfavorável perante o Conselho de Contribuintes, o qual está pendente de apreciação pelo órgão julgador.

- (j) Exigência de multa pela falta de preenchimento na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, obrigação acessória previdenciária, de contribuições previdenciárias de autônomos e de verbas de caráter indenizatório. A Sociedade discute a cobrança na esfera judicial.
- (k) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado de Goiás, em razão de suposto recolhimento a menor pela Sociedade. A Sociedade, no primeiro trimestre de 2011, quitou o débito através de anistia concedida pelo Estado por meio da Lei nº 17.252/11, a qual reduziu a aplicação de juros e multa incidente sobre o valor devido.
- (l) Refere-se à não homologação de compensação de débitos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF do segundo trimestre de 2000 com créditos de IRPJ relativos ao quarto trimestre de 1999. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, que foi julgada parcialmente favorável. Em 12 de julho de 2006, foi distribuída em juízo ação anulatória, com realização de depósito judicial, a fim de discutir a cobrança relativa ao saldo da compensação não homologado pela Receita Federal do Brasil.

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem os seguintes processos ativos relevantes:

- a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. questionam judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS instituídas pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 30 de junho de 2011, totalizavam R\$ 21.414 (R\$ 20.920 em 31 de dezembro de 2010). Durante o primeiro trimestre foi proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região acórdão favorável à Sociedade por meio dos Embargos de Declaração opostos pelas empresas, autorizando a compensação destes créditos tributários (i) com débitos de quaisquer tributos e contribuições federais no que se refere à empresa Natura Cosméticos e (ii) limitado aos débitos das referidas contribuições no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. Como consequência a Sociedade reconheceu os créditos de PIS e COFINS no montante de R\$16.852 na rubrica 'Impostos a recuperar' referente aos recolhimentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos anteriores à data de propositura das ações, à crédito do resultado do período na rubrica 'Outras receitas (despesas) operacionais'.

A Sociedade e sua controlada apresentaram recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal a fim de obter o reconhecimento do direito à compensação dos respectivos tributos recolhidos indevidamente nos dez anos anteriores à data de propositura de ambas as ações, bem como, no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., o direito de compensar esses créditos com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil. A Sociedade já apresentou e aguarda a habilitação dos respectivos créditos reconhecidos para efetiva compensação destes com débitos referentes a tributos e contribuições federais.

- b) A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. e Natura Logística e Serviços Ltda. pleiteiam a restituição das parcelas do ICMS e do Imposto Sobre Serviços - ISS incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS, recolhidas no período de abril de 1999 a março de 2007. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição, atualizados até 30 de junho de 2011, totalizavam R\$ 298.788 (R\$288.584 em 31 de dezembro de 2010). A opinião dos advogados é que a probabilidade de êxito é possível.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital da Sociedade era R\$418.061.

Em março de 2011 foram subscritas 153.230 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$24,78, totalizando R\$3.797, passando o capital social da Sociedade em 31 de março de 2011 para 431.034.646 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$421.858. O capital autorizado passou de 10.428.709 para 10.275.479 ações nominativas ordinárias.

Em junho de 2011 foram subscritas 200.059 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$25,51, totalizando R\$5.104, passando o capital social da Sociedade em 30 de junho de 2011 para 431.234.705 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$426.962. O capital autorizado passou de 10.275.479 para 10.075.420 ações nominativas ordinárias.

- b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.

O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou intermediários e, com base neles, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários.

Em 14 de abril de 2011 foram pagos dividendos no valor total de R\$405.623 (R\$0,9414 por ação) e juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$24.456 (R\$0,0567 brutos por ação), conforme distribuição aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2011 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de abril de 2011, referente ao lucro líquido do exercício de 2010, que somados aos R\$253.947 de dividendos e R\$35.427 de juros sobre o capital próprio pagos em agosto de 2010, correspondem a uma distribuição de aproximadamente 95% do lucro líquido auferido no exercício de 2010.

Em 20 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou, “ad referendum” da

Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as demonstrações contábeis do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, a proposta para pagamento de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio, referentes aos resultados auferidos no primeiro semestre de 2011, nos montantes de R\$295.302 (R\$0,68 por ação) e R\$37.506, bruto de IRRF (R\$0,087 bruto por ação), respectivamente. O montante total dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio corresponde a 98% do lucro líquido consolidado registrado no primeiro semestre de 2011.

c) Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$</u>	<u>Preço médio por ação - R\$</u>
<u>655</u>	<u>14</u>	<u>21,37</u>

d) Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 3.299 ações ordinárias, decorrente da capitalização das debêntures no montante de R\$100.000, ocorrida em 2 de março de 2004.

e) Reserva legal

Em virtude de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Sociedade, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu por não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido nos exercícios a partir de 2006.

f) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2010, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$23.421 (R\$82.988 em 31 de dezembro de 2009). A retenção referente ao exercício de 2010 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 23 de fevereiro de 2011 e ratificado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de abril de 2011.

g) Outros resultados abrangentes

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

19. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, embora o principal tomador de decisões analise as informações sobre as receitas em diversos níveis, a principal segmentação dos negócios da Sociedade é baseada em vendas de cosméticos por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: Brasil, América Latina (“LATAM”) e demais países. Além disso, a LATAM é analisada em dois grupos: (i) Argentina, Chile e Peru; e (ii) México, Venezuela e Colômbia. Os segmentos possuem características de negócios semelhantes e cada um oferece produtos similares através da mesma metodologia de acesso aos consumidores.

A receita líquida por região está representada da seguinte forma no primeiro semestre de 2011:

- Brasil: 91,7%.
- Argentina, Chile e Peru: 5,4%.
- México, Venezuela e Colômbia: 2,6%.
- Outros: 0,3%.

Embora os segmentos internacionais não representem mais que 10% das informações necessárias para se agregar um segmento, conforme critérios de agregação descritos na IFRS 8, a Administração possui fortes indicadores de que seus negócios no exterior sofrerão aumento significativo em sua representatividade perante os saldos financeiros consolidados, e, dessa forma, a Administração optou por divulgá-los separadamente.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, descrição do negócio da Natura e políticas contábeis significativas. O desempenho dos segmentos da Sociedade foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos da Sociedade para 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as políticas contábeis aplicadas.

Contas de resultado

	06/2011				
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Imposto de renda</u>
Brasil	2.328.015	390.141	(47.647)	(31.746)	(168.907)
Argentina, Chile e Peru	137.425	(11.205)	(1.924)	729	(1.777)
México e Colômbia	66.116	(31.738)	(990)	(273)	106
Outros (*)	<u>7.907</u>	<u>(8.587)</u>	<u>(278)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>2.539.463</u>	<u>338.611</u>	<u>(50.839)</u>	<u>(31.290)</u>	<u>(170.578)</u>

	06/2010				
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Imposto de renda</u>
Brasil	2.134.034	385.531	(46.405)	(17.748)	(172.479)
Argentina, Chile e Peru	114.049	(15.087)	(1.454)	(260)	(1.255)
México, Venezuela e Colômbia	43.296	(16.985)	(810)	(1.364)	(142)
Outros (*)	<u>6.630</u>	<u>(20.407)</u>	<u>(367)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>2.298.009</u>	<u>333.052</u>	<u>(49.036)</u>	<u>(19.372)</u>	<u>(173.876)</u>

Contas patrimoniais

	06/2011			12/2010		
	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>
Brasil	1.424.482	3.203.352	1.205.862	1.258.950	2.970.381	1.236.800
Argentina, Chile e Peru	18.425	139.614	65.735	19.489	156.666	76.802
México, Venezuela e Colômbia	10.195	89.219	25.012	10.858	69.041	33.009
Outros (*)	<u>17.233</u>	<u>28.206</u>	<u>6.662</u>	<u>16.177</u>	<u>25.783</u>	<u>6.738</u>
Consolidado	<u>1.470.335</u>	<u>3.460.391</u>	<u>1.303.271</u>	<u>1.305.474</u>	<u>3.221.871</u>	<u>1.353.349</u>

(*) Inclui operações da França e Corporativo Latam.

A Sociedade possui apenas uma classe de produtos comercializados pelas Consultoras(es) Natura denominada "Cosméticos". Desta forma, a divulgação da receita por classe de produtos não é aplicável.

A Sociedade possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

A receita de partes externas informadas ao Comitê Executivo foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Receita bruta:				
Mercado interno	3.173.639	2.908.177	3.173.026	2.908.631
Mercado externo	-	-	267.400	208.397
Outras vendas	-	-	756	679
	<u>3.173.639</u>	<u>2.908.177</u>	<u>3.441.182</u>	<u>3.117.707</u>
Devoluções e cancelamentos	(5.234)	(4.194)	(5.234)	(4.194)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(488.181)</u>	<u>(438.582)</u>	<u>(896.485)</u>	<u>(815.504)</u>
Receita líquida	<u><u>2.680.224</u></u>	<u><u>2.465.401</u></u>	<u><u>2.539.463</u></u>	<u><u>2.298.009</u></u>

21. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

- a) Está demonstrada a seguir a abertura por função das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Custo dos produtos vendidos	1.089.006	1.036.838	756.266	711.795
Despesas com vendas	715.841	608.832	909.293	762.598
Despesas gerais e administrativas	395.220	316.904	343.030	277.313
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 27.2)	<u>6.176</u>	<u>6.848</u>	<u>7.187</u>	<u>6.848</u>
Total	<u><u>2.206.243</u></u>	<u><u>1.969.422</u></u>	<u><u>2.015.776</u></u>	<u><u>1.758.554</u></u>

- b) Está demonstrada a seguir a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos e materiais de revenda	1.089.006	1.036.838	613.410	585.962
Despesas com marketing	442.292	375.590	471.375	399.332
Despesas com fretes	116.809	95.405	127.516	102.763
Despesas com prestação de serviços	37.505	23.245	84.013	61.001
Benefícios pagos a colaboradores e Administradores (nota explicativa nº 22)	131.290	116.118	302.833	262.417
Depreciação e amortização	10.347	7.783	50.821	49.036
Outras despesas	22.134	14.498	365.808	298.043
Prestação de serviços administrativos (nota explicativa nº 27.1)	231.122	193.687	-	-
Prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento (nota explicativa nº 27.1)	<u>125.738</u>	<u>106.258</u>	-	-
Total	<u>2.206.243</u>	<u>1.969.422</u>	<u>2.015.776</u>	<u>1.758.554</u>

22. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Salários e bonificações	96.616	85.814	226.567	196.351
Plano de pensão de contribuição definida (nota explicativa nº 23.1)	1.313	923	2.242	1.072
Ganho de executivos	2.714	1.296	5.609	3.791
Impostos e contribuições sociais	<u>30.647</u>	<u>28.085</u>	<u>68.415</u>	<u>61.203</u>
	<u>131.290</u>	<u>116.118</u>	<u>302.833</u>	<u>262.417</u>

22.1. Ganhos baseados em ações

O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases do programa, estabelecer o plano, indicando os diretores e gerentes que receberão as opções e a quantidade total a ser distribuída.

No formato válido até o ano 2008, os planos possuem prazo de quatro anos para elegibilidade ao exercício das opções, sendo 50% ao final do terceiro ano e 50% ao final do quarto ano, havendo ainda um prazo máximo de dois anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

Em 2009, o formato do programa foi alterado, sendo o prazo de elegibilidade ao exercício das opções de 100% ao final do quarto ano, com a possibilidade de sua antecipação para três anos, mediante a condição de cancelamento de 50% das opções

outorgadas nos planos, e foi fixado o prazo máximo de quatro anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

No âmbito desse novo modelo do programa, foram outorgadas 1.491.780 opções em 23 de março de 2011, pelo preço de exercício de R\$42,39.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	06/2011		12/2010	
	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)
Saldo no início do trimestre/exercício	28,10	6.839	23,22	5.538
Concedidas	42,39	1.492	34,17	2.176
Canceladas	28,04	(670)	22,80	(268)
Exercidas	<u>25,20</u>	<u>(353)</u>	<u>22,74</u>	<u>(607)</u>
Saldo no fim do trimestre/exercício	<u>32,13</u>	<u>7.308</u>	<u>28,10</u>	<u>6.839</u>

Das 7.308 mil opções existentes em 30 de junho de 2011 (6.839 mil opções em 31 de dezembro de 2010), 1.405 mil opções (822 mil opções em 31 de dezembro de 2010) são exercíveis. As opções exercidas em 2011 resultaram na emissão de 353 mil ações (607 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções, foi de R\$2.714 e R\$5.609 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$1.296 e R\$3.791, respectivamente, na controladora e no consolidado no semestre findo em 30 de junho de 2010).

As opções de compra de ações em circulação no fim do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Em 30 de junho de 2011:

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
29 de março de 2006	31,29	362.155	0,72	362.155
24 de abril de 2007	29,59	552.828	1,84	552.828
22 de abril de 2008	22,98	979.789	2,85	489.895
22 de abril de 2009	25,06	2.019.443	5,90	-
19 de março de 2010	36,77	1.901.997	6,82	-
21 de março de 2011	42,92	<u>1.491.780</u>	7,82	-
		<u>7.307.992</u>		<u>1.404.878</u>

Em 31 de dezembro de 2010:

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
16 de março de 2005	20,25	82.981	0,21	82.981
29 de março de 2006	30,17	414.120	1,23	414.120
24 de abril de 2007	28,53	650.333	2,35	325.167
22 de abril de 2008	22,16	1.128.902	3,36	-
22 de abril de 2009	24,17	2.436.105	6,40	-
19 de março de 2010	35,46	<u>2.126.372</u>	7,32	-
		<u>6.838.813</u>		<u>822.268</u>

Em 30 de junho de 2011, o preço de mercado era de R\$38,48 (R\$47,69 em 31 de dezembro de 2010) por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2011 foram:

- Preço justo da opção de ação de R\$16,45 (R\$10,82 em 31 de dezembro de 2010) na data da outorga.
- Volatilidade de 36% (37% em 31 de dezembro de 2010).
- Rendimento de dividendos de 5,3% (5,3% em 31 de dezembro de 2010).
- Vida esperada da opção correspondente a três e quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 10,98% (10,8% em 31 de dezembro de 2010).

23. BENEFÍCIOS A COLABORADORES

23.1. Plano de previdência complementar

A Sociedade e suas controladas patrocinam dois planos de benefícios a colaboradores, sendo um de complementação de benefícios de aposentadoria, por intermédio de um plano de previdência complementar administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e um de extensão de assistência médica para ex-funcionários aposentados.

O plano de previdência complementar é estabelecido sob a forma de “contribuição definida”, criado em 1º de agosto de 2004 e elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela da Sociedade equivale a 60% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais, que variam de 1% a 5% da remuneração do colaborador aposentado.

Em 30 de junho de 2011, não existiam passivos atuariais em nome da Sociedade e de suas controladas decorrentes do plano de previdência complementar.

As contribuições realizadas pela Sociedade e por suas controladas totalizaram R\$1.313 na controladora e R\$2.242 no consolidado, no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$923 na controladora e R\$1.072 no consolidado no semestre findo em 30 de junho de 2010), as quais foram registradas como despesa no resultado.

23.2. Plano de assistência médica

A Sociedade e suas controladas mantêm um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e seus respectivos cônjuges, conforme regras por elas estipuladas. Em 30 de junho de 2011, o plano contava com 304 e 2.165 colaboradores na controladora e no consolidado, respectivamente.

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas mantinham uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R\$14.180 e R\$21.556 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$13.123 e R\$19.742, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2010), a qual foi calculada por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

	Percentual anual (em termos nominais) <u>2011</u>
Taxa de desconto financeiro	11,2
Crescimento das despesas médicas (reduzindo 0,5% ao ano)	10,5 a 5,5
Inflação de longo prazo	4,5
Tábua de mortalidade geral	RP 2000

24. RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Receitas financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	7.759	6.276	29.807	15.655
Ganhos com variações monetárias e cambiais (a)	-	434	10.724	936
Ganhos com operações de “swap” e “forward”	4.166	6.535	1.663	14.308
Outras receitas financeiras	<u>332</u>	<u>10.049</u>	<u>7.573</u>	<u>6.783</u>
	<u>12.257</u>	<u>23.294</u>	<u>49.767</u>	<u>37.682</u>
Despesas financeiras:				
Juros com financiamentos	(26.561)	(19.100)	(36.094)	(25.949)
Perdas com variações monetárias e cambiais (a)	(4.091)	(11.590)	(3.058)	(12.281)
Perdas com operações de “swap” e “forward”	(9.430)	-	(25.135)	(5.624)
Outras despesas financeiras	<u>(1.908)</u>	<u>(8.177)</u>	<u>(16.770)</u>	<u>(13.201)</u>
	<u>(41.990)</u>	<u>(38.867)</u>	<u>(81.057)</u>	<u>(57.055)</u>
Receitas (despesas) financeiras	<u>(29.733)</u>	<u>(15.573)</u>	<u>(31.290)</u>	<u>(19.373)</u>

As aberturas a seguir têm o objetivo de explicar melhor os resultados das operações de proteção cambial contratadas pela Sociedade, bem como as respectivas contrapartidas registradas no resultado financeiro demonstrado no quadro anterior:

	Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
(a)		
Ganhos com variações monetárias e cambiais	10.724	936
Perdas com variações monetárias e cambiais	<u>(3.058)</u>	<u>(12.281)</u>
	<u>7.666</u>	<u>(11.345)</u>
Abertura:		
Variações cambiais dos empréstimos e financiamentos	10.655	(9.883)
Variações monetárias dos financiamentos	(95)	30
Variações cambiais das importações	(387)	(804)
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	455	(1.624)
Varição cambial dos recebíveis de exportação	<u>(2.962)</u>	<u>936</u>
	<u>7.666</u>	<u>(11.345)</u>

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Lucro na venda de imobilizado	1.463	1.478	2.578	2.119
Créditos tributários de PIS e COFINS (*)	11.887	-	20.285	-
Outras despesas operacionais líquidas	<u>(1.892)</u>	<u>(2.596)</u>	<u>(6.071)</u>	<u>(15.273)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>11.458</u>	<u>(1.118)</u>	<u>16.792</u>	<u>(13.154)</u>

(*) O saldo demonstrado inclui os créditos tributários reconhecidos de PIS e COFINS, oriundos de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 17, item (a) de ativos contingentes.

26. LUCRO POR AÇÃO

26.1. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	338.611	333.052
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	<u>431.019.820</u>	<u>430.415.887</u>
Média ponderada das ações em tesouraria	<u>(655)</u>	<u>(655)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>431.019.165</u>	<u>430.415.232</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,7856</u>	<u>0,7738</u>

26.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. As únicas ações ordinárias potenciais com efeito dilutivo são opções de compra de ações.

	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	338.611	333.052
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>431.019.165</u>	<u>430.415.232</u>
Ajuste por opções de compra de ações	<u>1.504.901</u>	<u>1.881.274</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	<u>432.524.066</u>	<u>432.296.505</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,7829</u>	<u>0,7704</u>

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.1. Saldos e transações

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Ativo circulante:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	13.506	10.143
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	<u>15.134</u>	<u>12.218</u>
	<u>28.640</u>	<u>25.361</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	170.588	153.597
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	26.487	47.356
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	<u>18.913</u>	<u>45.636</u>
	<u>215.988</u>	<u>246.589</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	<u>188</u>	<u>163</u>

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Venda de produtos		Compra de produtos	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Indústria e Comércio de Cosméticos				
Natura Ltda.	1.447.326	1.349.488	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	1.365.407	1.273.459
Natura Cosméticos S.A. - Peru	-	-	15.330	14.818
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	-	-	17.741	16.199
Natura Cosméticos S.A. - Chile	-	-	16.534	15.567
Natura Cosméticos S.A. - México	-	-	18.697	17.356
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	-	-	9.975	10.638
Natura Europa SAS - França	-	-	3.162	1.183
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	456	252
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	24	16
	<u>1.447.326</u>	<u>1.349.488</u>	<u>1.447.326</u>	<u>1.349.488</u>

	Venda de serviços		Contratação de serviços	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Estrutura administrativa: (f)				
Natura Logística e Serviços Ltda.	231.122	193.687	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	172.649	144.959
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	-	-	36.206	29.995
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	<u>22.267</u>	<u>18.733</u>
	<u>231.122</u>	<u>193.687</u>	<u>231.122</u>	<u>193.687</u>
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias: (g)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	125.738	106.258	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	<u>125.738</u>	<u>106.258</u>
	<u>125.738</u>	<u>106.258</u>	<u>125.738</u>	<u>106.258</u>
Pesquisas e testes "in vitro": (h)				
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	1.445	2.064	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	<u>1.445</u>	<u>2.064</u>
	<u>1.445</u>	<u>2.064</u>	<u>1.445</u>	<u>2.064</u>
Locação de imóveis e encargos comuns: (i)				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	3.592	3.363	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	2.082	1.948
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	836	783
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	<u>674</u>	<u>632</u>
	<u>3.592</u>	<u>3.363</u>	<u>3.592</u>	<u>3.363</u>
Total da venda ou compra de produtos e serviços	<u>1.809.223</u>	<u>1.654.860</u>	<u>1.809.223</u>	<u>1.654.860</u>

- (a) Refere-se a adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (b) Refere-se a adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de logística e administrativos em geral.
- (c) Valores a pagar pela compra de produtos.
- (d) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (f).
- (e) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (g).
- (f) Prestação de serviços logísticos e administrativos em geral.
- (g) Prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (h) Prestação de serviços de pesquisas e testes "in vitro".
- (i) Refere-se à locação de parte do complexo industrial situado no município de Cajamar - SP e de prédios localizados no município de Itapezerica da Serra - SP.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram os resultados do trimestre e exercício findos naquelas datas, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Sociedade e suas controladas.

Devido ao modelo das operações mantido pela Sociedade e por suas controladas, bem como ao formato do canal de distribuição dos produtos, a qual é efetuada através de vendas diretas por Consultores(as) Natura, parte substancial das vendas da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é realizada para a controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil e para as suas controladas no exterior.

As vendas efetuadas para partes não relacionadas totalizaram R\$2.550 no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$3.365 no semestre findo em 30 de junho de 2010).

Sobre os saldos a receber entre as empresas Natura em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme detalhes mencionados na nota explicativa nº 14, tem sido prática entre as empresas Natura conceder entre si avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

27.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos administradores da Sociedade está assim composta:

	06/2011			06/2010		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	1.736	889	2.625	1.925	903	2.828
Diretores estatutários	<u>2.700</u>	<u>1.862</u>	<u>4.562</u>	<u>2.184</u>	<u>1.836</u>	<u>4.020</u>
	<u>4.436</u>	<u>2.751</u>	<u>7.187</u>	<u>4.109</u>	<u>2.739</u>	<u>6.848</u>
Diretores não estatutários	<u>15.059</u>	<u>8.164</u>	<u>23.223</u>	<u>7.693</u>	<u>6.025</u>	<u>13.718</u>

(*) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no ano anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos conselheiros e diretores, estatutários e não estatutários.

27.3. Ganhos baseados em ações

Os ganhos de executivos da Sociedade estão assim compostos:

	06/2011		06/2010	
	Outorga de opções		Outorga de opções	
	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)
Diretores estatutários	<u>1.649.801</u>	<u>32,13</u>	<u>1.523.834</u>	<u>27,28</u>
Diretores não estatutários	<u>3.339.234</u>	<u>32,13</u>	<u>3.216.766</u>	<u>27,28</u>

(a) Refere-se ao saldo das opções maduras (“vested”) e não maduras (“nonvested”), não exercidas, nas datas dos balanços.

- (b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado pela variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, até as datas dos balanços.

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

28.1. Contratos de fornecimento de insumos

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui compromisso decorrente de contrato de fornecimento de energia elétrica para suprimento de suas atividades de manufatura, vigente até 2015, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 3,6 Megawatts, equivalente a R\$363. Em 30 de junho de 2011, a controlada estava adimplente com o compromisso desse contrato.

Os valores estão demonstrados através das estimativas de consumo de energia de acordo com o prazo de vigência do contrato, cujos preços estão baseados nos volumes, também estimados, resultantes das operações contínuas da controlada.

Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor presente, segundo o contrato, são:

	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Menos de um ano	1.950	3.899
Mais de um ano e menos de cinco anos	9.591	9.591
Mais de cinco anos	<u>2.578</u>	<u>2.578</u>
	<u>14.119</u>	<u>16.068</u>

28.2. Obrigações por arrendamentos operacionais

A Sociedade e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de imóveis onde estão localizadas algumas de suas controladas no exterior, bem como a sua sede administrativa no Brasil, e imóveis onde se localizam as “Casas Natura” no Brasil e no exterior.

Os contratos têm prazos de arrendamento entre um e dez anos e não possuem cláusula de opção de compra ao término dos contratos, porém permitem renovações tempestivas de acordo com as condições de mercado em que eles são celebrados, sendo em uma média de dois anos.

Em 30 de junho de 2011, o compromisso assumido com as contraprestações futuras desses arrendamentos operacionais possuía os seguintes prazos para pagamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	609	2.666
2012	1.217	3.426
2013 em diante	<u>3.806</u>	<u>7.221</u>
	<u>5.632</u>	<u>13.313</u>

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 30 de junho de 2011, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo industrial/ estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	829.987
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1.128 veículos	45.926
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	1.372.097

30. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

As presentes demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 20 de julho de 2011.



São Paulo, 20 de julho de 2011 – A Natura Cosméticos S.A. (BM&FBovespa: NATU3) anuncia hoje os resultados do segundo trimestre de 2011 (2T11).

Introdução

No segundo trimestre de 2011, a Natura apresentou receita líquida consolidada de R\$ 1.393,6 milhões, com crescimento de 8,6%. O EBITDA foi de R\$ 327,3 milhões, 1,4% menor do que o ano anterior, com margem de 23,5% e o lucro líquido de R\$ 188,1 milhões.

No acumulado dos primeiros seis meses do ano, a receita líquida consolidada foi de R\$ 2.539,5 milhões, com crescimento de 10,5%. O EBITDA foi de R\$ 591,3 milhões, evolução de 2,8% em relação ao mesmo período de 2010, com margem de 23,3% e lucro líquido de R\$ 338,6 milhões.

No Brasil, a Natura ganhou 46 pontos base de *market share* no mercado alvo nos quatro primeiros meses do ano, atingindo participação de 25,4%, seu maior patamar.

Em nossas operações internacionais, nos primeiros seis meses do ano, a receita bruta aumentou 36,6% em moeda local ponderada em relação ao ano anterior. O resultado operacional das operações em consolidação (Argentina, Chile e Peru) elevou-se a R\$ 9,5 milhões (R\$ 1,8 milhões em 2010) e seguimos investindo nas operações em implantação (México e Colômbia).

A base de nossas consultoras evoluiu a taxas expressivas. No Brasil alcançamos cerca de 1,1 milhão de consultoras com crescimento de 15,6% ao final do semestre e nas operações internacionais atingimos 217 mil consultoras. No consolidado somamos 1,3 milhão de consultoras.

O mercado de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPP&C), apesar de apresentar taxas relevantes, cresceu menos do que em 2010. Segundo dados do Sipatesp/Abiphec¹, o

1 Sindicato da Indústria de Perfumarias de Artigos de Toucador no Estado de São Paulo / Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

mercado alvo cresceu 9,5% nos primeiros quatro meses do ano, versus 13,5% no ano anterior. Neste contexto, o mercado tornou-se ainda mais dinâmico e competitivo.

A desaceleração nas taxas de crescimento da economia e do mercado HPP&C, bem como nosso desempenho abaixo das expectativas, nos orientam a adotar as correções necessárias para manter adequada a lucratividade da empresa nesse ano, ajustando as despesas e focando ainda mais em ganhos de produtividade o que deve ocorrer gradativamente ao longo deste segundo semestre do ano. Serão mantidos os investimentos em projetos e iniciativas transformadoras de médio e longo prazo, como inovação, infraestrutura logística, sistemas de informação e desenvolvimento de lideranças.

Ao mesmo tempo teremos ações de marketing e lançamentos de maior relevância. Iniciamos o segundo semestre com o lançamento de um novo conceito e da submarca "VôVó", e o relançamento de toda a linha Ekos, com maior composição de ativos da biodiversidade brasileira e novas embalagens. Nosso plano de investimento em marketing para o segundo semestre está coerente com o momento de mercado que estamos vivendo.

O ambiente competitivo mais acirrado e a entrada de novos concorrentes estimulam a evolução dos nossos negócios e a busca contínua de eficiência. A Natura conta com sólidos fundamentos; valores e cultura diferenciados, um time de liderança de alto desempenho, uma marca forte e admirada, oportunidades em categorias e faixas de preços nas quais ainda não atuamos e um canal de vendas que segue crescendo a taxas importantes.

A inovação é nosso principal vetor de diferenciação e de crescimento no longo prazo. Seguimos investindo em pesquisa e desenvolvimento de produtos e conceitos, e em especial planejamos um aumento dos esforços na inovação comercial, com ênfase no uso de meios digitais, acreditando que nosso modelo de venda direta tem uma grande oportunidade de evolução na qualidade dos serviços, tanto para o canal de vendas, como para os consumidores finais.

Reafirmamos a confiança de que seguiremos crescendo acima do mercado e ampliando nossa área de atuação, tanto no Brasil, como nas operações internacionais.

Mercado de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

A Natura nos primeiros quatro meses de 2011 ampliou o market share. Segundo dados da Sipatesp/Abihpec, o mercado alvo teve uma evolução de 9,5% no período, enquanto a Natura apresentou um ganho de 46 pontos base de market share neste segmento.

➤ **ABIHPEC/SIPATESP – mercado alvo de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos no Brasil e *market share* Natura**

	Mercado Alvo (R\$ milhões)			Market Share - Natura (%)		
	4M11	4M10	Var. %	4M11	4M10	Var. pp
Cosméticos e Fragrâncias	2.704,2	2.489,7	8,6%	39,6%	38,2%	1,5
Higiene Pessoal	3.262,4	2.958,7	10,3%	13,7%	13,9%	(0,2)
Total	5.966,6	5.448,4	9,5%	25,4%	25,0%	0,5

Desempenho socioambiental

Nesse trimestre, destacamos o lançamento do Programa Amazônia, que nasce para gerar novos negócios e atuar como um catalisador de conhecimentos, ideias e iniciativas. O desafio da Natura com o Programa é contribuir para o desenvolvimento sustentável da região amazônica por meio de ciência, tecnologia e inovação e adensamento das cadeias produtivas da região. Uma inovação que integra os diversos públicos e conhecimentos em uma grande rede de trocas – de energia, de matéria e de informações, para que juntas possam buscar soluções a partir dos produtos e serviços da sócio biodiversidade e revelar o grande potencial de negócios existente na Amazônia.

O Programa está baseado em três grandes iniciativas: i) Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I); ii) Cadeias Produtivas Sustentáveis; e iii) Fortalecimento Institucional. Numa primeira etapa, entre 2011 e 2013, o foco será expandir a atuação da empresa no segmento de HPP&C por meio de investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Isso se dará a partir da criação de um Centro de Conhecimento, em Manaus (AM), e da expansão da Unidade Industrial de Benevides (PA), com uma moderna fábrica de sabonetes.

Em nossos indicadores de ecoeficiência, alcançamos uma representativa queda de emissões de gases efeito estufa no 1º trimestre. Reduzimos 5,8% nossa emissão relativa. Isso se deve principalmente a um mix de vendas favoráveis, na qual as emissões de embalagens tiveram um expressivo papel na redução. Outras fontes apresentaram redução, como exportação e material de apoio.

A tabela abaixo mostra o desempenho frente a alguns de nossos compromissos para 2011:

Indicador	Compromisso 2010	Resultado 2010	Compromisso 2011	Resultado 2011
Gases de efeito estufa*	Reduzir até 2013 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006.	-7,3% (21,2% acumulado)	Reduzir até 2013 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006.	-5,8% (25,8% acumulado)
Consumo de água**	Reduzir em 10% o consumo de água por unidade faturada.	0,47 litro/unidade faturada (10% de redução)	Reduzir em 3% o consumo total de água por unidade faturada.	0,58 litro/ unidade faturada
Arrecadação CPV**	Arrecadar R\$ 6 milhões com a venda dos produtos do Crer Para Ver.	R\$ 10,0 milhões	Arrecadar R\$ 13 milhões com a venda dos produtos do Crer Para Ver.	R\$ 2,9 milhões

* Obs. Referente ao acumulado 1T11

**Obs. referente ao acumulado de maio

2. RESULTADO CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.296,1	1.111,5	16,6	1.296,1	1.111,5	16,6
Unidades de produtos para venda (em milhões)	113,3	98,6	14,9	213,4	193,3	10,4
Receita Bruta	1.885,1	1.736,2	8,6	3.441,2	3.117,7	10,4
Receita Líquida	1.393,6	1.283,6	8,6	2.539,5	2.298,0	10,5
Lucro Bruto	980,6	883,6	11,0	1.783,2	1.586,3	12,4
Despesas com Vendas	(486,4)	(413,8)	17,5	(909,3)	(762,6)	19,2
Despesas Administrativas e Gerais	(192,3)	(150,3)	28,0	(343,3)	(277,3)	23,8
Remuneração dos Administradores	(3,7)	(2,8)	29,7	(6,9)	(6,8)	0,6
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	3,0	(12,4)	n/d	16,8	(13,2)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(21,1)	(12,8)	64,7	(31,3)	(19,4)	61,5
Lucro antes do IR/CSLL	280,1	291,5	-3,9	509,2	506,9	0,4
Lucro Líquido	188,1	191,5	-1,8	338,6	333,1	1,7
EBITDA**	327,3	331,8	-1,4	591,3	575,3	2,8
<i>Margem Bruta</i>	<i>70,4%</i>	<i>68,8%</i>	<i>1,5 pp</i>	<i>70,2%</i>	<i>69,0%</i>	<i>1,2 pp</i>
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	<i>34,9%</i>	<i>32,2%</i>	<i>2,7 pp</i>	<i>35,8%</i>	<i>33,2%</i>	<i>2,6 pp</i>
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	<i>13,8%</i>	<i>11,7%</i>	<i>2,1 pp</i>	<i>13,5%</i>	<i>12,1%</i>	<i>1,5 pp</i>
<i>Margem Líquida</i>	<i>13,5%</i>	<i>14,9%</i>	<i>-1,4 pp</i>	<i>13,3%</i>	<i>14,5%</i>	<i>-1,2 pp</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>23,5%</i>	<i>25,9%</i>	<i>-2,4 pp</i>	<i>23,3%</i>	<i>25,0%</i>	<i>-1,8 pp</i>

(*) Posição ao final do ciclo 8 de vendas

(**) EBITDA = Lucro operacional antes dos efeitos financeiros, impostos, depreciação e amortização.

A **receita líquida consolidada** no 2T11 foi de R\$ 1.393,6 milhões, com crescimento de 8,6% em comparação ao 2T10 (R\$ 1.283,6 milhões no 1º semestre 2011, avanço de 10,5%). **No Brasil**, a receita líquida alcançou R\$ 1.274,8 milhões, 7,1% superior a do segundo trimestre do ano passado (R\$ 1.200,0 milhões no acumulado, 9,1% superior ao ano anterior). **Nas operações internacionais**, a receita líquida atingiu R\$ 118,8 milhões, crescimento de 36,0% em moeda local ponderada (28,0% em reais) em relação ao 2T10 (R\$ 87,4 milhões no acumulado, avanço de 36,5% em moeda local ponderada, 28,7% em reais).

O **Custo dos Produtos Vendidos** (CPV) passou de 31,2% da receita líquida no 2T10 para 29,6% no 2T11, uma melhora de 160 pontos base na margem bruta. O aumento de preço, nossa gestão com os fornecedores, somados à valorização do real frente ao dólar foram os principais responsáveis por essa redução. No acumulado, a evolução foi de 120 pontos base, passando de 31,0% no primeiro semestre de 2010 para 29,8% no mesmo período de 2011.

O quadro abaixo exhibe o custo aberto de seus principais componentes:

> Composição do CPV

	2T11	2T10	6M11	6M10
MP / ME ¹	82,0	84,2	81,1	82,3
Mão Obra s/PLR	10,6	9,0	10,0	9,0
Depreciação	1,6	2,9	2,5	3,2
Outros	5,8	3,9	6,4	5,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(¹) Matéria-prima e material de embalagem

As **despesas com vendas** representaram 34,9% da receita líquida no 2T11 (versus 32,2% no ano anterior). Neste trimestre, tivemos uma menor diluição dos custos fixos logísticos e de nossa força de vendas, com o aumento dos custos de armazenagem, abertura de novos CDs, e com a intensificação da abertura de novos grupos de CNOs, especialmente em cidades menores. No acumulado do ano, as despesas com venda passaram de 33,2% em 2010 para 35,8% em 2011, seguindo a mesma tendência.

As **despesas administrativas** representaram 13,8% da receita líquida no 2T11 comparativamente a 11,7% no 2T10. Reflexo do incremento no investimento em inovação e em projetos estratégicos que irão viabilizar o crescimento futuro, conforme temos divulgado. No acumulado dos seis meses, representaram 13,5% da receita líquida em 2011 contra 12,1% em 2010.

Outras receitas e despesas operacionais apresentam receita de R\$ 3,0 milhões, impacto do efeito, não recorrente, do reconhecimento crédito de Pis e Cofins extemporâneo sobre armazenagem. No acumulado, a receita de R\$ 16,8 milhões contempla, além disso, o efeito, não recorrente, do reconhecimento de um ativo contingente de Pis e Cofins (crédito sobre tributação de receitas financeiras).

O **lucro consolidado antes do IR/CSLL** no segundo trimestre de 2011 foi de R\$ 280,1 milhões (R\$ 291,5 milhões no 2T10). No acumulado de 2011, alcançou R\$ 509,2 milhões (R\$

506,9 milhões em 2010). O **lucro líquido consolidado** foi de R\$ 188,1 milhões no 2T11 versus R\$ 191,5 milhões no 2T10, queda de 1,8%.

O **EBITDA consolidado** foi de R\$ 327,3 milhões no 2T11 e de R\$ 331,8 milhões no 2T10, queda de 1,4%, com margem EBITDA de 23,5% (25,9% no 2T10). No acumulado de 2011, o EBITDA somou R\$ 591,3 milhões, crescimento de 2,8% em relação a 2010 (R\$ 575,3 milhões). A margem EBITDA foi de 23,3% em 2011, 25,0% em 2010.

> **EBITDA** (R\$ milhões)

	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Receita Líquida	1.393,6	1.283,6	8,6	2.539,5	2.298,0	10,5
(-) Custos e Despesas	1.092,4	979,4	11,5	1.999,0	1.771,7	12,8
EBIT	301,2	304,3	-1,0	540,5	526,3	2,7
(+) Depreciação / amortização	26,1	27,6	(5,4)	50,8	49,0	3,7
EBITDA	327,3	331,8	-1,4	591,3	575,3	2,8

A seguir apresentamos a conciliação do EBITDA consolidado por bloco de operações:

> **EBITDA pró-forma por bloco de operações**
(R\$ milhões)

	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Brasil	341,0	343,8	(0,8)	628,6	610,7	2,9
Argentina, Chile e Peru	8,2	5,3	52,7	9,5	1,8	414,9
México, Colômbia	(6,7)	(6,4)	3,9	(13,4)	(12,8)	4,8
Outros Investimentos	(15,2)	(10,8)	40,0	(33,3)	(24,4)	36,3
Total	327,3	331,8	-1,4	591,3	575,3	2,8

➤ FLUXO DE CAIXA (Pró-forma)

(R\$ milhões)	6M11	6M10	Var %
Lucro líquido	338,6	333,1	1,7
(+) Depreciações e amortizações	50,8	49,0	3,7
Geração interna de caixa	389,4	382,1	1,9
(Aumento) / Redução do Capital de Giro	(109,4)	60,6	na
Itens não caixa (variação cambial)	(18,5)	4,1	na
Geração operacional de caixa	261,5	446,9	(41,5)
Adições do imobilizado intangível	(100,7)	(63,0)	59,8
Geração de caixa livre*	160,9	383,9	(58,1)

(*) (Geração interna de caixa) +/- (variações no capital de giro e realizável e exigível a longo prazo) - (aquisições de ativo imobilizado).

A geração interna de caixa no 1S11 foi de R\$ 389,4 milhões, crescimento de 1,9%, pouco acima do crescimento de 1,7% do lucro líquido. Desse total, houve um investimento de R\$ 109,4 milhões no capital de giro e uma aplicação de R\$ 100,7 milhões em imobilizado. Com isso, geração de caixa livre foi de R\$ 160,9 milhões, redução de 58,1% em relação ao 1S10.

Observamos um aumento na cobertura de estoques, mitigada por redução em contas a receber, reflexo das vendas aquém de nossas expectativas.

Tivemos também um aumento nos impostos a recuperar decorrente do crédito de P/C sobre resultado financeiro e de crédito de ICMS em função do aumento nos estoques. Temos um plano de ação consistente para a redução significativa deste montante no 2º semestre.

Em 2010, o capital de giro foi beneficiado especialmente por recuperação de impostos e pela alteração na política de recolhimento do IR/CSLL.



3. DRE's pró-forma

A margem de lucro auferida nas exportações do Brasil para as operações internacionais foi subtraída do CPV das respectivas operações, demonstrando o real impacto dessas subsidiárias² no resultado consolidado da empresa. Desta forma, a Demonstração de Resultados pró-forma Brasil apresenta somente o resultado das vendas realizadas no mercado interno.

² Esse ajuste é feito de forma plena uma vez que 100% do capital dessas subsidiárias são detidos pela Natura Cosméticos S.A.

3.1 OPERAÇÃO BRASIL (DRE Pró-Forma)

(R\$ milhões)	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.079,1	933,8	15,6	1.079,1	933,8	15,6
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	97,6	88,5	10,3	187,7	174,8	7,4
Receita Bruta	1.735,5	1.618,9	7,2	3.174,2	2.909,8	9,1
Receita Líquida	1.274,8	1.190,8	7,1	2.327,3	2.133,2	9,1
Lucro Bruto	907,5	827,5	9,7	1.654,8	1.488,1	11,2
Despesas com Vendas	(422,6)	(363,8)	16,2	(791,5)	(666,7)	18,7
Despesas Administrativas e Gerais	(168,6)	(132,0)	27,7	(293,9)	(239,1)	22,9
Remuneração dos Administradores	(3,7)	(2,8)	29,7	(6,9)	(6,8)	0,6
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	3,7	(11,3)	n/d	18,4	(11,2)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(21,9)	(12,4)	76,2	(31,7)	(17,7)	78,9
Lucro antes do IR/CSLL	294,5	305,2	-3,5	549,1	546,6	0,5
Lucro Líquido	204,8	207,5	-1,3	383,6	376,8	1,8
EBITDA	341,0	343,8	-0,8	628,6	610,7	2,9
<i>Margem Bruta</i>	<i>71,2%</i>	<i>69,5%</i>	<i>1,7 pp</i>	<i>71,1%</i>	<i>69,8%</i>	<i>1,3 pp</i>
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	<i>33,2%</i>	<i>30,6%</i>	<i>2,6 pp</i>	<i>34,0%</i>	<i>31,3%</i>	<i>2,8 pp</i>
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	<i>13,2%</i>	<i>11,1%</i>	<i>2,1 pp</i>	<i>12,6%</i>	<i>11,2%</i>	<i>1,4 pp</i>
<i>Margem Líquida</i>	<i>16,1%</i>	<i>17,4%</i>	<i>-1,4 pp</i>	<i>16,5%</i>	<i>17,7%</i>	<i>-1,2 pp</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>26,7%</i>	<i>28,9%</i>	<i>-2,1 pp</i>	<i>27,0%</i>	<i>28,6%</i>	<i>-1,6 pp</i>

- O número de consultoras no Brasil alcançou 1.079 mil ao final do 2T11, com um crescimento de 15,6% em comparação ao mesmo período de 2010. A produtividade³ acumulada de nossas consultoras reduziu-se em 6,1% (passando de R\$ 4.498 no 1S10 para R\$ 4.224 no 1S11).
- O índice de inovação continua em patamares adequados, atingindo 61,1% ao final do primeiro semestre.

³ Produtividade medida a preços de varejo

3.2 OPERAÇÕES EM CONSOLIDAÇÃO (Argentina, Chile e Peru) DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	142,6	123,7	15,3	142,6	123,7	15,3
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	10,8	6,8	57,8	16,2	12,2	32,2
Receita Bruta	101,6	85,0	19,5	180,4	149,3	20,8
Receita Líquida	77,3	64,9	19,1	137,4	114,0	20,5
Lucro Bruto	48,1	40,1	19,9	84,5	68,8	22,7
Despesas com Vendas	(35,0)	(29,8)	17,3	(65,0)	(57,1)	13,9
Despesas Administrativas e Gerais	(5,6)	(4,6)	21,1	(10,8)	(9,4)	14,9
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,2)	(1,1)	-84,5	(0,9)	(2,0)	-53,0
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	0,8	(0,6)	n/d	0,7	(0,3)	n/a
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	8,2	4,0	105,7	8,5	0,1	n/d
Lucro / (Prejuízo) Líquido	6,4	2,2	184,2	4,5	(3,0)	n/d
EBITDA	8,2	5,3	52,7	9,5	1,8	414,9
<i>Margem Bruta</i>	62,2%	61,8%	0,4 pp	61,5%	60,4%	1,1 pp
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	45,2%	45,9%	-0,7 pp	47,3%	50,0%	-2,8 pp
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	7,3%	7,2%	0,1 pp	7,8%	8,2%	-0,4 pp
<i>Margem Líquida</i>	8,2%	3,4%	4,8 pp	3,3%	-2,7%	5,9 pp
<i>Margem EBITDA</i>	10,6%	8,2%	2,3 pp	6,9%	1,6%	5,3 pp

- Nas operações em consolidação, a receita líquida no 2T11 foi de R\$ 77,3 milhões com um crescimento de 30,0% em moeda local ponderada (19,1% em reais) em relação ao 2T10. No 1S11, a receita líquida atingiu R\$ 137,4 milhões, crescimento de 30,4% e 20,5% respectivamente.
- O número de consultoras cresceu 15,3%, alcançando 143 mil ao final do 2T11.
- Essas operações apresentaram um EBITDA favorável de R\$ 8,2 milhões no 2T11 e de R\$ 9,5 milhões no acumulado. O maior investimento em marketing foi compensado pela diluição das despesas com força de vendas e administrativas e por uma maior eficiência

logística, impulsionada pelo aumento nos pedidos feitos pela internet que superam 70% em todas as operações.

3.3 OPERAÇÕES EM IMPLANTAÇÃO (México e Colômbia) DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	2T11	2T10	Var %	6M11	6M10	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	71,4	52,1	36,9	71,4	52,1	36,9
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	4,6	3,2	46,9	9,0	6,0	50,0
Receita Bruta	42,2	27,7	52,0	76,7	50,2	52,7
Receita Líquida	36,4	23,9	52,1	66,1	43,3	52,7
Lucro Bruto	22,5	13,4	67,2	39,2	24,9	57,5
Despesas com Vendas	(25,1)	(17,1)	47,4	(45,4)	(32,1)	41,4
Despesas Administrativas e Gerais	(3,9)	(3,4)	15,3	(7,6)	(6,5)	15,8
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,6)	0,0	n/d	(0,7)	(0,0)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(0,0)	0,2	n/d	(0,3)	(1,4)	n/d
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	(7,1)	(6,8)	5,5	(14,7)	(15,1)	-2,6
Lucro / (Prejuízo) Líquido	(7,6)	(7,2)	5,2	(15,7)	(16,0)	-1,7
EBITDA	(6,7)	(6,4)	3,9	(13,4)	(12,8)	4,8
<i>Margem Bruta</i>	61,8%	56,2%	5,6 pp	59,3%	57,5%	1,8 pp
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	69,1%	71,3%	-2,2 pp	68,7%	74,2%	-5,5 pp
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	10,7%	14,1%	-3,4 pp	11,4%	15,1%	-3,6 pp
<i>Margem Líquida</i>	n/d	n/d	-	n/d	n/d	-
<i>Margem EBITDA</i>	n/d	n/d	-	n/d	n/d	-

- Nas operações em implantação, a receita líquida no 2T11 foi de R\$ 36,4 milhões, crescimento de 56,2% em moeda local ponderada (52,1% em reais). No 1S11, a receita líquida foi de R\$ 66,1 milhões, evolução de 56,2% e 52,7% respectivamente.
- O número de consultoras ampliou-se em 36,9%, alcançando 71 mil ao final do 2T11.

- Estas operações apresentaram EBITDA negativo de R\$ 6,7 milhões no 2T11 em linha com o valor de R\$ 6,4 milhões no 2T10.
- Em abril implementamos no México o novo modelo comercial chamado de “Red de Relaciones Sustentables” (Rede de Relações Sustentáveis), um modelo multinível, com possibilidade de carreira e indicadores econômicos, sociais e ambientais. A recepção do modelo por nossa força de vendas foi bastante positiva, mas estamos em período de adaptação e de ajustes. Estamos confiantes de que será uma iniciativa vitoriosa e que nos ajudará a ampliar o canal e fortalecer nossa marca naquele país.

Os outros investimentos internacionais, que dizem respeito a nossa operação na França e aos gastos com projetos e estrutura corporativa dedicada a área internacional, registraram prejuízo (EBITDA) de R\$ 15,2 milhões no 2T11, R\$ 33,3 milhões no 1S11 (R\$ 10,8 milhões e R\$ 24,4 milhões em 2010 respectivamente). Em 2011, as despesas não recorrentes relacionadas ao novo modelo comercial no México, aqui alocadas, totalizaram R\$ 6,8 milhões.

4. DIVIDENDOS

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 20 de julho de 2011, aprovou proposta da diretoria para o pagamento, em 12 de agosto de 2011, de dividendos referentes aos resultados auferidos no primeiro semestre de 2011 e juros sobre o capital próprio referentes ao período de 1º de janeiro a 20 de julho de 2011, no montante de R\$ 295,3 milhões e R\$ 37,5 milhões (R\$ 31,9 milhões, líquidos de imposto de rendas na fonte), respectivamente.

Esses dividendos e juros sobre o capital próprio, somados, referentes ao primeiro semestre de 2011 representarão uma remuneração líquida de R\$ 0,758 por ação a serem pagos em 12 de agosto de 2011 para os acionistas na posição de 26 de julho de 2011, sendo que a partir de 27 de julho de 2011, as ações da companhia serão negociadas “ex” dividendos e “ex” JCP. Os juros sobre o capital próprio serão contabilizados em julho de 2011.

5. RECOMPRA DE AÇÕES

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 20 de julho de 2011, aprovou um Programa de Recompra de Ações, a serem mantidas em tesouraria, para atender ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários dos Planos de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias aprovados pela Companhia, no limite de quatro milhões de ações ordinárias, representando 2,3% do total de ações em circulação.

As operações de aquisição serão realizadas a preço de mercado no pregão da BM&FBOVESPA, com a intermediação das seguintes instituições financeiras: BTG Pactual e Morgan Stanley CTVM, no prazo máximo de 365 dias, contados a partir do dia 1º de Agosto de 2011 até o dia 31 de julho de 2012, cabendo à Diretoria definir as datas em que a recompra será efetivamente executada.

TELECONFERÊNCIA & WEBCAST

Português: Sexta-feira, 22 de julho de 2011
10h00 – horário de Brasília

Inglês: Sexta-feira, 22 de julho de 2011
12h00 – horário de Brasília

Participantes do Brasil: +55 11 4688-6341

Participantes dos EUA: Toll Free +1 800 860-2442

Participantes de outros países: +1 412 858-4600

Senha para os participantes: Natura

Transmissão ao vivo pela internet: www.natura.net/investidor

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Telefone: (11) 4196-1421

Helmut Bossert, helmutbossert@natura.net

Patricia Anson, patriciaanson@natura.net

Bruno Caloi, brunocaloi@natura.net

Bruno Compagnoli, brunocompagnoli@natura.net

Índice
Carbono
Eficiente **ICO2**
2010-2011

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa

Índice de
Sustentabilidade
Empresarial **ISE**
2009-2010

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado **ITAG**

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada **IGC**⁵

Índice
Brasil 50 **IBRX 50**

NATU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

> Balanços Patrimoniais Levantados em 30 de Junho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010

ATIVO	Jun/11	Dez/10	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Jun/11	Dez/10
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	622,4	560,2	Empréstimos e financiamentos	347,8	226,6
Contas a receber de clientes	437,2	570,3	Fornecedores e outras contas a pagar	315,2	366,5
Estoques	675,3	571,5	Salários, participações nos resultados e encargos sociais	154,3	162,7
Impostos a recuperar	159,0	101,5	Obrigações tributárias	407,9	366,0
Outros créditos	96,2	66,4	Instrumentos financeiros derivativos	20,9	4,1
Total do ativo circulante	1.990,1	1.869,9	Outras obrigações	57,1	64,7
			Total do passivo circulante	1.303,3	1.190,7
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo:			Empréstimos e financiamentos	664,5	465,1
Impostos a recuperar	102,4	109,3	Obrigações tributárias	231,2	215,1
Imposto de renda e contribuição social diferido	218,8	180,3	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	67,7	73,8
Depósitos judiciais	379,9	337,0	Provisão para plano de assistência médica	21,6	19,7
Outros créditos não circulantes	46,6	44,9	Total do passivo não circulante	985,0	773,7
Imobilizado	587,1	560,5	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível	135,5	120,1	Capital social	427,0	418,1
Total do ativo não circulante	1.470,3	1.352,0	Reservas de capital	153,7	149,6
			Reservas de lucros	284,1	282,9
			Lucros acumulados	339,1	-
			Ações em tesouraria	(0,0)	(0,0)
			Dividendo adicional proposto	-	430,1
			Outros resultados abrangentes	(31,6)	(23,2)
			Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.172,1	1.257,5
			Participação dos não controladores no		
			patrimônio líquido das controladas	0,0	0,0
TOTAL DO ATIVO	3.460,4	3.221,9	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.460,4	3.221,9

> Demonstrações Contábeis do Resultado para os Trimestres Fintos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

<i>em R\$ milhões</i>	2T11	2T10	6M11	6M10
RECEITA LÍQUIDA	1.393,6	1.283,6	2.539,5	2.298,0
Custo dos produtos vendidos	(413,0)	(400,1)	(756,3)	(711,8)
LUCRO BRUTO	980,6	883,6	1.783,2	1.586,2
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Com vendas	(486,4)	(413,8)	(909,3)	(762,6)
Administrativas e gerais	(192,0)	(150,3)	(343,0)	(277,3)
Remuneração dos administradores	(4,0)	(2,8)	(7,2)	(6,8)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3,0	(12,4)	16,8	(13,2)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	301,2	304,3	540,5	526,3
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Imposto de renda e contribuição social	(92,0)	(100,0)	(170,6)	(173,9)
LUCRO LÍQUIDO	188,1	191,5	338,6	333,1

> Demonstrações Contábeis dos Fluxos de Caixa para os Trimestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

em R\$ milhões	6M11	6M10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	338.6	333.1
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	50.8	49.0
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos	23.8	(7.9)
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(5.0)	(1.4)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(11.9)	(10.1)
Imposto de renda e contribuição social	170.6	173.9
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	5.2	11.5
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos	14.1	(1.0)
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	5.6	3.8
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	0.1	0.5
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.1)	2.8
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	27.1	(27.8)
Provisão com plano de assistência médica	1.8	6.7
Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	(16.9)	-
	602.9	533.0
AUMENTO/REDUÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS		
Contas a receber de clientes	134.1	13.0
Estoques	(130.9)	(3.7)
Impostos a recuperar	(33.9)	(4.1)
Outros ativos	(31.5)	2.2
Fornecedores nacionais e estrangeiros	(51.3)	4.8
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	(8.5)	(3.7)
Obrigações tributárias	27.6	2.4
Outros passivos	(7.7)	8.8
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.1)	(2.3)
Subtotal	(103.1)	17.4
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	499.9	550.3
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(178.7)	(79.3)
Recebimentos (pagamentos) de recursos por liquidação de operações com derivativos	(6.9)	1.4
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(29.0)	(19.2)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	285.2	453.2
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de imobilizado e intangível	(100.7)	(63.0)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	2.6	2.1
Depósitos judiciais	(31.0)	(36.4)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(129.1)	(97.3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(106.0)	(546.0)
Captações de empréstimos e financiamentos	432.9	497.6
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(430.1)	(357.6)
Aumento de capital por subscrição	8.9	5.5
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(94.3)	(400.5)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa mantidos em moeda estrangeira	0.3	0.3
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	62.2	(44.3)

O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representado o fluxo de caixa para os períodos apresentados. Também não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e sua definição na Sociedade, eventualmente, pode não ser comparável ao LAJIDA ou EBITDA definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da Sociedade. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Este relatório contém informações futuras. Tais informações não são apenas fatos históricos, mas refletem os desejos e as expectativas da direção da Natura. As palavras "antecipa", "deseja", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "prediz", "projeta", "almeja" e similares, pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas, que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e produtos, aceitação dos produtos no mercado, transições de produto da Companhia e seus competidores, aprovação regulamentar, moeda, flutuação da moeda, dificuldades de fornecimento e produção e mudanças na venda de produtos, dentre outros riscos. Este relatório também contém algumas informações "proforma", elaboradas pela Companhia a título exclusivo de informação e referência, portanto, são grandezas não auditadas. Este relatório está atualizado até a presente data e a Natura não se obriga a atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

*(Convenience Translation into English from the
Original Previously Issued in Portuguese)*

Natura Cosméticos S.A.

*Individual and Consolidated Interim
Financial Statements for the
Quarter Ended June 30, 2011 and
Report on Review of Interim Financial
Statements*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

REPORT ON REVIEW OF INTERIM FINANCIAL STATEMENTS

To the Board of Directors and the Shareholders of
Natura Cosméticos S.A.
Itapecerica da Serra - SP

Introduction

We have reviewed the accompanying individual and consolidated interim financial statements of Natura Cosméticos S.A. (the “Company”), included in the Interim Financial Information Form (ITR), for the quarter ended June 30, 2011, which comprises the balance sheet and the related income statement, statement of comprehensive income, statement of changes in equity and statement of cash flows for the six-month period then ended, including the explanatory notes.

Management is responsible for the preparation of the individual interim financial statements in accordance with technical pronouncement CPC 21 - Interim Financial Information and the consolidated interim financial statements in accordance with CPC 21 and the international standard IAS 34 - Interim Financial Reporting, issued by the International Accounting Standards Board (IASB), as well as for the presentation of such statements in accordance with the standards issued by the Brazilian Securities Commission (CVM), applicable to the preparation of Interim Financial Information (ITR). Our responsibility is to express a conclusion on these interim financial statements based on our review.

Scope of review

We conducted our review in accordance with Brazilian and international standards on review of interim financial information (NBC TR 2410 and ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectively). A review of interim financial information consists of making inquiries, primarily of persons responsible for financial and accounting matters, and applying analytical and other review procedures. A review is substantially less in scope than an audit conducted in accordance with standards on auditing and, consequently, does not enable us to obtain assurance that we would become aware of all significant matters that might be identified in an audit. Accordingly, we do not express an audit opinion.

Conclusion on the individual interim financial statements

Based on our review, nothing has come to our attention that causes us to believe that the accompanying individual interim financial statements included in the ITR referred to above is not prepared, in all material respects, in accordance with CPC 21, applicable to the preparation of the Interim Financial Information (ITR), and presented in accordance with the standards established by the Brazilian Securities Commission.

Conclusion on the consolidated interim financial statements

Based on our review, nothing has come to our attention that causes us to believe that the accompanying consolidated interim financial statements included in the ITR referred to above is not prepared, in all material respects, in accordance with CPC 21 and IAS 34, applicable to the preparation of Interim Financial Information (ITR), and presented in accordance with the standards established by the Brazilian Securities Commission.

Other matters

Interim statements of value added

We have also reviewed the individual and consolidated interim statements of value added (“DVA”), for the six-month period ended June 30, 2011, the presentation of which is required by the standards issued by the Brazilian Securities Commission (CVM) applicable to the preparation of Interim Financial Information (ITR), and is considered as supplemental information for IFRS that does not require the presentation of DVA. These statements were subject to the same review procedures described above and, based on our review, nothing has come to our attention that causes us to believe that they were not prepared, in all material respects, in relation to the individual and consolidated interim financial statements taken as a whole.

Convenience translation

The accompanying interim financial information has been translated into English for the convenience of readers outside Brazil.

São Paulo, July 20, 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Edimar Facco
Engagement Partner

NATURA COSMÉTICOS S.A.

BALANCE SHEETS AS OF JUNE 30, 2011

(In thousands of Brazilian reais - R\$)

ASSETS	Note	Company		Consolidated		LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	Note	Company		Consolidated	
		06/2011	12/2010	06/2011	12/2010			06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
CURRENT ASSETS						CURRENT LIABILITIES					
Cash and cash equivalents	5	300.133	206.125	622.387	560.229	Borrowings and financing	14	181.968	60.086	347.835	226.595
Trade accounts receivable	6	365.066	493.692	437.213	570.280	Trade and other payables	15	100.506	113.232	315.238	366.494
Inventories	7	191.407	185.092	675.251	571.525	Suppliers - related parties	27.1	215.988	246.589	-	-
Recoverable taxes	8	58.407	34.799	158.969	101.464	Payroll, profit sharing and related taxes		57.257	63.769	154.250	162.747
Related parties	27.1	28.640	25.361	-	-	Taxes payable	16	210.525	199.698	407.921	366.006
Other receivables		70.619	52.470	96.236	66.399	Derivatives	4.2	20.557	3.340	20.949	4.061
Total current assets		<u>1.014.272</u>	<u>997.539</u>	<u>1.990.056</u>	<u>1.869.897</u>	Other payables		<u>47.905</u>	<u>54.471</u>	<u>57.078</u>	<u>64.747</u>
						Total current liabilities		<u>834.706</u>	<u>741.185</u>	<u>1.303.271</u>	<u>1.190.650</u>
NONCURRENT ASSETS						NONCURRENT LIABILITIES					
Recoverable taxes	8	3.821	4.921	102.418	109.264	Borrowings and financing	14	515.872	368.356	664.522	465.068
Deferred income tax and social contribution	9.a)	110.196	87.491	218.820	180.259	Taxes payable	16	190.184	175.575	231.209	215.125
Escrow deposits	10	330.532	289.070	379.906	337.007	Provision for tax, civil and labor risks	17	52.217	53.282	67.696	73.784
Other noncurrent assets	11	21.752	20.052	46.615	44.904	Provision for healthcare plan	23.2	<u>14.180</u>	<u>13.123</u>	<u>21.556</u>	<u>19.742</u>
Investments	12	1.159.086	1.099.188	-	-	Total noncurrent liabilities		<u>772.453</u>	<u>610.336</u>	<u>984.983</u>	<u>773.719</u>
Property, plant and equipment	13	119.159	92.175	587.092	560.467						
Intangible assets	13	<u>20.477</u>	<u>18.586</u>	<u>135.484</u>	<u>120.073</u>	SHAREHOLDERS' EQUITY					
Total noncurrent assets		<u>1.765.023</u>	<u>1.611.483</u>	<u>1.470.335</u>	<u>1.351.974</u>	Capital	18.a)	426.962	418.061	426.962	418.061
						Capital reserves		153.660	149.627	153.660	149.627
						Earnings reserves		284.074	282.944	284.074	282.944
						Accumulated income		339.057	-	339.057	-
						Treasury shares	18.c)	(14)	(14)	(14)	(14)
						Proposed additional dividend	18.b)	-	430.079	-	430.079
						Other comprehensive losses		<u>(31.603)</u>	<u>(23.196)</u>	<u>(31.603)</u>	<u>(23.196)</u>
						Total equity attributable to owners of the Company		<u>1.172.136</u>	<u>1.257.501</u>	<u>1.172.136</u>	<u>1.257.501</u>
						Noncontrolling interests		-	-	1	1
						Total shareholders' equity		<u>1.172.136</u>	<u>1.257.501</u>	<u>1.172.137</u>	<u>1.257.502</u>
TOTAL ASSETS		<u>2.779.295</u>	<u>2.609.022</u>	<u>3.460.391</u>	<u>3.221.871</u>	TOTAL LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY		<u>2.779.295</u>	<u>2.609.022</u>	<u>3.460.391</u>	<u>3.221.871</u>

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF INCOME
FOR THE QUARTER AND SIX-MONTH PERIODS ENDED JUNE 30, 2011
(In thousands of Brazilian reais - R\$, except earnings per share)

	Note	Company				Consolidated			
		01/04/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010	01/04/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010
NET REVENUE	20	1.452.960	1.369.167	2.680.224	2.465.401	1.393.617	1.283.628	2.539.463	2.298.009
Cost of sales	21	(574.170)	(578.533)	(1.089.006)	(1.036.837)	(413.044)	(400.074)	(756.266)	(711.795)
GROSS PROFIT		878.790	790.634	1.591.218	1.428.564	980.573	883.554	1.783.197	1.586.214
OPERATING (EXPENSES) INCOME									
Selling	21	(384.780)	(331.564)	(715.841)	(608.832)	(486.379)	(413.762)	(909.293)	(762.598)
Administrative and general	21	(218.098)	(180.773)	(395.220)	(316.904)	(192.037)	(150.321)	(343.030)	(277.313)
Management compensation	27	(2.954)	(3.486)	(6.176)	(6.848)	(3.965)	(2.830)	(7.187)	(6.848)
Equity in subsidiaries	12	9.735	11.385	16.270	1.348	-	-	-	-
Other operating (expenses) income, net	25	281	(132)	11.458	(1.118)	2.994	(12.365)	16.792	(13.154)
INCOME FROM OPERATIONS BEFORE FINANCIAL (EXPENSES) INCOME		282.974	286.064	501.709	496.210	301.186	304.276	540.479	526.301
Financial income	24	(4.433)	4.261	12.257	23.294	21.365	11.047	49.767	37.682
Financial expenses	24	(15.180)	(15.570)	(41.990)	(38.867)	(42.459)	(23.854)	(81.057)	(57.055)
INCOME BEFORE INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION		263.361	274.755	471.976	480.637	280.092	291.469	509.189	506.928
Income tax and social contribution	9.b)	(75.267)	(83.259)	(133.365)	(147.585)	(91.998)	(99.974)	(170.578)	(173.876)
NET INCOME FOR THE PERIOD		188.094	191.496	338.611	333.052	188.094	191.495	338.611	333.052
EARNINGS PER SHARE - R\$									
Basic	26.1	0,4363	0,4449	0,7856	0,7738	0,4363	0,4449	0,7856	0,7738
Diluted	26.2	0,4350	0,4428	0,7829	0,7704	0,4350	0,4428	0,7829	0,7704

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF COMPREHENSIVE INCOME
FOR THE QUARTER AND SIX-MONTH PERIODS ENDED JUNE 30, 2011
(In thousands of Brazilian reais - R\$)

	Note	Company				Consolidated			
		01/04/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010	01/04/2011 a 30/06/2011	01/04/2010 a 30/06/2010	01/01/2011 a 30/06/2011	01/01/2010 a 30/06/2010
NET INCOME		188.094	191.496	338.611	333.052	188.094	191.496	338.611	333.052
Other comprehensive losses-									
Losses from translation of financial statements of foreign subsidiaries	12	(5.766)	(2.360)	(8.407)	(1.320)	(5.766)	(2.360)	(8.407)	(1.320)
Total comprehensive income		<u>182.328</u>	<u>189.136</u>	<u>330.204</u>	<u>331.732</u>	<u>182.328</u>	<u>189.136</u>	<u>330.204</u>	<u>331.732</u>

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF CHANGES IN SHAREHOLDERS' EQUITY
FOR THE SIX-MONTH PERIODS ENDED JUNE 30, 2011
(In thousands of Brazilian reais - R\$, except dividends per share)

Note	Capital reserves													Total shareholders' equity
	Capital	Share premium	Tax incentive reserve Investment grants	Additional paid-in capital	Profit reserve Legal	Tax incentives	Retained earnings	Treasury shares	Proposed additional dividend	Retained earnings	Other comprehensive income (losses)	Equity attributable to owners of the Company	Noncontrolling interest	
BALANCES AS OF DECEMBER 31, 2009	404.261	103.620	17.378	21.995	18.650	4.961	230.082	(14)	357.611	-	(18.723)	1.139.821	1	1.139.822
Net income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.052	-	333.052	-	333.052
Other comprehensive income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.320)	(1.320)	-	(1.320)
Total comprehensive income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.052	(1.320)	331.732	-	331.732
Dividends and interest on capital for 2009 approved by the Annual Shareholders' Meeting held on April 6, 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(357.611)	-	-	(357.611)	-	(357.611)
Capital increase through subscription of shares	5.522	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.522	-	5.522
Changes in stock option plans:														
Grant of stock options	22.1	-	-	3.791	-	-	-	-	-	-	-	3.791	-	3.791
Exercise of stock options	-	-	-	(1.838)	-	-	-	-	-	1.838	-	-	-	-
Allocation of net income- Recognition of tax incentive reserve	-	-	-	-	-	2.623	-	-	-	(2.623)	-	-	-	-
BALANCES AS OF JUNE 30, 2010	409.783	103.620	17.378	23.948	18.650	7.584	230.082	(14)	-	332.267	(20.043)	1.123.255	1	1.123.256
BALANCES AS OF DECEMBER 31, 2010	418.061	103.620	17.378	28.629	18.650	10.934	253.360	(14)	430.079	-	(23.196)	1.257.501	1	1.257.502
Net income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	338.611	-	338.611	-	338.611
Other comprehensive income	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.407)	(8.407)	-	(8.407)
Total comprehensive income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	338.611	(8.407)	330.204	-	330.204
Dividends and interest on capital for 2010 approved by the Annual Shareholders' Meeting held on April 8, 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.079)	-	-	(430.079)	-	(430.079)
Capital increase through subscription of shares	18.a)	8.901	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.901	-	8.901
Changes in stock option plans:														
Grant of stock options	22.1	-	-	5.609	-	-	-	-	-	-	-	5.609	-	5.609
Exercise of stock options	-	-	-	(1.576)	-	-	-	-	-	1.576	-	-	-	-
Allocation of net income- Recognition of tax incentive reserve	-	-	-	-	-	1.130	-	-	-	(1.130)	-	-	-	-
BALANCES AS OF JUNE 30, 2011	426.962	103.620	17.378	32.662	18.650	12.064	253.360	(14)	-	339.057	(31.603)	1.172.136	1	1.172.137

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF CASH FLOWS
FOR THE SIX-MONTH PERIODS ENDED JUNE 30, 2011
(In thousands of Brazilian reais - R\$)

	Note	Company		Consolidated	
		06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
CASH FLOW FROM OPERATING ACTIVITIES					
Net income		338.611	333.052	338.611	333.052
Adjustments to reconcile net income to net cash provided by operating activities:					
Depreciation and amortization	13	10.347	7.783	50.821	49.036
Provision for losses on swap and forward contracts		20.958	(8.192)	23.837	(7.879)
Provision for tax, civil and labor contingencies	17	(2)	(3.262)	(5.024)	(1.355)
Interest and inflation adjustment of escrow deposits		(9.691)	(8.307)	(11.909)	(10.126)
Income tax and social contribution	9.a)	133.365	147.585	170.578	173.876
(Gain) Loss on sale on property, plant and equipment and intangible assets		1.259	1.281	5.217	11.451
Equity in subsidiaries		(16.270)	(1.348)	-	-
Interest and exchange rate change on borrowings and financing and other liabilities	24	17.535	(2.265)	14.101	(992)
Stock options plans expenses		2.714	1.296	5.609	3.791
Provision for discount on assignment of ICMS credits		-	-	69	465
Allowance for doubtful accounts	6	(2.027)	3.676	(1.078)	2.812
Allowance for inventory losses	7	6.814	(2.488)	27.136	(27.829)
Provision for healthcare plan	23.2	1.057	1.698	1.814	6.653
Recognition of tax credits related to lawsuit	17	(11.887)	-	(16.852)	-
		<u>492.783</u>	<u>470.509</u>	<u>602.929</u>	<u>532.955</u>
INCREASE / DECREASE IN ASSETS AND IN LIABILITIES					
Trade accounts receivable		130.653	24.023	134.145	12.968
Inventories		(13.129)	(11.189)	(130.862)	(3.665)
Recoverable taxes		(10.621)	13.363	(33.875)	(4.134)
Other assets		(22.994)	(2.077)	(31.548)	2.152
Domestic and foreign suppliers		(12.726)	(4.583)	(51.256)	4.764
Payroll, profit sharing and related taxes, net		(6.512)	(7.515)	(8.497)	(3.669)
Taxes payable		9.441	35.531	27.563	2.413
Other payables		(37.168)	(28.127)	(7.670)	8.793
Provision for tax, civil and labor contingencies		(1.063)	(2.250)	(1.064)	(2.262)
Subtotal		<u>35.881</u>	<u>17.176</u>	<u>(103.064)</u>	<u>17.360</u>
OTHER CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES					
		528.664	487.685	499.865	550.315
Payments of income tax and social contribution		(140.075)	(65.370)	(178.703)	(79.339)
Payments of derivatives		(3.741)	2.123	(6.949)	1.417
Payment of interest on borrowings and financing		(21.951)	(15.713)	(28.974)	(19.156)
NET CASH PROVIDED BY OPERATING ACTIVITIES		<u>362.897</u>	<u>408.725</u>	<u>285.239</u>	<u>453.237</u>
CASH FLOW FROM INVESTING ACTIVITIES					
Acquisition of property, plant and equipment and intangible assets	13	(42.077)	(11.454)	(100.652)	(63.025)
Proceeds from sale of property, plant and equipment and intangible assets		1.463	1.478	2.578	2.119
Escrow deposits		(31.771)	(36.852)	(30.990)	(36.430)
Dividends received from subsidiaries	12	34.000	30.000	-	-
Investments in subsidiaries	12	(83.140)	(50.749)	-	-
NET CASH USED IN INVESTING ACTIVITIES		<u>(121.525)</u>	<u>(67.577)</u>	<u>(129.064)</u>	<u>(97.336)</u>
CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES					
Payments of borrowings and financing - principal		(34.876)	(443.268)	(106.036)	(546.009)
Proceeds from borrowings and financing		308.691	419.242	432.895	497.646
Payment of dividends and interest on capital	18.b)	(430.079)	(357.611)	(430.079)	(357.611)
Capital increase through subscription of shares	18.a)	8.901	5.522	8.901	5.522
NET CASH PROVIDED BY (USED IN) FINANCING ACTIVITIES		<u>(147.363)</u>	<u>(376.115)</u>	<u>(94.319)</u>	<u>(400.452)</u>
Gains (losses) on translation of foreign-currency cash and cash equivalents		-	-	302	292
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS		<u>94.008</u>	<u>(34.967)</u>	<u>62.158</u>	<u>(44.259)</u>
Cash and cash equivalents at the beginning of the year/period		206.125	254.463	560.229	500.294
Cash and cash equivalents at the end of the year/period		300.133	219.496	622.387	456.035
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS		<u>94.008</u>	<u>(34.967)</u>	<u>62.158</u>	<u>(44.259)</u>
Additional statements of cash flows information:					
Restricted cash	11	-	-	6.217	5.849
Bank overdrafts - unused		147.900	197.320	265.500	242.145

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENT OF VALUE ADDED
FOR THE SIX-MONTH PERIODS ENDED JUNE 30, 2011 AND 2010
(In thousands of Brazilian reais - R\$)

	Note	Company		Consolidated					
		06/2011	06/2010	06/2011	06/2010				
REVENUES		3.142.585	2.884.051	3.415.460	3.081.545				
Sales of products and services		3.168.405	2.903.983	3.435.946	3.113.513				
Allowance for doubtful accounts	6	(37.278)	(18.814)	(37.278)	(18.814)				
Other operating (expenses) income, net	25	11.458	(1.118)	16.792	(13.154)				
INPUTS PURCHASED FROM THIRD PARTIES		(2.114.332)	(1.909.991)	(1.907.490)	(1.667.026)				
Cost of sales and services		(1.190.046)	(1.126.526)	(1.216.383)	(1.073.267)				
Materials, electricity, services and others		(924.286)	(783.465)	(691.107)	(593.759)				
GROSS VALUE ADDED		1.028.253	974.060	1.507.970	1.414.519				
RETENTIONS		(10.347)	(7.672)	(50.839)	(49.036)				
Depreciation and amortization	13	(10.347)	(7.672)	(50.839)	(49.036)				
VALUE ADDED GENERATED BY THE COMPANY		1.017.906	966.388	1.457.131	1.365.483				
TRANSFERRED VALUE ADDED		28.527	24.643	49.767	37.682				
Equity in subsidiaries	12	16.270	1.348	-	-				
Financial income - includes inflation and exchange rate variations	24	12.257	23.294	49.767	37.682				
TOTAL VALUE ADDED TO BE DISTRIBUTED		1.046.433	991.030	1.506.898	1.403.165				
DISTRIBUTION OF VALUE ADDED:		(1.046.433)	100%	(991.030)	100%	(1.506.898)	100%	(1.403.165)	100%
Employees and social charges		(114.780)	11%	(99.934)	10%	(417.481)	28%	(342.543)	24%
Taxes and contributions		(544.846)	52%	(517.749)	52%	(655.338)	43%	(667.635)	48%
Financial expenses and rentals		(48.196)	5%	(40.296)	4%	(95.468)	6%	(59.935)	4%
Retained earnings		(338.611)	32%	(333.052)	34%	(338.611)	22%	(333.052)	24%

Supplemental statement of value added information

R\$213,977 and R\$212,546 are included in caption 'Taxes and contribution' in June 30, 2011 and June 30, 2010, respectively, and refer to reverse charge State VAT (ICMS) levied on the estimated profit margin set by the State Departments of Finance based on sales made by Natura consultants to final customer.

For the analysis of this tax impact on the statement of value added, these amounts should be deducted from those recorded in 'Sales of products and services' and 'Taxes and contributions', since sales revenue does not include the estimated profit attributable to Natura consultants on the sale of products, in the amounts of R\$1,339,663 and R\$1,245,929 in June 30, 2011 and June 30, 2010, respectively, considering an estimated profit margin of 30%.

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

NOTES TO THE INDIVIDUAL AND CONSOLIDATED

INTERIM FINANCIAL STATEMENTS

FOR THE QUARTER ENDED JUNE 30, 2011

(Amounts in thousands of Brazilian reais - R\$, unless otherwise stated)

1. GENERAL INFORMATION

Natura Cosméticos S.A. (the “Company”) is a publicly-traded company, headquartered in Itapeverica da Serra, State of São Paulo, registered in the São Paulo Stock Exchange (BM&FBOVESPA), under the ticker “NATU3”.

The Company’s and its subsidiaries’ activities (“Natura Group” or the “Group”) include the development, production, distribution and sale, substantially through direct sales by Natura Beauty Consultants, of cosmetics, fragrances, and hygiene products. The Company also holds equity interests in other companies in Brazil and abroad.

We have two peaks of demand during the year - in November before Christmas and in April, on the weeks preceding Mother’s Day, on the first half of May. Company’s sales are subject to seasonality, which is consistent to the retail sector’s seasonality. Such seasonality directly impacts our sales in the second and fourth quarters and our inventories at the end of the first and third quarters.

2. SUMMARY OF SIGNIFICANT ACCOUNTING PRACTICES

The significant accounting practices applied to the individual and consolidated interim financial statements, except when otherwise indicated, were consistently applied with the year ended December 31, 2010, as disclosed in notes 2 and 3 to the annual individual and consolidated financial statements of the Company for the year ended December 31, 2010. The annual individual financial statements were prepared in accordance with the accounting practices adopted in Brazil and the annual consolidated financial statements were prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards – IFRS issued by International Accounting Standards Board (“IASB”) and with the accounting practices adopted in Brazil. The annual financial statements were filed on February 23, 2011.

The individual interim financial statements for the quarter and six-month period ended June 30, 2011 were prepared in accordance with CPC 21 - Interim Financial Reporting and the consolidated interim financial statements in accordance with CPC 21 and the international standard IAS 34 - Interim Financial Reporting, issued by IASB, and presented in accordance with the standards issued by the Brazilian Securities Commission (CVM), applicable to the preparation of Interim Financial Information - ITR. These financial statements do not include all the presentation and disclosure requirements of the annual individual and consolidated financial statements, and, therefore, should be read together with the Company’s and consolidated annual financial statements for the year ended December 31, 2010, disclosed on February 23, 2011.

2.1. New standards, changes and interpretation of standards

- a) Standards, interpretations and revised standards effective on June 30, 2011, which did not have a material impact on the Company's interim financial information.

The following interpretations and revised standards were issued and were effective on June 30, 2011. However, they did not have a material impact on the Company's interim financial information:

<u>Standards</u>	<u>Main requirements</u>	<u>Effective date</u>
Improvements to IFRSs - 2010	Amendment of several standards	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2011
Amendments to IFRS 1	Limited exemption from comparative IFRS 7 disclosures for first-time adopters	Effective for annual periods beginning on or after July 1, 2010
Amendments to IAS 24	Related-party disclosures	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2011
Amendments to IFRIC 14	Prepayments of minimum funding requirements	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2011
Amendments to IAS 32	Classification of issue rights	Effective for annual periods beginning on or after February 1, 2010
IFRIC 19	Extinguishing liabilities by issues of equity instruments	Effective for annual periods beginning on or after July 1, 2010

- b) Standards, interpretations and revised standards not yet effective and which were not early adopted by the Company.

The following standards and revised standards have been issued and are mandatory for reporting periods beginning on or after April 1, 2011. However, the Company did not early adopt these standards and revised standards.

<u>Standards</u>	<u>Main requirements</u>	<u>Effective date</u>
IFRS 9 (as amended in 2010)	Financial instruments	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
Amendments to IFRS 1	Removal of fixed dates for first-time adopters	Effective for annual periods beginning on or after July 1, 2011
Amendments to IFRS 7	Disclosures - transfers of financial assets	Effective for annual periods beginning on or after July 1, 2011
Amendments to IAS 12	Deferred taxes - recovery of the underlying assets when an asset is measured using the fair value model in IAS 40	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2012
IAS 28 (revised in 2011) "Investments in Associates and Joint Ventures"	Amendment to IAS 28 to include the changes introduced by IFRSs 10, 11 and 12	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
IAS 27 (revised in 2011) "Separate Financial Statements";	The IAS 27 requirements relating to the consolidated financial statements were replaced by IFRS 10. The requirements applicable to separate financial statements remained unchanged.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
IFRS 10 "Consolidated Financial Statements"	Replaces the IAS 27 requirements applicable to consolidated financial statements and SIC 12. IFRS 10 provides a single consolidation model that identifies control as the basis for consolidation for all types of entities.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013

<u>Standards</u>	<u>Main requirements</u>	<u>Effective date</u>
IFRS 11 “Joint Arrangements”	Eliminates the option of proportionate consolidation model. Joint ventures should be accounted for under the equity method. IFRS 11 also eliminates the existing concept of “jointly-controlled assets” and classifies joint arrangements as either “joint operations” or “joint ventures”.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
IFRS 12 “Disclosure of Interests in Other Entities”	Requires enhanced disclosures about both consolidated entities and unconsolidated entities in which an entity has involvement.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
IFRS 13 “Fair Value Measurement”	Replaces the fair value measurement guidance currently dispersed across different IFRS standards with a single definition of fair value. IFRS 13 defines fair value and provides guidance on how to measure fair value and requirements for disclosure relating to fair value measurement. However, it does not introduce new or revised requirements for when fair value measurement is required, since these requirements remain unchanged.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
Amendments to IAS 19 “Employee Benefits”	Eliminates the corridor approach. All actuarial gains and losses should be recognized through other comprehensive income (OCI) for pension plan and through profit or loss for other long-term benefits, when incurred, and introduces other changes.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
Amendments to IAS 1 “Presentation of Financial Statements”	Requires that group items presented in other comprehensive income (OCI) are segregated between items that might be subsequently reclassified to profit or loss and those that will not be reclassified to profit or loss.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013

Considering the current operations of the Company and its subsidiaries, management does not expect that the adoption of these new rules, interpretations and changes will have a relevant effect on the interim financial information.

CPC has not yet issued the standards and amendments corresponding to the new and revised IFRSs referred above. Due to the commitment from CPC and CVM to keep the standards up to date based on the updates from the IASB, it is expected that these standards and amendments will be issued by the CPC and approved by the CVM until the date they are effective.

3. CRITICAL ACCOUNTING ESTIMATES AND ASSUMPTIONS

The preparation of interim financial information requires Management to use certain significant accounting estimates and judgment in applying the accounting policies.

Accounting estimates and assumptions, reviewed on an ongoing basis, are based on historical experience and other factors, including expectations of future events that are considered to be reasonable in the circumstances. These estimates and assumptions could differ from actual results. The effects of the accounting estimates revisions are recognized in the period in which they occur.

These significant assumptions and accounting estimates are follows:

a) Income tax, social contribution and other taxes

The Company recognizes deferred tax assets and liabilities based on differences between the carrying amount stated in the interim financial information and the tax base assets and liabilities using statutory tax rates. The Company reviews regularly deferred tax assets in terms of possible recovery, considering historical profit generated and projected future taxable income, based on a technical feasibility study.

b) Provision for tax, civil and labor contingencies

The Company is a party to several lawsuits and administrative proceedings, as described in note 17. Provisions are recognized for all contingencies arising from lawsuits that represent probable losses and that can be reasonably estimated. The probability assessment includes assessing available evidences, the hierarchy of the laws, available previous decisions, most recent court decisions and their relevance within the legal system, and the assessment of the outside legal counsel. Management believes that these provisions for tax, civil and labor contingencies are fairly presented in the interim financial information.

c) Healthcare plan

The current amount of the healthcare plan is contingent to a series of factors determined based on actuarial calculations that update a series of assumptions, for example, the discount and other rates, which are disclosed in note 23.2. The change in one of these estimates could impact the results presented.

4. FINANCIAL RISK MANAGEMENT

4.1. General considerations and policies

Risks and the financial instruments are managed through the definition of policies and strategies and implementation of control systems, defined by the Company's Finance Committee and approved by the Board of Directors, which establish foreign exchange exposure limits and allocate funds in financial institutions. The compliance of the treasury area's positions in financial instruments, including derivatives, in relation to these policies, is presented and assessed on a monthly basis by the Finance Committee and subsequently submitted to the analysis of the Audit Committee, the Executive Committee and the Board of Directors.

Risk management is performed by the Company's general treasury function, which is also responsible for approving the short-term investments and loan transactions conducted by the Group subsidiaries.

4.2. Financial risk factors

The Group and its subsidiaries' activities expose the companies to several financial risks: market risk (including currency and interest risks), credit risk and liquidity risk. The Company's overall risk management program is focused on the unpredictability of financial markets and seeks to minimize potential adverse effects on the financial performance, using derivatives to protect certain risk exposures.

a) Market risk

The Company is exposed to market risks arising from its business activities. These market risks mainly comprise possible changes in exchange and interest rates.

i) Currency risk

Due to different types of trade receivables and financial liabilities assumed by the Company in foreign currencies, an Exchange Rate Hedging Policy was implemented, establishing exposure limits linked to these risks.

The treasury area's procedures defined by the current policy include monthly projection and assessment of the Company's consolidated foreign exchange exposure, on which Management's decision-making is based.

The Policy considers foreign currency-denominated amounts from receivables and payables related to commitments already assumed and recorded in the interim financial information based on the Company's operations, as well as future cash flows, with average maturity of six-month period, not yet recorded in the balance sheet arising from: (i) purchase of inputs for manufacturing products; (ii) machinery and equipment import; and (iii) investments in foreign subsidiaries in their related currencies.

As at June 30, 2011 and December 31, 2010, the Company and its subsidiaries are substantially exposed to risks of fluctuations in the US dollar. For exchange rate exposure, the Company and its subsidiaries contract derivative (swaps) and Non Deliverable Forward (NDFs) transactions. The exchange rate hedging policy establishes that the hedge contracted by the Company and its subsidiaries should limit loss due to exchange rate depreciation related to the net income estimated for the current year considering the expected depreciation of the Reais against the U.S. dollar. This limit defines the ceiling, or maximum exchange rate the Company and its subsidiaries may be exposed in relation to the U.S. dollar.

As at June 30, 2011, the Company's and the consolidated balance sheets includes accounts denominated in foreign currency which, in the aggregate, represent net liabilities of R\$324,409 and R\$328,548, respectively (as at December 31, 2010, R\$52,567 and R\$58,675, respectively). These accounts are substantially represented by loans and financing, which, as at June 30, 2011, are 100% hedged by swap arrangements (98.7% as at December 31, 2010).

Derivatives to hedge currency risk

The Company classifies derivatives into financial and operating. Financial derivatives include swap or forwards contracted to hedge the currency risk associated with foreign-currency trade receivables, trade payables, and loans and financing. Operating derivatives (usually "forwards") include derivatives contracted to hedge against the currency risk associated with cash flows from future capital inflows to its foreign subsidiaries.

As at June 30, 2011, swap and forward outstanding contracts, with maturities between August 2011 and February 2017, were signed by the counterparts represented by the Banks: Bradesco (30%), Brasil (69%) and HSBC (1%) as follows:

Financial Swaps - Company

<u>Type of operation</u>	<u>Notional amount</u>		<u>Fair value</u>		<u>Gain (loss) for the period/year</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Swap contracts: (1)						
Asset position:						
Long position - U.S. dollar	<u>331,705</u>	<u>53,534</u>	<u>319,631</u>	<u>52,121</u>	<u>(20,557)</u>	<u>(2,109)</u>
	<u>331,705</u>	<u>53,534</u>	<u>319,631</u>	<u>52,121</u>	<u>(20,557)</u>	<u>(2,109)</u>
Liability position:						
CDI floating rate:						
Long position - U.S. dollar	<u>331,705</u>	<u>53,534</u>	<u>340,188</u>	<u>54,231</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>331,705</u>	<u>53,534</u>	<u>340,188</u>	<u>54,231</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Financial Swaps - Consolidated

<u>Type of operation</u>	<u>Notional amount</u>		<u>Fair value</u>		<u>Gain (loss) for the period/year</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Swap contracts: (1)						
Asset position:						
Long position - U.S. dollar	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>323.115</u>	<u>57.367</u>	<u>(20.949)</u>	<u>(2.830)</u>
	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>323.115</u>	<u>57.367</u>	<u>(20.949)</u>	<u>(2.830)</u>
Liability position:						
CDI floating rate:						
Long position - U.S. dollar	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>344.064</u>	<u>60.197</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>
	<u>335.893</u>	<u>59.817</u>	<u>344.064</u>	<u>60.197</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>

Operating Forwards - Company and Consolidated

<u>Type of operation</u>	<u>Notional amount</u>		<u>Fair value</u>		<u>Gain (loss) for the period/year</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Forward contracts: (2)						
Asset position:						
Long position - U.S. dollar	<u>-----</u>	<u>34,542</u>	<u>-----</u>	<u>34,555</u>	<u>-----</u>	<u>(1,231)</u>
Liability position:						
fixed rates -						
Long position - U.S. dollar	<u>-----</u>	<u>34,542</u>	<u>-----</u>	<u>35,786</u>	<u>-----</u>	<u>-----</u>

The notional amount represents the amounts of derivatives contracted. "Fair value" refers to the value of derivatives contracted that, as at the balance sheet date, are outstanding.

- (1) Swap transactions consist of swapping the exchange rate change by a percentage of changes of CDI floating rate.
- (2) Forward transactions establish a future parity between the Brazilian real and the foreign currency based on their equivalence at the trade date, adjusted by a fixed interest rate.

For derivatives maintained by the Company as of June 30, 2011 and December 31, 2010, due to the fact contracts are directly entered into with the financial institutions and not through a Mercantile and Futures Exchange, there are no margins deposited as guarantee of the related operations.

Sensitivity analysis

For the sensitivity analysis of financial derivatives, the Company's Management understands it is necessary to take into consideration corresponding liabilities recorded in the balance sheet as linked operations, as follows:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
Total loans and financing in foreign currency	324,409	328,548
Notional amounts of financial derivatives	(331,705)	(335,893)
Net exposure	<u>(7,296)</u>	<u>(7,345)</u>

The sensitivity analysis was prepared taking into consideration a net exposure of R\$7,296, Company, and R\$7,345, consolidated. The tables for the six-month period ended June 30, 2011 show the gain (loss) that would have been recognized in profit or loss based on the following scenarios.

<u>Description:</u>	<u>Company's risk</u>	<u>Company</u>		
		<u>Scenario probable</u>	<u>Scenario II</u>	<u>Scenario III</u>
Net exposure	Depreciation of U.S. dollar	<u>112</u>	<u>(1,824)</u>	<u>(3,648)</u>

<u>Description:</u>	<u>Company's risk</u>	<u>Consolidated</u>		
		<u>Scenario probable</u>	<u>Scenario II</u>	<u>Scenario III</u>
Net exposure	Depreciation of U.S. dollar	<u>112</u>	<u>(1,836)</u>	<u>(3,673)</u>

The probable scenario considers future US dollar rates obtained from BM&FBOVESPA on the date of maturity of the financial instruments exposed to currency risks. Scenarios II and III consider a decrease in US dollar of 25% (R\$1.17/US\$1.00) and 50% (R\$0.78/US\$1.00), respectively. Probable scenarios II and III are presented as required by CVM Instruction 475/08. In assessing possible changes in exchange rates, Management uses the probable scenario, which is being presented for compliance with IFRS 7.

The Company and its subsidiaries do not use derivatives for speculative purposes.

ii) Interest rate risk

The interest rate risk arises from short-term investments and loans. Financial instruments issued at floating rates expose the Company and its subsidiaries to cash flow risks associated with the interest rate. Financial instruments issued at fixed rates expose the Company and its subsidiaries to fair value risks associated with the interest rate.

The Company's cash flow risk associated with the interest rate arises from short-term investments and short- and long-term loans and financing issued at floating rates. The Company's management adopts the policy of maintaining its rates of exposure to asset and liability interest rates pegged to floating rates. Short-term investments are adjusted by the Interbank Deposit Rate (CDI) whereas loans and financing are adjusted based on the Long-term Interest Rate (TJLP), CDI and fixed rates, according to the contracts made with the respective financial institutions and by trading securities with investors in this market.

Management believes that the risk of significant changes in the CDI and TJLP in 2011 is low, taking into consideration the stability achieved with the current monetary policy implemented by the Federal Government, in addition to the historical increases in Brazilian benchmark interest rate over the past years. For this reason, the Company does not conduct derivative transactions to hedge against this risk.

The Company and its subsidiaries contract swap transactions to mitigate risks on loans and financing subject to an index other than that of CDI, TJLP and fixed rates. However, as at June 30, 2011 and December 31, 2010, the Company and its subsidiaries did not have this type of loans and financing.

Sensitivity analysis

As mentioned in the currency risk section above, considering that as at June 30, 2011 almost all foreign currency-denominated loans and financing are hedged by a swap agreement that exchanges the foreign-currency liability index for the CDI rate variation, due to the Company's policy to hedge currency risks, the Company is, therefore, exposed to variations in the CDI rate. Below is the interest rate exposure of transactions subject to fluctuations in CDI and TJLP:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
Total loans and financing – in local currency (note 14)	(373,431)	(674,566)
Derivatives indexed to the CDI/TJLP	(324,409)	(328,548)
Short-term investments	<u>295,373</u>	<u>575,838</u>
Net exposure	<u>(402,467)</u>	<u>(427,276)</u>

The sensitivity analysis considers the exposure of loans and financing pegged to CDI and TJLP rates, net of short-term investments, also pegged to the CDI rate (see Note 5).

The tables below show the loss that would have been recognized in net income for the six-month period ended June 30, 2011, based on the following scenarios:

<u>Description:</u>	<u>Company's risk</u>	<u>Company</u>		
		<u>Scenario probable</u>	<u>Scenario II</u>	<u>Scenario III</u>
Net exposure	Increase in interest rate	<u>(12,326)</u>	<u>(15,407)</u>	<u>(30,815)</u>
<u>Description:</u>	<u>Company's risk</u>	<u>Consolidated</u>		
		<u>Scenario probable</u>	<u>Scenario II</u>	<u>Scenario III</u>
Net exposure	Increase in interest rate	<u>(13,085)</u>	<u>(16,357)</u>	<u>(32,714)</u>

The probable scenario considers forward interest rates obtained from BM&FBOVESPA on the date of maturity of the financial instruments exposed to interest rate risks. Scenarios II and III consider an increase in the interest rate of 25% (19.14% per year) and 50% (22.97% per year), respectively.

b) Credit risk

Credit risk refers to the risk that the counterparty will not fulfill its contractual obligations, which may cause financial losses to the Group, Company's sales are made to a great number of Beauty Consultants and this risk is managed through a strict credit granting process, The result of this management is reflected in "Allowance for doubtful accounts", as explained in note 6.

The Group is also subject to credit risks related to financial instruments contracted for the management of its business, primarily represented by cash and cash equivalents, short-term investments and derivative instruments.

The Company believes that credit risk in operations that it holds with financial institutions is low, as these are considered by the market as prime banks.

The policy for short-term investments adopted by the Company's management establishes the financial institutions with which the Company and its subsidiaries can do business and defines fund allocation limits and the amounts that may be invested in each of these financial institutions.

c) Liquidity risk

Effectively managing liquidity risk implies to maintain enough cash and marketable securities, funds available through credit facilities used and the ability to settle market positions.

Management monitors the Company's consolidated liquidity level considering the expected cash flow against unused credit facilities.

Carrying amounts of consolidated financial liabilities measured at amortized cost and its corresponding maturities are as follows:

Company	Less than one year	Between one and two years	Between two and five years	More than five years	Fair value 2011	Discount effect	Carrying amount 2011
<u>As of June 30, 2011</u>							
Current assets:							
Loans and financing	181,968	-	-	-	181,968	-	181,968
Trade accounts payable	-	-	-	-	-	-	-
Derivatives	20,557	-	-	-	20,557	5,467	15,090
Noncurrent:							
Loans and financing	-	509,908	5,964	-	515,872	-	515,872
Derivatives	-	-	-	-	-	-	-

<u>Consolidated</u> <u>As of June 30, 2011</u>	<u>Less than</u> <u>one year</u>	<u>Between</u> <u>one and</u> <u>two years</u>	<u>Between</u> <u>two and</u> <u>five years</u>	<u>More than</u> <u>five years</u>	<u>Fair</u> <u>value</u> <u>2011</u>	<u>Discount</u> <u>effect</u>	<u>Carrying</u> <u>amount</u> <u>2011</u>
Current assets:							
Loans and financing	347,835	-	-	-	347,835	-	347,835
Trade accounts payable	315,238	-	-	-	315,238	-	315,238
Derivatives	20,949	-	-	-	20,949	5,546	15,403
Noncurrent:							
Loans and financing	-	602,669	57,653	4,200	664,522	-	664,522
Derivatives	-	-	-	-	-	-	-

4,3, Capital management

The Group's intention in managing its capital is to safeguard its capacity to continuously provide return to the Company's shareholders and benefits to other stakeholders and to maintain an ideal capital structure to reduce this cost.

As other companies in its industry, the Company monitors its capital based on financial leverage indices, This index corresponds to the net debt divided by total equity, The net debt corresponds to total loans (including short- and long-term loans, as shown in the consolidated balance sheet), deducted from cash and cash equivalents.

The consolidated financial leverage ratios as of June 30, 2011 and December 31, 2010 can be summarized as follows:

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Short- and long-term loans and financing	697,840	428,442	1,012,357	691,663
(-) Cash and cash equivalents	<u>(300,133)</u>	<u>(206,125)</u>	<u>(622,387)</u>	<u>(560,229)</u>
Net debt	<u>397,707</u>	<u>222,317</u>	<u>389,970</u>	<u>131,434</u>
Shareholders' equity	<u>1,172,136</u>	<u>1,257,501</u>	<u>1,172,137</u>	<u>1,257,502</u>
Financial leverage index	<u>33.9%</u>	<u>17.7%</u>	<u>33.3%</u>	<u>10.5%</u>

4,4, Fair value estimate

The Company and its subsidiaries use hierarchy rules to measure the fair value of its financial instruments, as set out in CPC 40 - Financial Instruments: Disclosure, for financial instruments measured in the balance sheet, which requires the disclosure of fair value measurements at the following hierarchy level:

- Level 1: Prices quoted (unadjusted) in active markets for identical assets and liabilities, A market is considered active if quoted prices are readily and regularly available from a stock exchange, dealer, broker, industry group, pricing service, or regulatory agency, and those prices represent actual and regularly occurring market transactions on an arm's length basis.

- Level 2: Applicable to financial instruments that are not traded in active markets (for example, over-the-counter derivatives) and whose fair value is determined using valuation techniques that, in addition to the quoted prices, included in Level 1, uses other inputs adopted by the market for assets or liabilities, whether directly (e.g., prices) or indirectly (e.g., derived from prices).
- Level 3: Inputs for assets or liabilities that are not based on the data adopted by the market (i.e., unobservable inputs).

As at June 30, 2011 and December 31, 2010, the measurement of all the Company's and its subsidiaries' derivatives falls under the Level 2 characteristics, The fair value of exchange rate derivatives ("swap" and "forwards") is determined based on the exchange rate on the balance sheet dates, with the resulting amount being discounted to present value.

Fair value of financial instruments stated at amortized cost

Short-term investments

The amounts of short-term investments recorded in the interim financial information approximate their realizable values as they refer to floating rate transactions and are highly liquid.

Loans and financing

The amounts of loans and financing recorded in the interim financial information, except loans and financing indexed to TJLP, approximate their collectible amounts as they are indexed to CDI fluctuation, Financing indexed to TJLP approximates the collectible amount recorded in the interim financial information as TJLP is also correlated to CDI and is a floating rate.

The fair value of loans and financing contracted at fixed interest rates is disclosed in Note 14.

Trade accounts receivable and trade accounts payable

Additionally, the amounts of trade accounts receivable and trade accounts payable recognized at their carrying amounts approximate their fair value in view of the short term of the transactions conducted.

5. CASH AND CASH EQUIVALENTS

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Cash and banks	4,760	9,688	46,549	38,314
Bank certificates of deposit (CDB) - floating rate	<u>295,373</u>	<u>196,437</u>	<u>575,838</u>	<u>521,915</u>
	<u>300,133</u>	<u>206,125</u>	<u>622,387</u>	<u>560,229</u>

As at June 30, 2011, CDBs carry interest at rates ranging from 100,0% to 101,5% (100,0% to 101,5% as of December 31, 2010) of the Interbank Deposit Rate (CDI).

CDBs are classified by Management of the Company and its subsidiaries as “Cash and cash equivalents” as they are considered financial assets that may be redeemed immediately and subject to insignificant risk of changes in its value.

6. TRADE ACCOUNTS RECEIVABLE

	Company		Consolidated	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Trade accounts receivable	419,702	550,355	501,799	635,944
Allowance for doubtful accounts	<u>(54,636)</u>	<u>(56,663)</u>	<u>(64,586)</u>	<u>(65,664)</u>
	<u>365,066</u>	<u>493,692</u>	<u>437,213</u>	<u>570,280</u>

The aging list of trade accounts receivable is as follows:

	Company		Consolidated	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Current	307,405	432,703	379,915	492,947
Up to 30 days past due	65,201	79,136	71,366	93,967
31 to 60 days past due	14,969	10,897	16,363	16,777
61 to 90 days past due	8,553	8,072	9,315	9,406
91 to 180 days past due	<u>23,574</u>	<u>19,547</u>	<u>24,840</u>	<u>22,847</u>
	<u>419,702</u>	<u>550,355</u>	<u>501,799</u>	<u>635,944</u>

The balance of trade accounts receivable in consolidated is basically denominated in Brazilian reais, and approximately 89% of the outstanding balance as of June 30, 2011 refers to real-denominated transactions (91% as of December 31, 2010), The remaining balance is denominated in several currencies and refers to sales of foreign subsidiaries.

The changes in the allowance for doubtful accounts for the six-month period ended June 30, 2011 are as follows:

Company				Consolidated			
<u>Balance at</u>	<u>Additions</u>	<u>Reversals</u>	<u>Balance at</u>	<u>Balance at</u>	<u>Additions</u>	<u>Reversals</u>	<u>Balance at</u>
<u>12/2010</u>	<u>(a)</u>	<u>(b)</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>(a)</u>	<u>(b)</u>	<u>06/2011</u>
<u>(56,663)</u>	<u>(37,278)</u>	<u>39,305</u>	<u>(54,636)</u>	<u>(65,664)</u>	<u>(41,496)</u>	<u>42,574</u>	<u>(64,586)</u>

(a) Allowance recognized according to note 2,7 of the annual financial statements of December 31, 2010,

(b) Refers to accounts that are over 180 days past due, which were written off due to uncollectible amounts,

The expense on the recognition of the allowance for doubtful accounts was recorded in “Selling expenses” in the statement of income, When recovery of additional cash is less than probable, the amounts debited from the allowance for doubtful accounts are reversed against the definite write-off of the receivable against income.

Maximum exposure to credit risk at the date of these interim financial statements is the carrying amount of each aging range, net of the allowance for doubtful accounts, as shown in the aging list above, The Company and its subsidiaries do not have any guarantee for past-due receivables.

7. INVENTORIES

	Company		Consolidated	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Finished products	185,699	181,188	541,462	465,027
Raw materials and packaging	-	-	140,100	127,305
Promotional material	17,783	14,383	53,773	37,576
Work in process	-	-	17,698	17,290
Allowance for losses	<u>(12,075)</u>	<u>(10,479)</u>	<u>(77,782)</u>	<u>(75,673)</u>
	<u>191,407</u>	<u>185,092</u>	<u>675,251</u>	<u>571,525</u>

The changes in the allowance for inventory losses for the six-month period ended June 30, 2011 are as follows:

Company				Consolidated			
Balance at 12/2010	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 06/2011	Balance at 12/2010	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 06/2011
<u>(10,479)</u>	<u>(6,814)</u>	<u>5,218</u>	<u>(12,075)</u>	<u>(75,673)</u>	<u>(27,136)</u>	<u>25,027</u>	<u>(77,782)</u>

(a) Refers mainly to the recognition of the reserve for discontinuance, expiration and quality losses, according to actual need to cover expected losses on the realization of inventories and the policy established by the Company and its subsidiaries.

(b) Refers to write-offs of products discarded by the Company and its subsidiaries.

8. RECOVERABLE TAXES

	Company		Consolidated	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
ICMS on purchases of goods	-	-	130,202	97,888
Refundable ICMS - ST on interstate sales - RS	2,815	3,022	2,815	3,022
Refundable ICMS - ST on interstate sales - SP (a)	11,715	7,120	13,156	7,120
Refundable ICMS - ST - voluntary reporting proceeding - SP (b)	-	-	12,340	16,421
Taxes - foreign subsidiaries	-	-	21,502	21,567
ICMS on purchases of fixed assets	6,689	6,825	15,517	16,136
COFINS on purchases of fixed assets	-	-	6,848	9,589
PIS on purchases of fixed assets	-	-	1,475	2,237
PIS and COFINS on purchase of goods	23,277	19,743	24,235	20,025
PIS and COFINS resulting from win on a lawsuit (c)	11,887	-	16,852	-
PIS and COFINS on freight	1,846	-	1,846	-
IRPJ (withholding income tax) and CSLL (social contribution tax)	10	10	10	1,746
PIS/COFINS/CSLL - withheld at source	-	-	2,834	5,574
Other	3,989	3,000	14,702	12,282
(-) Provision for discount on sale of ICMS credits	-	-	<u>(2,947)</u>	<u>(2,879)</u>
	<u>62,228</u>	<u>39,720</u>	<u>261,387</u>	<u>210,728</u>
Current	58,407	34,799	158,969	101,464

	Company		Consolidated	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Noncurrent	<u>3,821</u>	<u>4,921</u>	<u>102,418</u>	<u>109,264</u>

(a) Refers to the State Reverse Charge System VAT (ICMS - ST) amount that has been separately disclosed and withheld on a monthly basis on the Company's and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda,'s products sold and shipped to customers located in the Federal District and States other than the São Paulo State, pursuant to São Paulo State tax legislation in effect since February 2008, São Paulo State Department of Finance (SeFaz - SP) granted the Company a special regime that allows it to offset the credits through the "Fast Track", in which the credits are offset in the month following its computation, through a bank guarantee.

(b) On September 24, 2008, the Tax Administration Coordinator of the SeFaz - SP accepted the voluntary reporting request filed by the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, where, after internal verifications made by its management, this company evidenced undue withholdings of ICMS - ST in the period February-May 2008 due to a different interpretation of the provisions of article 264, IV, 313-E and 313-G of ICMS Regulation (RICMS/2000), The said voluntary reporting request is also intended to clarify and permit the application of the procedures necessary to regularize the transactions carried out by this subsidiary during the referred period, As a result of this regularization, ICMS - ST credits were calculated at R\$12,340 as of June 30, 2011 (R\$16,421 as of December 31, 2010).

The credit will be offset by the subsidiary after verification by tax authorities; however, based on the subsidiary's legal counsel's and management's assessment, the risk of not offsetting the amounts recognized as of June 30, 2011 is remote.

(c) The amount refers to a win on a lawsuit with respect to the unconstitutionality and illegality of the increase on the basis for the calculation of PIS and COFINS, established by Law 9718/98. See details on note 17 (contingent assets - (a)).

9. INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION

a) Deferred

Deferred income tax (IRPJ) and social contribution (CSLL) result from Company and its subsidiaries' temporary differences, These credits are recorded in noncurrent assets, in accordance with CPC 26 and IAS 12, The amounts are as follows:

	Company		Consolidated	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Allowance for doubtful accounts (note 6)	18,576	19,266	18,576	19,266
Allowance for losses on inventories realization (note 7)	4,105	3,563	24,428	21,725
Reserve for tax, civil and labor contingencies (note 17)	18,476	18,884	37,414	40,375
Non-inclusion of ICMS in the PIS and COFINS basis (note 16)	596	573	33,686	28,869
Actuarial liability - healthcare plan (note 23,2.)	4,821	4,462	7,260	6,702
Allowance for losses on swap and forward contracts (note 24)	6,989	1,136	7,123	1,381
Provision for ICMS - ST - Paraná State, Federal District Mato Grosso do Sul State and Mato Grosso State (note 16)	18,490	13,672	18,490	13,672
Allowances for losses on advances to suppliers	2,667	3,879	3,308	4,432
Accrued contractual obligations	2,148	1,947	2,789	2,777
Provision for discount on assignment of ICMS credits	-	-	1,002	979

	Company		Consolidated	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Accrued benefits sharing and partnerships	5,554	6,874	5,554	6,874
Temporary differences of foreign subsidiaries	-	-	6,022	6,562
Effective IRPJ and CSLL rate on a straight-line basis	5,768	-	5,768	-
Provision for profit sharing	5,137	-	16,476	-
Other temporary differences	16,869	13,235	30,924	26,645
	<u>110,196</u>	<u>87,491</u>	<u>218,820</u>	<u>180,259</u>

Changes in deferred income tax and social contribution assets in Company for the annual reporting periods are stated as follows:

	12/2010	(Charged) credited to the statement of income	06/2011
Allowance for doubtful accounts	19,266	(690)	18,576
Allowance for losses on inventories realization	3,563	542	4,105
Reserve for tax, civil and labor contingencies	18,884	(408)	18,476
Non-inclusion of ICMS in the PIS and COFINS basis	573	23	596
Allowance for losses on swap and forward contracts	1,136	5,853	6,989
Provision for ICMS - ST - Paraná State, Federal District Mato Grosso do Sul State and Mato Grosso State	13,672	4,818	18,490
Allowances for losses on advances to suppliers	3,879	(1,212)	2,667
Accrued benefits sharing and partnerships	6,874	(1,320)	5,554
Actuarial liability - healthcare plan	4,462	359	4,821
Accrued contractual obligations	1,947	201	2,148
Effective IRPJ and CSLL rate on a straight-line basis	-	5,768	5,768
Provision for profit sharing	-	5,137	5,137
Other temporary differences	<u>13,235</u>	<u>3,634</u>	<u>16,869</u>
	<u>87,491</u>	<u>22,705</u>	<u>110,196</u>

Changes in deferred income tax and social contribution assets in Company for the annual reporting periods are stated as follows:

<u>Consolidated</u>	12/2010	(Charged) credited to the statement of income	06/2011
Allowance for doubtful accounts	19,266	(690)	18,576
Allowance for losses on inventories realization	21,725	2,703	24,428
Reserve for tax, civil and labor contingencies	40,375	(2,961)	37,414
Non-inclusion of ICMS in the PIS and COFINS basis	28,869	4,817	33,686
Allowance for losses on swap and forward contracts	1,381	5,742	7,123
Provision for ICMS - ST - Paraná State, Federal District, Mato Grosso do Sul State, and Mato Grosso State	13,672	4,818	18,490
Allowances for losses on advances to suppliers	4,432	(1,124)	3,308
Accrued benefits sharing and partnerships	6,874	(1,320)	5,554
Temporary differences of foreign subsidiaries	6,562	(540)	6,022
Actuarial liability - healthcare plan	6,702	558	7,260
Accrued contractual obligations	2,777	12	2,789
Provision for discount on assignment of ICMS credits	979	23	1,002
Effective IRPJ and CSLL rate on a straight-line basis	-	5,768	5,768
Provision for profit sharing	-	16,476	16,476
Other temporary differences	<u>26,645</u>	<u>4,279</u>	<u>30,924</u>
	<u>180,259</u>	<u>38,561</u>	<u>218,820</u>

Management, based on projections of future taxable income, estimates that the recorded tax

credits will be fully realized within five years.

The amounts recorded as deferred income tax and social contribution will be realized as follows:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
2011	62,340	116,369
2012	12,740	15,466
2013	5,186	53,712
2014 and thereafter	<u>29,930</u>	<u>33,273</u>
	<u>110,196</u>	<u>218,820</u>

In addition, as of June 30, 2011, the Company had unrecognized tax loss carryforwards and temporary differences from foreign subsidiaries not recorded in the interim financial information of the foreign subsidiaries due to the lack of a history of taxable income and taxable income projections for coming years, as shown below.

Tax credits, calculated at the prevailing tax rates in the related countries where the subsidiaries are located, are stated as follows:

Tax loss carryforwards:

Argentina	13,594
Chile	75,926
Mexico	79,156
Colombia	48,072
France	45,761

The tax credits on tax loss carryforwards generated by the subsidiaries do not have an expiry date for offset, except for the subsidiaries in Argentina and Mexico, which expire as follows:

	<u>Argentina</u>	<u>México</u>
2011	3,203	-
2012	2,944	-
2013	4,390	-
2014	-	11
2015	2,518	6,869
2016 and thereafter	<u>539</u>	<u>72,276</u>
	<u>13,594</u>	<u>79,156</u>

b) Reconciliation of income tax and social contribution

	Company		Consolidated	
	06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
Income before income tax and social contribution	471,976	480,637	509,189	506,928
Income tax and social contribution at the rate of 34%	(160,472)	(163,417)	(173,124)	(172,356)
Technological research and innovation benefit - Law 11196/05 (*)	7,992	8,866	7,992	8,866
Tax incentives - donations	1,928	2,600	3,607	3,573
Equity in subsidiaries (note 12)	5,532	458	-	-
Unrecognized deferred taxes on tax losses generated by foreign subsidiaries	-	-	(17,054)	(14,682)
Other adjustments due to Law 11638/07 and Provisional Act 449/08	(539)	792	(1,493)	(275)
Interest on capital tax benefit	8,315	6,197	8,315	6,197
Other permanent differences	<u>3,879</u>	<u>(3,081)</u>	<u>1,179</u>	<u>(5,199)</u>
Income tax and social contribution expenses	<u>(133,365)</u>	<u>(147,585)</u>	<u>(170,578)</u>	<u>(173,876)</u>
Income tax and social contribution - current	(156,070)	(142,307)	(209,139)	(188,423)
Income tax and social contribution - deferred	22,705	(5,278)	38,561	14,547
Effective rate - %	28.3	30.7	33.5	34.3

(*) Refers to the tax benefit established by Law 11196/05, which allows for the direct deduction from the calculation of taxable income and the social contribution tax basis of the amount corresponding to 60% of the total expenses on technological research and innovation, observing the rules established in said Law.

10. ESCROW DEPOSITS

Represent Group's restricted assets related to amounts deposited and held by the courts until the litigation to which they are linked is resolved,

The Company's and its subsidiaries' escrow deposits on June 30, 2011 and December 31, 2010 are as follows:

	Company		Consolidated	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
ICMS - ST (*) - unaccrued (note 17,(a))	61,549	53,809	61,549	53,809
ICMS - ST suspended collection (*) (note 16,(b))	190,361	167,019	190,361	167,019
Other accrued tax obligations (note 16,(e) and (g))	8,909	8,556	49,938	48,106
Other accrued tax obligations unaccrued (note 16,(d) and (f))	10,633	10,426	10,636	10,426
Unaccrued tax lawsuits	38,995	30,676	42,968	36,034
Accrued tax lawsuits (note 17)	9,925	9,600	11,623	10,754
Unaccrued civil lawsuits	933	938	1,025	1,343
Accrued civil lawsuits (note 17)	1,878	1,874	1,983	1,976
Unaccrued labor lawsuits	5,332	4,410	7,133	5,130
Accrued labor lawsuits (note 17)	<u>2,017</u>	<u>1,762</u>	<u>2,690</u>	<u>2,410</u>
	<u>330,532</u>	<u>289,070</u>	<u>379,906</u>	<u>337,007</u>

(*) Refers to the ICMS - ST declaratory action filed by Paraná State, the Federal District, Mato Grosso do Sul State and Mato Grosso State, as discussed in notes 16,(b) and 17,(a).

11. OTHER NONCURRENT ASSETS

	Company		Consolidated	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Advances to advertisement services	21,752	20,052	22,646	20,997
Asset held for sale	-	-	17,752	17,752
Restricted cash - CDBs (*)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6,217</u>	<u>6,155</u>
	<u>21,752</u>	<u>20,052</u>	<u>46,615</u>	<u>44,904</u>

(*) Refers to amounts pledged as collateral by restricted temporary investments of the subsidiary Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., related to the court collection of Federal VAT (IPI) for July 1989, when wholesale units were held equivalent to manufacturing establishments by Law 7798/89, The lawsuit is pending from a decision on the appeal from the defendant at the Federal Regional Court of the 3rd region (São Paulo), Based on the Company's legal counsel assessment the likelihood of loss in this lawsuit is possible.

12. INVESTMENTS

	Company	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Investments in subsidiaries	<u>1,159,086</u>	<u>1,099,188</u>

[this page intentionally left blank]

Information on and changes for the six-month period ended June 30, 2011

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda,	Natura Cosméticos S.A., - Chile	Natura Cosméticos S.A., - Peru	Natura Cosméticos S.A., - Argentina	Natura Cosméticos C.A., - Venezuela	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda,	Natura Cosméticos de México S.A, (*)	Natura Cosméticos Ltda, - Colombia	Natura (Brazil) International B,V, - The Netherlands (*)	Natura Cosméticos España S.L,	Total
Capital	526,155	90,274	11,282	92,535	5,501	5,008	171,188	55,364	74,862	73	1,032,242
Interest - %	99.99%	99.99%	99.94%	99.97%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	100.00%	100.00%	
Subsidiary's shareholders' equity (deficit)	991,669	21,712	3,577	47,784	256	20,695	49,342	14,609	9,462	106	1,159,212
Interest in shareholders' equity	991,570	21,709	3,575	47,769	256	20,693	49,337	14,608	9,462	106	1,159,085
Subsidiaries net income (loss) for the year	58,859	784	(2,040)	(9,949)	-	9,004	(23,982)	(7,756)	(8,658)	-	16,262
<u>Carrying amount of investments</u>											
Balances as of December 31, 2010	930,614	23,246	(891)	56,902	273	45,021	26,950	8,782	8,208	83	1,099,188
Equity in subsidiaries	58,859	784	(2,039)	(9,946)	-	9,004	(23,979)	(7,755)	(8,658)	-	16,270
Exchange rate change and other adjustments in the translation of investments in foreign subsidiaries	-	(2,321)	(239)	(4,995)	(17)	(130)	(899)	112	82	-	(8,407)
Company's contribution to the stock options plan of subsidiaries' executives and other reserves	2,097	-	-	-	-	798	-	-	-	-	2,895
Earnings distribution	-	-	-	-	-	(34,000)	-	-	-	-	(34,000)
Capital increases	-	-	6,744	5,809	-	-	47,265	13,469	9,830	23	83,140
Balances as of June 30, 2011	<u>991,570</u>	<u>21,709</u>	<u>3,575</u>	<u>47,770</u>	<u>256</u>	<u>20,693</u>	<u>49,337</u>	<u>14,608</u>	<u>9,462</u>	<u>106</u>	<u>1,159,086</u>

(*) Consolidated information of the following companies:

Natura Cosméticos - Mexico: Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A, de C,V,; Natura Cosméticos de Mexico, S.A, de C,V,; and Natura Distribuidora de Mexico, S.A, de C,V,

Natura Europa SAS: Natura (Brazil) International B,V, (The Netherlands), Natura Brasil Inc, (USA - Delaware), Natura International Inc, (USA - New York), Natura International Inc, (USA - Nevada), Natura Worldwide Trading Company (Costa Rica), Natura Europa SAS (France) and Natura Brasil SAS (France),

[this page is intentionally left blank]

13. PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT AND INTANGIBLE ASSETS

PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT	Weighted average annual depreciation rate - %	Company					
		06/2011			12/2010		
		Cost	Accumulated depreciation	Net book value	Cost	Accumulated depreciation	Net book value
Vehicles	33	31,427	(16,295)	15,132	34,234	(14,491)	19,743
Leasehold improvements (b)	15	25,356	(11,232)	14,124	23,486	(9,053)	14,433
Machinery and equipment	4	39,007	(4,329)	34,678	27,668	(3,018)	24,650
Furniture and fixtures	7	6,578	(2,732)	3,846	6,264	(2,584)	3,680
IT equipment	18	7,686	(4,224)	3,462	6,614	(3,803)	2,811
Projects in progress	-	10,872	-	10,872	11,699	-	11,699
Advances to suppliers	-	<u>37,045</u>	<u>-</u>	<u>37,045</u>	<u>15,159</u>	<u>-</u>	<u>15,159</u>
		<u>157,971</u>	<u>(38,812)</u>	<u>119,159</u>	<u>125,124</u>	<u>(32,949)</u>	<u>92,175</u>

INTANGIBLE ASSETS	Weighted average annual amortization rate - %	Company					
		06/2011			12/2010		
		Cost	Accumulated amortization	Net book value	Cost	Accumulated amortization	Net book value
Software	17	<u>32,684</u>	<u>(12,207)</u>	<u>20,477</u>	<u>29,190</u>	<u>(10,604)</u>	<u>18,586</u>

PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT	Weighted average annual depreciation rate - %	Consolidated					
		06/2011			12/2010		
		Cost	Accumulated depreciation	Net book value	Cost	Accumulated depreciation	Net book value
Machinery and equipment	5	324,669	(133,986)	190,683	308,262	(124,315)	183,947
Buildings	4	151,142	(57,330)	93,812	151,161	(54,305)	96,856
Installations	9	126,497	(68,112)	58,385	120,440	(65,066)	55,374
Land	-	27,203	-	27,203	27,180	-	27,180
Molds	7	113,870	(86,127)	27,743	105,362	(79,921)	25,441
Vehicles	33	51,458	(22,787)	28,671	56,361	(21,181)	35,180
IT equipment	9	101,114	(51,468)	49,646	75,749	(45,969)	29,780
Furniture and fixtures	8	28,848	(12,640)	16,208	27,164	(11,926)	15,238
Leasehold improvements (b)	11	46,492	(22,322)	24,170	44,273	(18,725)	25,548
Projects in progress	-	14,066	-	14,066	35,489	-	35,489
Advances to suppliers	-	54,850	-	54,850	28,648	-	28,648
Other	1	<u>3,993</u>	<u>(2,338)</u>	<u>1,655</u>	<u>3,897</u>	<u>(2,111)</u>	<u>1,786</u>
		<u>1,044,202</u>	<u>(457,110)</u>	<u>587,092</u>	<u>983,986</u>	<u>(423,519)</u>	<u>560,467</u>

INTANGIBLE ASSETS	Weighted average annual amortization rate - %	Consolidated					
		06/2011			12/2010		
		Adjusted cost	Accumulated amortization	Net book value	Cost	Accumulated amortization	Net book value
Business lease - Natura Europa SAS - France (a)	-	4,709	-	4,709	4,629	-	4,629
Software	12	215,324	(84,619)	130,705	188,660	(73,376)	115,284
Trademarks and patents	10	<u>1,501</u>	<u>(1,431)</u>	<u>70</u>	<u>1,573</u>	<u>(1,413)</u>	<u>160</u>
		<u>221,534</u>	<u>(86,050)</u>	<u>135,484</u>	<u>194,862</u>	<u>(74,789)</u>	<u>120,073</u>

(a) The business lease generated on the purchase of a commercial location where Natura Europa SAS - France operates is supported by an appraisal report issued by independent appraisers, attributable to the fact that it is an intangible, marketable asset, which does not suffer any decrease in value over time. The change in the balance between June 30, 2011 and December 31, 2010 is basically due to the effects of the exchange variation for the period,

(b) The depreciation rates consider the terms of the property lease agreements,

Additional information on property, plant and equipment

a) Assets pledged as collateral

As of June 30, 2011, the Company and its subsidiaries have property, plant and equipment items pledged as collateral in bank financing and loan transactions, as well as items attached to the defense of lawsuits, as shown below:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
Machinery and equipment	10,289	10,289
Land	-	700
IT equipment	544	1,130
Vehicles	<u>602</u>	<u>602</u>
Balances at end of the six-month period	<u>11,435</u>	<u>12,721</u>

b) Expenses on operating leases

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Leases	<u>608</u>	<u>608</u>	<u>3,270</u>	<u>4,480</u>

c) Balance of capitalized interest

	<u>Consolidated</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Buildings	<u>1,453</u>	<u>1,479</u>

Consolidated amortization expenses of intangible assets estimated for the next years

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
2011 (6 months)	1,345	9,718
2012	2,690	19,436
2013	2,690	19,436
2014 and thereafter	<u>13,752</u>	<u>86,894</u>
	<u>20,477</u>	<u>135,484</u>

Changes in property, plant and equipment

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>6 months</u>	<u>12 months</u>	<u>6 months</u>	<u>12 months</u>
Balances at beginning of the six-month period/year	92,175	50,375	560,467	492,256
Additions (less transfers from projects in progress - when terminated):				
Machinery and equipment	1,284	8,884	6,642	29,669
Projects in progress/advances to suppliers	33,466	32,389	43,732	84,555
Vehicles	2,115	13,498	5,246	24,193
Molds	-	-	7,667	16,986
Facilities	-	-	1,567	7,208
IT equipment	946	769	4,167	7,304
Furniture and fixtures	438	545	1,333	1,618
Other	201	1,036	1,202	3,695
	<u>38,450</u>	<u>57,121</u>	<u>71,556</u>	<u>175,228</u>
(-) Write-offs, net	(2,722)	(2,706)	(5,446)	(37,605)
(-) Depreciation	<u>(8,744)</u>	<u>(12,615)</u>	<u>(39,485)</u>	<u>(69,412)</u>
Balances at end of the six-month period/year	<u>119,159</u>	<u>92,175</u>	<u>587,092</u>	<u>560,467</u>

Changes in intangible assets

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>6 months</u>	<u>12 months</u>	<u>6 months</u>	<u>12 months</u>
Balances at beginning of the six-month period/year	18,586	11,527	120,073	82,740
Additions:				
Software (including implementation costs)	3,627	9,749	29,096	61,648
(-) Write-offs and others, net	(133)	-	(2,331)	(4,879)
(-) Amortization	<u>(1,603)</u>	<u>(2,690)</u>	<u>(11,354)</u>	<u>(19,436)</u>
Balances at end of the six-month period/year	<u>20,477</u>	<u>18,586</u>	<u>135,484</u>	<u>120,073</u>

14. LOANS AND FINANCING

	Company		Consolidated		Reference
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010	
<u>Local currency</u>					
BNDES - EXIM (a)	-	-	177,289	116,388	A
FINEP (Financing Agency for Studies and Projects)	-	-	33,242	27,633	B
Debentures	353,202	352,669	353,202	352,669	C
BNDES (a)	20,229	23,206	99,505	110,996	D
Guaranteed account	-	-	-	2,001	E
BNDES - FINAME	-	-	7,182	6,506	F
Banco do Brasil - FAT Fomentar (Workers' Assistance Fund)	-	-	3,322	3,908	G
Capital lease - financing	-	-	633	940	H
FINEP - grant	-	-	191	2,086	I
Total local currency	<u>373,431</u>	<u>375,875</u>	<u>674,566</u>	<u>623,127</u>	
<u>Foreign currency</u>					
BNDES - EXIM (a)	-	-	-	1,229	J
BNDES (a)	2,039	2,479	6,178	7,358	K
Resolution 4131 (a)	322,370	50,088	322,370	50,088	L
International operation - Peru	-	-	9,243	9,861	M
Total foreign currency	<u>324,409</u>	<u>52,567</u>	<u>337,791</u>	<u>68,536</u>	
Grand total	<u>697,840</u>	<u>428,442</u>	<u>1,012,357</u>	<u>691,663</u>	
Current	181,968	60,086	347,835	226,595	
Noncurrent	<u>515,872</u>	<u>368,356</u>	<u>664,522</u>	<u>465,068</u>	

<u>Reference</u>	<u>Currency</u>	<u>Maturity</u>	<u>Charges</u>	<u>Collaterals</u>
A	Real	December 2011 and March 2014	For the installment maturing in December 2011: 7% of the debt with fixed interest p.a, For the installment maturing in March 2014: TJLP (462) + 2,5% p.y,	Guarantee of Natura Cosméticos S,A,
B	Real	March 2013 and May 2019	For the installment maturing in March 2013: TJLP (b), for the installment maturing in March 2019 5%	Guarantee of Natura Cosméticos S,A, and bank guarantee
C	Real	May 2013	Interest of 108% CDI (c) for the installment maturing in May 2013	N/A
D	Real	March 2016	For the installment maturing in March 2016: TJLP (b) + interest of 1,8% p.y,	Bank guarantee
E	Real	April 2011	123,9% CDI (c) p.y, + IOF (d)	Guarantee of Natura Cosméticos S,A,
F	Real	September 2016	Interest of 4,5% p.y, + TJLP (b)	Chattel mortgage, guarantee of Natura Cosméticos S,A, and promissory notes
G	Real	February 2014	Interest of 4,4% p.a, + TJLP (b)	Chattel mortgage, guarantee of Natura Cosméticos S,A, and promissory notes
H	Real	Through September 2012	Interest of 99,5% to 102,99% of DI - CETIP (e)	Leases are collateralized by the underlying assets
I	Real	December 2012	N/A	N/A
J	Dollar	February 2011	Exchange fluctuation + 8,31% p.y,(a)	Guarantee of Natura Cosméticos S,A,
K	Dollar	April 2016	Exchange fluctuation + 1,8% p.y, + Resolution 635 (a)	Guarantee of Natura Cosméticos S,A, and bank guarantee
L	Dollar	August 2011, September 2011, May 2013 and June 2013	exchange fluctuation + 1,65% p.y., exchange fluctuation + 2,02% p.y., exchange fluctuation + 3,40% p.y, and exchange fluctuation + 3,88% p.y, (a)	Guarantee of Natura Cosméticos S,A, and subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda,
M	Novo sol	December 2011	Interest of 4,15% p.y,(a)	Bank guarantee

(a) Loans and financing for which swap contracts (CDI) were entered into

(b) TJLP - Long-term Interest Rate,

(c) CDI - Interbank Deposit Rate,

(d) IOF - Tax on Financial Transactions,

(e) DI - CETIP - daily index calculated based on the average DI, disclosed by the Clearinghouse for the Custody and Financial Settlement of Securities (CETIP),

[This page is intentionally left blank]

Maturities of noncurrent liabilities are as follows:

	Company		Consolidated	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2010</u>	<u>12/2010</u>
2012 (6 months)	3,246	6,530	37,446	39,425
2013	506,662	355,820	565,223	379,440
2014	4,423	4,450	30,595	22,963
2015	1,526	1,539	21,080	19,001
2016 and thereafter	<u>15</u>	<u>17</u>	<u>10,178</u>	<u>4,239</u>
Total	<u>515,872</u>	<u>368,356</u>	<u>664,522</u>	<u>465,068</u>

Outstanding bank loans are described as follows:

a) Description of the main current bank loan and financing agreements:

- 1, BNDES - EXIM Pré-Embarque and BNDES - EXIM Pré-Embarque Especial Programs

The subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, benefits from the financing programs of the BNDES in the pre-shipment stage for the export of goods and services, As a rule, the requirements for participation in said programs are: (i) to have credit approved by the financial institution that will enter into the financing agreement; and (ii) to manufacture products with a using at least 60% locally,

- 2, Financing agreements with the BNDES

The Company and its subsidiaries Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, and Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda, have credit facility agreements with the BNDES to facilitate direct investments in the Company and its subsidiaries in order to improve certain product lines, train research and development employees, optimize operation product separation lines in the Cajamar - SP industrial facilities, set up of a vertical warehouse also in the Cajamar - SP industrial facilities, hire consultancy firms for the new distribution centers, build two new distribution centers, one in Matias Barbosa - MG and another in Jaboatão dos Guararapes - PE, as well as restructure the administration of the Itapeperica da Serra - SP unit and purchase the equipment necessary for these purposes,

- 3, Financing agreement with FINEP

The subsidiary Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda, has innovation programs aimed at the development and acquisition of new technologies by means of partnerships with universities and research centers in Brazil and abroad, These innovation programs have the support of research and technological development incentive programs of the FINEP, which facilitates and/or co-finances equipment, scientific grants and research material for the participating universities,

These funds were used to partially finance investments incurred on drafting the “Technology Platforms for New Cosmetics and Nutritional Supplements” project and “Research and Innovation for the Development of New Cosmetic Products”,

4, Machinery and Equipment Financing - FINAME

The Company benefits from a credit facility with the BNDES, related to FINAME onlendings, intended to finance the purchase of new machinery and equipment manufactured in Brazil, Said onlending is carried out by granting credit to Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., granting rights to receivables to the financial institution accredited as a financing agent, usually Banco Votorantim S,A., Banco Itaú Unibanco S,A., Banco do Brasil S,A, and HSBC Bank Brasil S,A., which enter into such said financing with Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda,

These agreements are collateralized by the financed assets, Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, is the trustee and the Company is the guarantor of these assets, In addition, the Company and its subsidiaries are obliged to meet the Provisions Applicable to BNDES Agreements and General Regulatory Conditions of FINAME-related Transactions,

5, Resolution 4131/62

Bank Credit Note - Onlending of Funds Raised Abroad - Resolution 4131/62, raised with Banco do Brasil on February 24, 2011 and maturing on August 26, 2011, whose principal totals US\$50,000.

Bank Credit Note - Onlending of Funds Raised Abroad - Resolution 4131/62, raised with Banco do Brasil on March 17, 2011 and maturing on September 13, 2011, whose principal totals US\$50,000.

Bank Credit Note - Onlending of Funds Raised Abroad - Resolution 4131/62, raised with Banco do Brasil on June 10, 2011 and maturing on May 31, 2013, whose principal totals US\$30,000.

Bank Credit Note - Onlending of Funds Raised Abroad - Resolution 4131/62, raised with Banco Bradesco on June 06, 2011 and maturing on June 3, 2013, whose principal totals US\$60,000.

6, Debentures

First issuance of simple debentures, nonconvertible into shares, totaling R\$350,000, in single series, without guarantee and without financial covenants, with face value of R\$1,000, in conformity with CVM Instruction 476/09, issued on May 26, 2010 and subscribed and paid in May 28, with the payment of semiannual interest in May and November, and principal maturing on May 26, 2013,

b) Finance lease transactions

Lease obligations are effectively guaranteed, since the leased asset is reversed to the lessor in case of default,

Financial obligations are broken down as follows:

	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Gross finance lease obligations - minimum lease payments:		
Less than one year	526	642
More than one year and less than five years	<u>107</u>	<u>377</u>
	633	1,019
Future financing charges on finance leases	<u>(40)</u>	<u>(79)</u>
Financial lease obligations - accounting balance	<u>593</u>	<u>940</u>

c) Contract covenants

As of June 30, 2011 and December 31, 2010, financing and loan agreements entered into by the Company and its subsidiaries do not contain restrictive clauses that establish obligations regarding the maintenance of financial indices by the Company and its subsidiaries, The Company was in compliance with all the restrictive clauses,

15. TRADE AND OTHER PAYABLES

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Domestic and foreign suppliers	61,863	78,647	276,016	331,909
Freight payable	<u>38,643</u>	<u>34,585</u>	<u>39,222</u>	<u>34,585</u>
	<u>100,506</u>	<u>113,232</u>	<u>315,238</u>	<u>366,494</u>

The Company and consolidated balances payable to foreign suppliers as of June 30, 2011 is R\$6,347 and R\$11,320, respectively (R\$842 and R\$4,964, respectively, as of December 31, 2010), and mostly refers to U,S, dollar-denominated amounts,

16. TAXES PAYABLE

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
ICMS Company and reverse charge payable (b)	235,171	217,826	296,139	242,676
PIS/COFINS payable (injunction) (a)	1,752	1,686	99,077	84,908
IRPJ and CSLL payable	102,963	99,347	125,959	125,816
IRPJ and CSLL (injunction) (c)	45,161	33,472	45,161	33,472
IRPJ and CSLL (injunction - PAT)	-	-	2,829	2,261
IRRF	3,442	7,901	5,997	13,203
IPI - exempt and zero-taxed products (d)	-	-	40,878	39,404

	Company		Consolidated	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
UFIR adjustment on federal taxes (e)	5,930	6,216	6,081	6,360
IPI credit on purchase of property, plant and equipment and supplies for own use and consumption (f)	-	-	-	3,768
Action for the annulment of a tax liability - INSS (g)	2,978	2,893	2,978	2,893
PIS/COFINS/CSLL	2,869	5,319	3,945	7,554
PIS/COFINS payable	-	-	-	6,663
Taxes - foreign subsidiaries	-	-	8,538	9,354
ISS payable	443	613	1,548	2,799
	<u>400,709</u>	<u>375,273</u>	<u>639,130</u>	<u>581,131</u>
Escrow deposits ((b) and (g)) (note 10)	<u>(199,270)</u>	<u>(175,575)</u>	<u>(240,299)</u>	<u>(215,125)</u>
Current	210,525	199,698	407,921	366,006
Noncurrent	190,184	175,575	231,209	215,125

- (a) The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, are challenging in court the inclusion of ICMS in the tax basis of PIS and COFINS (taxes on revenue). In June 2007, the Company and its subsidiary were authorized by the court to pay PIS and COFINS without the inclusion of ICMS in the tax basis, starting April 2007. The balance recognized as of June 30, 2011 refers to the unpaid amounts of PIS and COFINS, from April 2007 to June 2011 adjusted based on the SELIC (Central Bank overnight rate), and to which the obligation is on hold. Part of the balance, in the adjusted amount of R\$2,936, is deposited in escrow.
- (b) As of June 30, 2011, R\$129,840, R\$45,415, R\$14,962 and R\$144 of the total amount recognized refer to the ICMS - ST of State of Paraná, Federal District, State of Mato Grosso and State of Mato Grosso do Sul, respectively (R\$119,371, R\$34,969 and R\$12,679 Federal District and State of Mato Grosso do Sul, respectively as of December 31, 2010), which is being challenged in court, as also mentioned in note 17 - "Contingent tax liabilities - possible risk", (a). The Company has made monthly escrow deposits for the unpaid amounts.
- (c) On February 4, 2009, the Company was granted an injunction, subsequently confirmed by court decision, that suspended the collection of income tax and social contribution on any amounts received as arrears interest, paid on late payment of contractual obligations receivables to the Natura Beauty Consultants. The appeal filed by the Federal Government is awaiting judgment.
- (d) Refers to Federal VAT (IPI) on zero-taxed, untaxed or exempt raw materials and packaging materials. Subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, filed a writ of mandamus and obtained an injunction granting the right to the credit. On September 25, 2006, the injunction was revoked by a decision that considered the request invalid. The Company filed an appeal for reconsideration of merits and reinstatement of the injunction. To suspend the payment of tax, in October 2006, the Company made an escrow deposit in the amount offset under the injunction, whose adjusted balance totals R\$40,878 as of June 30, 2011 (R\$39,404 as of December 31, 2010). In the fourth quarter of 2009, in order to utilize the benefits granted under Provisional Act 470/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts, the subsidiary

filed a motion partially withdrawing the claims made in the injunction filed that maintains only the claim of tax credits on tax-exempt products, thus dropping the lawsuits claiming IPI credits of zero-taxed and untaxed products (see details in note 18, in topic 'Tax installment plans created under Provisional Act 470/09), On this date, after having met the requirements to join the tax installment plan introduced by Provisional Act 470/09, the subsidiary awaits the tax authorities' approval to write off the suspended collection amounts and the corresponding escrow deposits.

- (e) Refers to the inflation adjustment of 1991 federal taxes on income (IRPJ/CSLL/ILL) based on the UFIR (fiscal reference unit), discussed in a writ of mandamus, The amount involved is deposited in escrow, On February 26, 2010, the Company filed a motion for the withdrawal of this lawsuit to be able to utilize the benefits granted under Law 11941/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts.
- (f) Subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, discusses, through writs of mandamus, the right to IPI credit on the purchase of property, plant and equipment items and consumables, On February 26, 2010, this subsidiary filed a motion for the withdrawal of this lawsuit to be able to utilize the benefits granted under Law 11941/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts.
- (g) Refers to the social security contribution required by tax assessments issued by the National Institute of Social Security as a result of an inspection, which claims that the Company, as a taxpayer having joint liability for tax payment, is required to pay INSS on services provided by third parties, The amounts are being challenged in court through a tax debt annulment action and are deposited in escrow, The amounts required in the tax assessment notice comprise the period from January 1990 to October 1999, In 2007, the Company reversed the amount of R\$1,903, relating to the expiration of part of the amount involved in the lawsuit for the period from January 1990 to October 1994, as recently instructed under Case Law Decision 8 of the Federal Supreme Court (STF), On March 1, 2010, the Company filed a request that withdraws part of the claims made and partially waiving its right to utilize the benefits granted under Law 11941/09 regarding the social security contributions due by the companies that provided services to the Company during the period from November 1994 to December 1998.

Tax installment plans created by Law 11941/09

On May 27, 2009, Federal Government enacted Law 11941, as a result of the conversion of Provisional Act 449/08, which, among other changes to tax law, established the possibility of a tax debt installment plan managed by the Federal Revenue Service, the National Social Security Institute and the National Treasury Attorney General (PGFN), including the remaining balance of consolidated debts in the REFIS (Law 9964/00), Special Installment Plan (PAES) (Law 10684/03) and the Exceptional Installment Plan (PAEX) (Provisional Act 303/06), in addition to the regular payments in installments provided for by article 38 of Law 8212/91 and article 10 of Law 10522/02.

The entities that opted for paying or dividing into installments the debts under this Law, in the applicable cases, may settle the amounts corresponding to default and automatic fines and late-payment interest, including those related to legally enforceable debts to the Government, using tax loss carryforwards, and will benefit from reduced fines, interest and legal charges whose reduction percentage depends on the installment plan chosen.

Pursuant to the established rules, for compliance with the first stage of installment payments, the Company and its subsidiaries, after having filed motions at Court formalizing the withdrawal of lawsuits whose taxes would be paid in installments, applied for installment payments, choosing installment plans and indicating the generic nature of tax debts, paying the respective initial installments, pursuant to the provisions of Federal Revenue Service (SRF) and National Treasury Attorney General (PGFN) Joint Administrative Rule.

The tax debts recorded for payment in installments by the Company and its subsidiaries, pursuant to Law 11941/09, are as follows:

	Company				
	<u>12/2010</u>	<u>Reversals</u>	<u>Payments</u>	<u>Interest and inflation adjustment</u>	<u>06/2011</u>
INSS tax liability - tax notification (a)	2,893	-	-	85	2,978
IRPJ/CSLL/ILL (b)	<u>6,216</u>	<u>(521)</u>	<u>-</u>	<u>236</u>	<u>5,931</u>
	<u>9,109</u>	<u>(521)</u>	<u>-</u>	<u>321</u>	<u>8,909</u>
	Consolidated				
	<u>12/2010</u>	<u>Reversals</u>	<u>Payments</u>	<u>Interest and inflation adjustment</u>	<u>06/2011</u>
INSS tax liability - tax notification (a)	2,893	-	-	85	2,978
IRPJ/CSLL/ILL (b)	6,360	(521)	-	242	6,081
IPI on the acquisition of property, plant and equipment and materials for own use and consumption (c)	<u>3,768</u>	<u>(3,654)</u>	<u>(223)</u>	<u>109</u>	<u>-</u>
	<u>13,021</u>	<u>(4,175)</u>	<u>(223)</u>	<u>436</u>	<u>9,059</u>

(a) See item (g) on this note for details.

(b) See item (e) on this note for details.

(c) See item (f) on this note for details.

Due to the lack of tax loss carryforwards, the Company and its subsidiaries will not offset them against the remaining balance of the interest on installments.

In June, 2011, after the consolidation of the debts, the administrative proceedings were settled in one single payment which led to a reversal of the provision.

The next steps of the tax installment plan of the Company and its subsidiaries which are being discussed in the court, comprise a decision about the consolidation of the debts, which is expected in order to settle the amounts through the conversion of the escrow deposits.

Tax installment plans created under Provisional Act 470/09

As of October 13, 2009, Provisional Act 470 was enacted, introducing the tax debt payment and installment plans arising from the undue use of sector tax incentive, introduced by article 1 of Decree Law 491, of March 5, 1969, as well as those arising from the undue use of IPI credits, in the scope of the PGFN and the Federal Revenue Service.

On November 3, 2009, the PGFN and the Federal Revenue Service published in the Federal Official Gazette (DOU) the Joint Administrative Rule 9, which establishes the debt payment and installment plan addressed in article 3 of Provisional Act 470/09, The debts arising from the undue utilization of industry tax incentives introduced by article 1 of Decree Law 491/69, and those arising from the undue utilization of IPI credits challenged by the PGFN and Federal Revenue Service may be exceptionally paid at sight or in installments to each agency by November 30, 2009.

As mentioned in item (d), the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, filed a motion partially withdrawing from the injunction filed related to IPI credits arising from the products purchased at zero tax rate or tax exempt, which amounted to R\$24,364 as of June 30, 2011.

As of June 30, 2011, the Company awaits the position of the PGFN to complete the stage related to the consolidation of tax debts and to write off the balances of suspended liabilities against escrow deposits made until this date at the inflation adjusted amounts, As there are escrow deposits made in the past and due to the option made by the Company, which opted for payment at sight, no gain was recognized in income from the reversal of fine and late interest.

17. PROVISION FOR TAX, CIVIL AND LABOR RISKS

The Company and its subsidiaries are parties to tax, labor and civil lawsuits and administrative tax proceedings Management believes, supported by the opinion and estimates of its legal counsel, that the reserves for tax, civil and labor risks are sufficient to cover possible losses These reserves are presented as follows:

	Company		Consolidated	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Tax	28,172	29,867	36,171	42,970
Civil	12,167	9,284	16,869	14,137
Labor	<u>11,878</u>	<u>14,131</u>	<u>14,656</u>	<u>16,677</u>
	<u>52,217</u>	<u>53,282</u>	<u>67,696</u>	<u>73,784</u>

Tax risks

The provisions for tax contingencies are shown below:

	Company					06/2011
	12/2010	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Late payment fines on Federal taxes paid in arrears (a)	999	424	-	(683)	30	770
Deductibility of CSLL (Law 9316/96) (b)	7,562	-	-	-	157	7,719
IRPJ and CSLL tax assessment - legal fees (c)	4,452	-	(666)	-	599	4,385
Tax notification - IRPJ 1990 (d)	3,342	-	-	-	84	3,426
Legal fees and other (g)	<u>13,512</u>	-	(2,488)	-	<u>848</u>	<u>11,872</u>
Total reserve for tax contingencies	<u>29,867</u>	<u>424</u>	<u>(3,154)</u>	<u>(683)</u>	<u>1,718</u>	<u>28,172</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(9,600)</u>	==	==	==	<u>(325)</u>	<u>(9,925)</u>

	Consolidated					06/2011
	12/2010	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Late payment fines on Federal taxes paid in arrears (a)	1,505	424	(453)	(683)	43	836
Deductibility of CSLL (Law 9316/96) (b)	7,562	-	-	-	157	7,719
IRPJ and CSLL tax assessment - legal fees (c)	4,452	-	(666)	-	599	4,385
Tax notification - IRPJ 1990 (d)	3,342	-	-	-	84	3,426
Failure to include ICMS in tax bases for PIS and COFINS - legal fees (e)	2,780	-	(2,867)	-	87	-
Semiannual PIS - Decree Laws 2445/88 and 2449/88 (f)	2,191	-	-	-	63	2,254
Legal fees and other (g)	<u>21,138</u>	<u>700</u>	<u>(6,153)</u>	<u>-</u>	<u>1,866</u>	<u>17,551</u>
Total reserve for tax contingencies	<u>42,970</u>	<u>1,124</u>	<u>(10,139)</u>	<u>(683)</u>	<u>2,899</u>	<u>36,171</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(10,754)</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>(869)</u>	<u>(11,623)</u>

(a) Refers to fine for late payment of Federal taxes.

(b) Refers to CSLL that was addressed by an injunction that questions the constitutionality of Law 9316/96, which prohibited the deduction of CSLL from its own tax basis and the IRPJ basis, A portion of this reserve, in the amount of R\$5,727 (R\$5,559 as of December 31, 2010), is deposited in escrow. The proceeding is awaiting a decision of STF through General Repercussion.

(c) Refers to attorneys' fees for the defense in the tax assessment notices issued against the Company in December 2006 and December 2007 by the Federal Revenue Service, claiming the payment of income tax and social contribution on the deductibility of the yield of debentures issued by the Company for fiscal years 2001 and 2002, respectively. The legal counsel's opinion is that the likelihood of unfavorable outcome in these tax assessment notices is remote.

A final and unappealable administrative decision on the tax assessment notice issued against the Company in August 2003 challenging the deductibility, in fiscal year 1999, was issued on January 2010 that maintains part of the income tax assessed and the whole of the social contribution, After this decision, on April 7, 2010, the Company filed a lawsuit to cancel the remaining installment of IRPJ and CSLL. The legal counsel considers that the likelihood of an unfavorable outcome is remote.

(d) Refers to a tax assessment notice issued by the Federal Revenue Service claiming the payment of income tax on the earnings obtained on exports entitled to tax benefits carried out in fiscal year 1989, at the rate of 18% (Law 7988, of December 29, 1989) and not 3%, as set out in article 1 of Decree Law 2413/88, used by the Company at the time to pay its taxes. The Company has filed a defense in the court in order to cancel the tax assessment. The defense is awaiting a decision by STF.

(e) Refers to legal fees for filing and dealing with the administrative proceeding for requesting a refund of the ICMS included in the PIS and COFINS tax basis in the period from February 1998 to June 2011. The total fee amount was reversed during the quarter as the risk of loss assessed by the legal counsel was reviewed and changed from remote to possible loss, based on the progress of the leading case (ADC-18) which is handled in the Federal Supreme Court and based on the changes in the Court composition.

(f) Refers to the offset of PIS paid as per Decree Laws 2445/88 and 2449/88, in the period from 1988 to 1995, against Federal taxes due in 2003 and 2004, The reversal made by the Company in 2007 in the amount of R\$14,910 is due to the final decision favorable to the Company, rendered in August 2007, The remaining reserve refers to the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., which is awaiting the appreciation of the lawsuit by the Board of Tax Appeals.

(g) The balance refers to lawyers' fees to defend the Company's and its subsidiaries' interests in tax lawsuits, The amount of (i) R\$4,000, accrued in 2009, refers to lawyers' fees to prepare the defense against an IRPJ and CSLL infringement notification against the Company, issued on June 30, 2009, which challenges the tax deductibility of goodwill amortization carried out resulting from the merger of Natura Participações S.A, It is the opinion of the Company's legal counsel that, as structured, the transaction and its tax effects can be upheld in a court of law and thus the risk of loss is classified as remote; (ii) R\$700 refers to the lawyers' fees to present the defense in the tax assessment by the SeFaz - RS which has identified supposed difference on the ICMS-ST with respect to interstate shipments made to Company's sites located in the Rio Grande do Sul (RS). In accordance with our lawyers opinion the risk of losses is classified as remote.

Civil risks

	Company					06/2011
	12/2010	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Several civil lawsuits (a)	4,828	6,419	(3477)	(380)	125	7,515
Legal fees - environmental civil lawsuit (b)	1,512	-	(61)	-	50	1,501
Civil lawsuits and legal fees - Nova Flora Participações Ltda,	<u>2,944</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>207</u>	<u>3,151</u>
Total reserve for civil lawsuits	<u>9,284</u>	<u>6,419</u>	<u>(3,538)</u>	<u>(380)</u>	<u>382</u>	<u>12,167</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(1,874)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(1,878)</u>
Total	<u>9,284</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12,167</u>

	Consolidated					06/2011
	12/2010	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Several civil lawsuits (a)	5,717	6,573	(3,571)	(381)	146	8,484
Legal fees - environmental civil lawsuit (b)	1,512	-	(61)	-	50	1,501
Legal fees - IBAMA lawsuit (c)	3,965	-	(295)	-	63	3,733
Civil lawsuits and legal fees - Nova Flora Participações Ltda,	<u>2,943</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>208</u>	<u>3,151</u>
Total reserve for civil lawsuits	<u>14,137</u>	<u>6,573</u>	<u>(3,927)</u>	<u>(381)</u>	<u>467</u>	<u>16,869</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(1,976)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(1,983)</u>
Total	<u>14,137</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16,869</u>

- (a) As of June 30, 2011, the Company and its subsidiaries are parties to 2,274 civil lawsuits and administrative proceedings (1,211 as of December 31, 2010), of which 2,175 were filed with civil courts, special civil courts and the consumer protection agency (PROCON) by Natura Beauty Consultants, consumers, suppliers and former employees, most of which claiming compensation for damages,
- (b) The provision includes R\$1,166 with respect to legal fees for the defense of the Company's interests in the public lawsuit filed by the Federal Public Prosecution Office of Acre against the Company and other institutions for alleged access to the traditional knowledge associated to the asset ("murumuru"). Our lawyers opinion is that the risk of losses is remote.
- (c) Refers to attorney's fees for the defense in the tax assessment notice issued by Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) against the Company in 2010 for alleged irregular access to biodiversity. The Company's management and its legal counsel consider the risk of loss in these tax assessment notices as remote due to full compliance with all the principles established in the Biological Diversity Convention ("CDB"), an international treaty signed during Rio-92 and of illegality and unconstitutionality of legal mark, which has incorporated CDB in the Brazilian legal system. Except for inputs from Federal Government land, which refuses to negotiate, the Company shares benefits in 100% of the accesses in the use of biodiversity; it is the first to share benefits with traditional communities and detains approximately 68% of the requests with the Regulatory Body for authorization to have access to biodiversity.

Labor risks

As of June 30, 2011, the Company and its subsidiaries are parties to 840 labor lawsuits filed by former employees and third parties (766 as of December 31, 2010), claiming the payment of severance amounts, salary premiums, overtime and other amounts due, as a result of joint liability. Reserves are periodically reviewed based on the progress of lawsuits and history of losses on labor claims to reflect the best current estimate.

	Company				06/2011
	12/2010	Additions	Reversals	Inflation adjustment	
Total provision for labor risk	<u>14,131</u>	<u>2,437</u>	<u>(5,241)</u>	<u>551</u>	<u>11,878</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(1,762)</u>	<u>(255)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2,017)</u>
	Consolidated				
	12/2010	Additions	Reversals	Inflation adjustment	06/2011
Total provision for labor risk	<u>16,677</u>	<u>2,437</u>	<u>(5,282)</u>	<u>824</u>	<u>14,656</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(2,410)</u>	<u>(280)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2,690)</u>

Contingent liabilities - possible risk

The Company and its subsidiaries are parties to tax, civil and labor lawsuits, for which there is no reserve for losses recorded, because the risk of loss is considered possible by management and its legal counsel, These lawsuits are as follows:

	Company		Consolidated	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Tax:				
Declaratory action - ICMS - ST (a)	61,549	53,809	61,549	53,809
Offset of 1/3 of COFINS - Law 9718/98 (b)	5,236	5,121	5,236	5,121
Tax notification - INSS (c)	4,764	4,567	4,764	4,567
IPI tax assessment notice (d)	5,311	5,178	5,311	5,178
Administrative proceeding - tax assessment notice ICMS - ST - DF (e)	11,807	25,077	11,807	25,077
Administrative proceeding - tax debt - ICMS - ST - RS (f)	8,744	15,919	8,744	15,919
Tax assessment notice - Rio Grande do Sul State Department of Finance - ICMS inspection (g)	29,680	-	29,680	-
Tax assessment notice - São Paulo State Department of Finance - ICMS inspection (h)	9,837	9,837	9,837	9,837
Tax assessment - transfer pricing on loan agreements with foreign related company (i)	1,816	1,779	1,816	1,779
Tax debt notification - GFIP (j)	1,016	974	1,016	974
ICMS - ST deficiency notice (k)	-	440	-	440
Request for offset of taxes of the same type - IRPJ and IRRF (l)	588	568	588	568
Other	<u>51,510</u>	<u>44,051</u>	<u>56,819</u>	<u>52,373</u>
	<u>191,858</u>	<u>167,320</u>	<u>197,167</u>	<u>175,642</u>
Civil	3,887	3,315	4,618	4,133
Labor	<u>55,996</u>	<u>61,547</u>	<u>87,281</u>	<u>85,899</u>
	<u>251,741</u>	<u>232,182</u>	<u>289,066</u>	<u>265,674</u>

(a) As of June 30, 2011, the balance recorded is as follows:

1. ICMS - ST - Paraná State - R\$50,142 (R\$46,768 as of December 31, 2010) - lawsuit filed by the Company challenging the changes in ICMS - ST tax basis introduced by Paraná Decree 7018/06, The amount discussed in the lawsuit, related to the period from January 2007 to June 2011, is fully deposited in escrow, as mentioned in notes 10 and 16, and its collection is suspended.

2. ICMS - ST - Federal District - R\$8,535 (R\$5,574 as of December 31, 2010) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis, The amount under litigation, related to the period from February 2009 to June 2011, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 10 and 16, and its collection is suspended.
 3. ICMS ST MS - R\$1,467 (R\$1,467 as of December 31, 2010) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST to the State of Mato Grosso do Sul due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis, The amount under litigation, related to the period from February 2009 to March 2011, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 10 and 16, and its collection is suspended.
 4. ICMS - ST - MT - R\$2,872 as of June 30, 2011 - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST to the State of Mato Grosso do Sul due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis.
- (b) Law 9718/98 increased the COFINS rate from 2% to 3%, and allowed this 1% difference to be offset in 1999 against the social contribution tax paid in the same year, However, in 1999, the Company and its subsidiaries filed for an injunction and obtained authorization to suspend the payment of the tax credit (1% rate difference) and to pay COFINS based on Supplementary Law 70/91, prevailing at that time, In December 2000, considering former unfavorable court decisions, the Company and its subsidiaries enrolled in the Tax Debt Refinancing Program (REFIS), for payment in installments of the debt related to the COFINS not paid in the period, With the payment of the tax, the Company and its subsidiaries gained the right to offset 1% of COFINS against social contribution tax, which was made in the first half of 2001, However, the Federal Revenue Service understands that the period for offset was restricted to base year 1999, On September 11, 2006, the Company was notified that the offsets made were not approved, and timely filed the applicable appeal, This proceeding is awaiting ruling at the lower administrative court.
 - (c) Lawsuit filed by the Company seeking the annulment of the tax demanded by the INSS through a tax assessment notice issued for purposes of collecting the social security contribution on the allowance for vehicle maintenance paid to sales promoters, The amounts are being challenged in court through a tax debt annulment action and are deposited in escrow, The amounts required in the tax assessment notice cover the period from January 1994 to October 1999.
 - (d) Refers to a tax collection lawsuit intended to collect IPI due to the lack of payment e inappropriate classification of products, The Company has filed a defense in the court and is awaiting for definitive ruling.
 - (e) Refers to a tax assessment notice related to ICMS - ST, issued by the State of Federal District, regarding a supposed underpayment related to the difference in the payment of Company's own ICMS and ICMS - ST, Company has filed a defense in the administrative level and is awaiting for definitive ruling.
 - (f) Refers to a tax assessment notice by Rio Grande do Sul State Department of Finance against the Company due to its condition of tax substitute, in order to charge ICMS that is supposedly due, due to the lack of criteria for the calculation basis of this tax, related to subsequent operations applied by its Sales representatives which live in the State of Rio Grande do Sul Company has proposed annulment to cancel this requirement, which is awaiting final trial.
 - (g) Tax assessment from the Rio Grande do Sul State Department of Finance demanding tax credit related to the ICMS for a supposed inappropriate tax basis reduction on internal operations and reduction on the internal rate on the calculation of the incremental tax rate, We have filed administrative defense, which is pending from a court decision.
 - (h) Refers to a tax assessment notice by São Paulo Department of Finance with respect to a supposed offset of ICMS related to the acquisition of property, plant and equipment which were transferred to other facility on the acquisition date, as well as assets acquired that are not related to the production and trading activities.

- (i) Refers to a tax assessment notice whereby the Federal Revenue Service is demanding the payment of IRPJ and CSLL on the difference of interest on loan agreements with a foreign related party, On July 12, 2004, an administrative defense was filed and is still being judged. In June 2008, the Company filed an appeal against the unfavorable decision with the Board of Tax Appeals, which is awaiting judgment.
- (j) Demand of fine for failure to complete the GFIP (FGTS Payment and Social Security Information Form), an accessory social security obligation, for independent contractors' social security contributions and indemnities, The Company is challenging the collection at the judicial level.
- (k) Tax assessment notice for ICMS - ST, collected by Goiás State, due to alleged underpayment by the Company, In the six-month period of 2011, the Company has paid its liability through the amnesty granted by the State under Law 17252/11, which has reduced the interest and penalties on the payables.
- (l) Refers to the non-approval of the offset of IRRF (Withholding Income Tax) credits related to the second quarter of 2000 against IRPJ debts for the fourth quarter of 1999, The Company has filed its defense at the administrative level, for which a partially favorable judgment has been rendered, On July 12, 2006, an annulment action was filed, and an escrow deposit was made, to challenge collection of the balance of offset not approved by the Federal Revenue Service.

Contingent assets

The Company and its subsidiaries handle the following material contingent assets:

- a) The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, are challenging in court the unconstitutionality and illegality of the increase in the tax basis for PIS and COFINS established by article 3, paragraph 1, of Law 9718/98, The amounts involved in the lawsuits, updated to June 30, 2011, are R\$21,414 (R\$20,920 as of December 31, 2010), In the first quarter of 2011, Federal Regional Court of 3rd region has published a court decision, through a Request for Hearing filed by the companies, which allows the Company to offset the tax credits (i) with federal taxes and contributions for Natura Cosméticos; and (ii) limited to PIS and COFINS for Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, As such the Company has recognized PIS and COFINS credits in the amount of R\$16,852 in caption 'Other operating income (expenses), net', related to payments that were not due for a period of five years before the request.

The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, have filed special and extraordinary recourses to the Law Supreme Court and Federal Supreme Court aiming to recognize the rights to compensate such taxes that were not due for a period of ten years before the request, as well as with respect to Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, to offset such credits with any federal taxes and contributions, The Company has presented the recourses and the approval to offset such tax credits that were recognized during the quarter with federal taxes and contributions is pending from the Federal Revenue Service.

- b) The Company and its subsidiaries Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda,, Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda, and Natura Logística e Serviços Ltda, are requesting at administrative level the refund of the ICMS and ISS (Service Tax) included in the PIS and COFINS tax basis and paid in the period from April 1999 to March 2007, The amounts of the refund request as of June 30, 2011 are R\$298,788 (R\$288,584 as of December 31, 2010), The legal counsel believes that the chance of a favorable outcome is probable.

18. SHAREHOLDERS' EQUITY

a) Capital

As of December 31, 2010, the Company's capital was R\$418,061,

In March 2011, 153,230 common shares without par value were subscribed at the average price of R\$24,78, totaling R\$3,797, and, therefore, the Company's capital is represented by 431,034,646 subscribed and paid-in registered common shares without par value, totaling R\$421,858, Authorized capital decreased from 10,428,709 to 10,275,479 registered common shares.

In June 2011, 200,059 common shares without par value were subscribed at the average price of R\$25,51, totaling R\$5,104, and, therefore, the Company's capital is represented by 431,234,705 subscribed and paid-in registered common shares without par value, totaling R\$426,962, Authorized capital decreased from 10,275,479 to 10,075,420 registered common shares.

b) Dividend and interest on capital payment policy

The shareholders are entitled to receive every year a mandatory minimum dividend of 30% of net income, considering principally the following adjustments:

- Increase in the amounts resulting from the reversal of previously recognized reserves for contingencies.
- Decrease in the amounts intended for the recognition of the legal reserve and reserve for contingencies.

The bylaws allow the Company to prepare semiannual and interim balance sheets and, based on these balance sheets, authorize the payment of dividends upon approval by the Board of Directors.

On April 14, 2011 dividends were paid in the amount of R\$405,623 (R\$0,9411 per share) and interest on capital in the amount of R\$24,456, before taxes (R\$0,0567 per share, before taxes), in accordance with the distribution of net income for the year ended December 31, 2010, approved by the Board of Directors on February 23, 2011 and confirmed by the Annual Shareholders' Meeting held on April 8, 2011, Such amount plus the dividends in the amount of R\$253,947 and interest on capital in the amount of R\$35,427 which were paid in August 2010 totals a distribution of approximately 95% of the net income for the year ended December 31, 2010.

On July 20, 2011, the Board of Directors approved, ad referendum of the Annual Extraordinary Shareholders' Meeting that will resolve on the approval of the financial statements for the year ending December 31, 2011, a proposal for the payment of interim dividends and interest on capital on income recorded in the first half of 2011, in the amount of R\$295,302 (R\$0,68 per share) and R\$37,506, gross of withholding income tax (R\$0,087 per share), respectively. The total amount of interim dividends and interest on capital corresponds to 98% of consolidated net income recorded in the first half of 2011.

c) Treasury shares

As of June 30, 2011 and December 31, 2010, the caption “Treasury shares” was as follows:

<u>Stock</u>	<u>R\$</u>	<u>Average cost - R\$</u>
<u>655</u>	<u>14</u>	<u>21,37</u>

d) Share premium

Refers to the premium generated on the issuance of 3,299 common shares resulting from the capitalization of debentures totaling R\$100,000, occurred on March 2, 2004.

e) Legal reserve

Since the balance of legal reserve plus capital reserves, addressed by article 182, paragraph 1, of Law 6404/76, exceeded 30% of the capital, the Company decided, in accordance with article 193 of the same Law, not to recognize a legal reserve on net income earned in fiscal years 2006, 2007, 2008, 2009 and 2010.

f) Reserve for retained earnings

As of December 31, 2010, the reserve for retained earnings was recognized pursuant to article 196 of Law 6404/76 for use in future investments, in the amount of R\$23,421 (R\$82,988 as of December 31, 2009). The retention for 2010, prepared by Management and approved by the Board of Directors on February 23, 2011, will be submitted to the approval of the Annual Shareholders’ Meeting to be held on April 8, 2011.

g) Other comprehensive income (loss)

The Company records in this line the effects of exchange variation through its foreign investments. The accumulated effect will be reverted to income as a gain or loss only at the time of the sale or write-off of the investment.

19. BUSINESS SEGMENT INFORMATION

Segment reporting is consistent with the management reports provided by the main operating decision-maker to assess the performance of each segment and the allocation of funds. Although the main decision-maker analyzes the information on revenue at its different levels, according to the reports used by management to make decisions, the Company’s business is mainly segmented based on the sales of cosmetics by geographic regions, which are as follows: Brazil, Latin America (“LATAM”) and other countries. In addition, LATAM is divided in two groups for analysis: (i) Argentina, Chile and Peru; and (ii) Mexico, Venezuela and Colombia. The segments’ business features are similar and each segment offers similar products through the same consumer access method.

Net revenue by region is presented as follows in 2011:

- Brazil: 91,7%,
- Argentina, Chile e Peru: 5,4%,
- Mexico, Venezuela e Colombia: 2,6%,
- Other: 0,3%,

Although international segments do not represent more than 10% of the information required to aggregate a segment, as established by the aggregation criteria described in IFRS 8 - Operating Segments, management has substantial evidence that its foreign business share will increase considerably against consolidated financial balances and, thus, management opted to report them separately,

The accounting practices for each segment are the same as those described in Note 2 to the financial statements for the year ended December 31, 2010, description of Natura's business and significant accounting policies, The performance of the Company's segments was assessed based on the net operating income, net income and noncurrent assets, This measurement basis excludes the effects of interest, income tax and social contribution, depreciation and amortization,

The financial information related to the segments as of June 30, 2011 and December 31, 2010 is summarized in the tables below, The amounts provided to the Executive Committee related to net income and total assets are consistent with the balances recorded in the interim financial information and with the accounting policies applied,

Income and expenses accounts

	06/2011				
	<u>Net revenue</u>	<u>Net income (loss)</u>	<u>Depreciation and amortization</u>	<u>Financial expenses, net</u>	<u>Income tax</u>
Brazil	2,328,015	390,141	(47,647)	(31,746)	(168,907)
Argentina, Chile and Peru	137,425	(11,205)	(1,924)	729	(1,777)
Mexico and Colombia	66,116	(31,738)	(990)	(273)	106
Other (*)	<u>7,907</u>	<u>(8,587)</u>	<u>(278)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidated	<u>2,539,463</u>	<u>338,611</u>	<u>(50,839)</u>	<u>(31,290)</u>	<u>(170,578)</u>
	06/2010				
	<u>Net revenue</u>	<u>Net income (loss)</u>	<u>Depreciation and amortization</u>	<u>Financial expenses, net</u>	<u>Income tax</u>
Brazil	2,134,034	385,531	(46,405)	(17,748)	(172,479)
Argentina, Chile and Peru	114,049	(15,087)	(1,454)	(260)	(1,255)
Mexico, Venezuela and Colombia	43,296	(16,985)	(810)	(1,364)	(142)
Other (*)	<u>6,630</u>	<u>(20,407)</u>	<u>(367)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidated	<u>2,298,009</u>	<u>333,052</u>	<u>(49,036)</u>	<u>(19,372)</u>	<u>(173,876)</u>

Balance sheet accounts

	06/2011			12/2010		
	<u>Noncurrent assets</u>	<u>Total assets</u>	<u>Current liabilities</u>	<u>Noncurrent assets</u>	<u>Total assets</u>	<u>Current liabilities</u>
Brazil	1,424,482	3,203,352	1,205,862	1,258,950	2,970,381	1,236,800
Argentina, Chile and Peru	18,425	139,614	65,735	19,489	156,666	76,802
Mexico, Venezuela and Colombia	10,195	89,219	25,012	10,858	69,041	33,009
Other (*)	<u>17,233</u>	<u>28,206</u>	<u>6,662</u>	<u>16,177</u>	<u>25,783</u>	<u>6,738</u>
Consolidated	<u>1,470,335</u>	<u>3,460,391</u>	<u>1,303,271</u>	<u>1,305,474</u>	<u>3,221,871</u>	<u>1,353,349</u>

(*) Includes operations in France and Corporate Latam,

The Company has only on class of products that is sold to Natura Beauty Consultants which is classified as “Cosmetics”, As such, disclosure of information by products and services is not applicable,

The Company has a dispersed customer portfolio, with no concentration of revenue,

The revenue from foreign related parties informed to the Executive Committee was measured in accordance with that stated in the statement of income,

20. NET REVENUE

	Company		Consolidated	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Gross revenue:				
Domestic market	3,173,639	2,908,177	3,173,026	2,908,631
Foreign market	-	-	267,400	208,397
Other sales	-	-	<u>756</u>	<u>679</u>
	<u>3,173,639</u>	<u>2,908,177</u>	<u>3,441,182</u>	<u>3,117,707</u>
Returns and cancellations	(5,234)	(4,194)	(5,234)	(4,194)
Taxes on sales	<u>(488,181)</u>	<u>(438,582)</u>	<u>(896,485)</u>	<u>(815,504)</u>
Net revenue	<u>2,680,224</u>	<u>2,465,401</u>	<u>2,539,463</u>	<u>2,298,009</u>

21. OPERATING EXPENSES AND COST OF SALES

a) Breakdown of operating expenses and cost of sales by function:

	Company		Consolidated	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Cost of sales	1,089,006	1,036,838	756,266	711,795
Marketing and selling expenses	715,841	608,832	909,293	762,598
General and administrative expenses	395,220	316,904	343,030	277,313
Compensation of key management personnel (note 27,2)	<u>6,176</u>	<u>6,848</u>	<u>7,187</u>	<u>6,848</u>
Total	<u>2,206,243</u>	<u>1,969,422</u>	<u>2,015,776</u>	<u>1,758,554</u>

b) Breakdown of operating expenses and cost of sales by nature:

	Company		Consolidated	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Variable costs and indirect costs of resale materials and products	1,089,006	1,036,838	613,410	585,962
Marketing and selling expenses	442,292	375,590	471,375	399,332
Freight expenses	116,809	95,405	127,516	102,763
Services expenses	37,505	23,245	84,013	61,001
Employee benefit expenses (note 22)	131,290	116,118	302,833	262,417
Depreciation and amortization charges	10,347	7,783	50,821	49,036
Others expenses	22,134	14,498	365,808	298,043
Provision of administrative services (note 27,1)	231,122	193,687	-	-
Provision of research and development services (note 27,1)	<u>125,738</u>	<u>106,258</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>2,206,243</u>	<u>1,969,422</u>	<u>2,015,776</u>	<u>1,758,554</u>

22. EMPLOYEE BENEFIT EXPENSES

	Company		Consolidated	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Payroll and bonuses	96,616	85,814	226,567	196,351
Pension plan (note 23,1,)	1,313	923	2,242	1,072
Executives' compensation	2,714	1,296	5,609	3,791
Taxes payable	<u>30,647</u>	<u>28,085</u>	<u>68,415</u>	<u>61,203</u>
	<u>131,290</u>	<u>116,118</u>	<u>302,833</u>	<u>262,417</u>

22,1, Stock option plan

Once a year the Board of Directors meets in order to choose the directors and managers who will receive the options and the total number to be distributed,

Under the format prevailing until 2008, the programs had a four-year vesting period, after which 50% of the options could be exercised at the end of the third year and 50% at the end of the fourth year, and a maximum term of two years for the exercise of options after the end of the fourth year of the vesting period,

In 2009, the plan was revised to establish the end of the fourth year as the vesting date of all the options granted, with the possibility of reducing the vesting period to three years through the cancelation of 50% of the options granted and setting the four years as the maximum term for the exercise of the options,

On March 23, 2011, 1,491,780 options were granted under this new plan format, with the Exercise price of R\$42,39.

The changes in the number of outstanding stock options and their related weighted-average prices are as follows:

	06/2011		12/2010	
	Average exercise price per share - R\$	Options (thousands)	Average exercise price per share - R\$	Options (thousands)
Balance at beginning of the six-month period /year	28.10	6,839	23,22	5,538
Granted	42.39	1,492	34,17	2,176
Cancelled	28.04	(670)	22,80	(268)
Exercised	<u>25.20</u>	<u>(353)</u>	<u>22,74</u>	<u>(607)</u>
Balance at end of the six-month period/year	<u>32.13</u>	<u>7,308</u>	<u>28,10</u>	<u>6,839</u>

Out of the 7,308,000 outstanding options as of June 30, 2011 (6,839,000 outstanding options as of December 31, 2010), 1,405,000 outstanding options are vested (822,000 outstanding options as of December 31, 2010). The options exercised by employees of the Company and/or its subsidiaries as of June 30, 2011 resulted in the issuance of 353,000 shares (607,000 shares as of December 31, 2010).

The expense related to the fair value of the options granted during the six-month period ended June 30, 2011, according to the elapsed vesting period, was R\$2,714 and R\$5,609, Company and on a consolidated basis, respectively (R\$1,296 and R\$3,791 Company and on a consolidated basis, respectively, as of June 30, 2010).

The outstanding stock options at the end of the quarter/year have the following vesting dates and exercise prices:

June 30, 2011:

<u>Date of grant</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Outstanding options</u>	<u>Remaining contractual live (years)</u>	<u>Exercisable options</u>
March 29, 2006	31,29	362,155	0,72	362,155
April 24, 2007	29,59	552,828	1,84	552,828
April 22, 2008	22,98	979,789	2,85	489,895
April 22, 2009	25,06	2,019,443	5,90	-
March 19, 2010	36,77	1,901,997	6,82	-
March 21, 2011	42,92	<u>1,491,780</u>	7,82	-
		<u>7,307,992</u>		<u>1,404,878</u>

December 31, 2010:

<u>Date of grant</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Outstanding options</u>	<u>Remaining contractual live (years)</u>	<u>Exercisable options</u>
March 16, 2005	20,25	82,981	0,21	82,981
March 29, 2006	30,17	414,120	1,23	414,120
April 24, 2007	28,53	650,333	2,35	325,167
April 22, 2008	22,16	1,128,902	3,36	-
April 22, 2009	24,17	2,436,105	6,40	-
March 19, 2010	35,46	<u>2,126,372</u>	7,32	-
		<u>6,838,813</u>		<u>822,268</u>

As of June 30, 2011, market price per share was R\$38,48 (R\$47,69 as of December 31, 2010) per share

Significant data included in the fair value pricing model of the options granted in 2011:

- Fair value of stock option of R\$16,45 (R\$10,82 as of December 31, 2010) on grant date,
- Volatility of 36% (37% as of December 31, 2010),
- Dividend yield of 5,3% (5,3% as of December 31, 2010),
- Expected option life of three and four years,
- Risk-free annual interest rate of 10,98% (10,8% as of December 31, 2010),

23. EMPLOYEE BENEFITS

23,1, Pension plan

The Company and its subsidiaries sponsor two employees' benefit plans: a pension plan, through a private pension fund managed by Brasilprev Seguros e Previdência S.A., and an extension of healthcare plans to retired employees,

The defined contribution pension plan was created on August 1, 2004 and all employees hired from that date are eligible to it, Under this plan, the cost is shared between the employer and the employees, so that the Company's share is equivalent to 60% of the employee's contribution according to a contribution scale based on salary ranges from 1% to 5% of the employee's monthly compensation,

On June 30, 2011, the Company and its subsidiaries did not have actuarial liabilities arising from the former employees' pension plan,

The contributions made by the Company and its subsidiaries totaled R\$1,313 (Company) and R\$2,242 (Consolidated) in the the six-month period ended June 30, 2011 (R\$923, Company and R\$1,072, Consolidated in the quarter ended March 31, 2010) and were recorded as expenses in the period,

23,2, Healthcare plan

The Company and its subsidiaries maintain a postemployment healthcare plan for a group of former employees and their spouses that is governed by specific rules, As of June 30, 2011, the plan had 304 (Company) and 2,165 (Consolidated) participants,

As of June 30, 2011, the Company and its subsidiaries had a reserve for the actuarial liability arising from this plan totaling R\$14,180 (Company) and R\$21,556 (Consolidated), (R\$13,123, Company and R\$19,742, Consolidated as of December 31, 2010), which was calculated by an independent actuary considering the following main assumptions:

	<u>Annual percentage (in nominal terms) 2011</u>
Financial discount rate	11,2
Increase in medical expenses (reduced by 0,5% per year)	10,5 a 5,5
Long-term inflation	4,5
General mortality table	RP 2000

24. FINANCIAL INCOME (EXPENSES), NET

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Financial income:				
Interest on short-term investments	7,759	6,276	29,807	15,655
Inflation adjustment and foreign exchange gains (a)	-	434	10,724	936
Gains on swap and forward transactions	4,166	6,535	1,663	14,308
Other financial income	<u>332</u>	<u>10,049</u>	<u>7,573</u>	<u>6,783</u>
	<u>12,257</u>	<u>23,294</u>	<u>49,767</u>	<u>37,682</u>
Financial expenses:				
Interest on financing	(26,561)	(19,100)	(36,094)	(25,949)
Inflation adjustment and foreign exchange losses (a)	(4,091)	(11,590)	(3,058)	(12,281)
Losses on swap and forward transactions	(9,430)	-	(25,135)	(5,624)
Other financial expenses	<u>(1,908)</u>	<u>(8,177)</u>	<u>(16,770)</u>	<u>(13,201)</u>
	<u>(41,990)</u>	<u>(38,867)</u>	<u>(81,057)</u>	<u>(57,055)</u>
Financial expenses, net	<u>(29,733)</u>	<u>(15,573)</u>	<u>(31,290)</u>	<u>(19,373)</u>

The objective of the breakdowns below is to explain more clearly the foreign exchange hedging transactions contracted by the Company and their contra entries in the statement of income shown in the previous table:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
(a)		
Inflation and exchange gains	10,724	936
Inflation and exchange losses	<u>(3,058)</u>	<u>(12,281)</u>
	<u>7,666</u>	<u>(11,345)</u>
Breakdown		
Exchange rate changes on loans and financing	10,655	(9,883)
Adjustment for inflation on financing	(95)	30
Exchange rate changes on imports	(387)	(804)
Exchange rate changes on accounts payable in foreign subsidiaries	455	(1,624)
Exchange rate changes on export receivables	<u>(2,962)</u>	<u>936</u>
	<u>7,666</u>	<u>(11,345)</u>

25. OTHER OPERATING INCOME (EXPENSES), NET

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Gain on sale of property, plant and equipment	1,463	1,478	2,578	2,119
PIS and COFINS credits (*)	11,887	-	20,285	-
Others	<u>(1,892)</u>	<u>(2,596)</u>	<u>(6,071)</u>	<u>(15,273)</u>
Other operating income (expenses), net	<u>11,458</u>	<u>(1,118)</u>	<u>16,792</u>	<u>(13,154)</u>

(*) The amount includes the recognition of tax credits of PIS and COFINS resulting from a win on the lawsuit in which the Company challenged the unconstitutionality and illegality of the increase in the tax basis for such contributions, established by Law 9718/98, See note 17, item (a) of contingent assets for more details.

26. EARNINGS PER SHARE

26.1. Basic

Basic earnings per share are calculated by dividing the net income attributable to the owners of the Company by the weighted average of common shares issued during the year, less common shares bought back by the Company and held as treasury shares.

	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Net income attributable to the Company's shareholders	338,611	333,052
Weighted average of common shares issued - thousand	<u>431,019,820</u>	<u>430,415,887</u>
Weighted average of treasury shares	<u>(655)</u>	<u>(655)</u>
Weighted average of outstanding common shares - thousand	<u>431,019,165</u>	<u>430,415,232</u>
Basic earnings per share - R\$	<u>0.7856</u>	<u>0.7738</u>

26.2. Diluted

Diluted earnings per share is calculated by adjusting the weighted average outstanding common shares supposing that all potential common shares that would cause dilution are converted, The Company has only one category of common shares that would potentially cause dilution: the stock options.

	<u>06/2011</u>	<u>06/2010</u>
Net income attributable to the owners of the Company	338,611	333,052
Weighted average of number of common shares issued - thousands	<u>431,019,165</u>	<u>430,415,232</u>
Weighted average of treasury shares	<u>1,504,901</u>	<u>1,881,274</u>
Weighted average of number of outstanding common shares issued - thousands	<u>432,524,066</u>	<u>432,296,505</u>
Diluted earnings per share - R\$	<u>0,7829</u>	<u>0,7704</u>

27. RELATED-PARTY TRANSACTIONS

27.1. Intragroup transactions

Receivables from and payables to related parties are as follows:

	<u>Company</u>	
	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Current assets:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda, (a)	13,506	10,143
Natura Logística e Serviços Ltda, (b)	<u>15,134</u>	<u>12,218</u>
	<u>28,640</u>	<u>25,361</u>
Current liabilities-		
Suppliers:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, (c)	170,588	153,597
Natura Logística e Serviços Ltda, (d)	26,487	47,356
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda, (e)	<u>18,913</u>	<u>45,636</u>
	<u>215,988</u>	<u>246,589</u>
Dividends and interest on capital payable	<u>188</u>	<u>163</u>

Transactions with related parties are as follows:

	Company			
	Product sales		Product sales	
	06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda,	1,447,326	1,349,488	-	-
Natura Cosméticos S,A, - Brazil	-	-	1,365,407	1,273,459
Natura Cosméticos S,A, - Peru	-	-	15,330	14,818
Natura Cosméticos S,A, - Argentina	-	-	17,741	16,199
Natura Cosméticos S,A, - Chile	-	-	16,534	15,567
Natura Cosméticos S,A, - Mexico	-	-	18,697	17,356
Natura Cosméticos Ltda, - Colombia	-	-	9,975	10,638
Natura Cosméticos C,A, - Venezuela	-	-	3,162	1,183
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda,	-	-	456	252
Natura Logística e Serviços Ltda,	-	-	24	16
	<u>1,447,326</u>	<u>1,349,488</u>	<u>1,447,326</u>	<u>1,349,488</u>
			Services	
	Service sales		purchases	
	06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
Administrative structure: (f)				
Natura Logística e Serviços Ltda,	231,122	193,687	-	-
Natura Cosméticos S,A, - Brazil	-	-	172,649	144,959
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda,	-	-	36,206	29,995
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda,	-	-	22,267	18,733
	<u>231,122</u>	<u>193,687</u>	<u>231,122</u>	<u>193,687</u>
Product and technology research and development: (g)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda,	125,738	106,258	-	-
Natura Cosméticos S,A, - Brazil	-	-	125,738	106,258
	<u>125,738</u>	<u>106,258</u>	<u>125,738</u>	<u>106,258</u>
“In vitro” research and tests: (h)				
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France	1,445	2,064	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda,	-	-	1,445	2,064
	<u>1,445</u>	<u>2,064</u>	<u>1,445</u>	<u>2,064</u>
Lease of properties and common charges: (i)				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda,	3,592	3,363	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda,	-	-	2,082	1,948
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda,	-	-	836	783
Natura Cosméticos S,A, - Brazil	-	-	674	632
	<u>3,592</u>	<u>3,363</u>	<u>3,592</u>	<u>3,363</u>
Total of sales or purchases and services	<u>1,809,223</u>	<u>1,654,860</u>	<u>1,809,223</u>	<u>1,654,860</u>

(a) Refers to advances granted for provision of product and technology development and market research services.

(b) Refers to advances granted for provision of logistics and general administrative services.

(c) Payables for the purchase of products.

(d) Payables for services described in item (f).

- (e) Payables for services described in item (g).
- (f) Logistics and general administrative services.
- (g) Product and technology development and market research services.
- (h) Provision of “in vitro” research and tests.
- (i) Refers to the lease of part of the industrial complex located in Cajamar - SP and buildings located in the municipality of Itapecerica da Serra – SP.

The main intercompany balances as of June 30, 2011 and December 31, 2010, as well as the intercompany transactions that affected the years then ended, refer to transactions between the Company and its subsidiaries.

Because of the Company’s and subsidiaries’ operational model, as well as the channel chosen to distribute products, direct sales via Natura Beauty Consultants, a substantial portion of sales is made by the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, to the parent company Natura Cosméticos S,A, in Brazil and to its foreign subsidiaries.

Sales to unrelated parties amounted to R\$2,550 for the six-month period ended June 30, 2011 (R\$3,365 for the six-month period ended June 30, 2010).

There is no allowance for doubtful accounts recognized for intercompany receivables on June 30, 2011 and December 31, 2010 since there are no past-due receivables with risk of default.

According to note 14, the Group companies usually grant each other pledges and collaterals to guarantee bank loans and financing.

27.2. Management compensation

The total compensation of the Company’s and its subsidiaries’ Management is as follows:

	06/2011			06/2010		
	Compensation			Compensation		
	Fixed	Variable (*)	Total	Fixed	Variable (*)	Total
Board of Directors	1,736	889	2,625	1,925	903	2,828
Officers (statutory)	<u>2,700</u>	<u>1,862</u>	<u>4,562</u>	<u>2,184</u>	<u>1,836</u>	<u>4,020</u>
Total	<u>4,436</u>	<u>2,751</u>	<u>7,187</u>	<u>4,109</u>	<u>2,739</u>	<u>6,848</u>
Executives (not statutory)	<u>15,059</u>	<u>8,164</u>	<u>23,223</u>	<u>7,693</u>	<u>6,025</u>	<u>13,718</u>

(*) Refers to the profit sharing recorded in the statement of income, The amounts include any additions and/or reversals to the provision recorded in the previous year in view of the final assessment of the targets established for directors, officers and executives.

27.3. Breakdown of Company officers’ compensation

The total Breakdown of Company officers’ compensation of the Company’s and its subsidiaries’ Management is as follows:

	06/2011		06/2010	
	Stock option grant		Stock option grant	
	Stock option balance (quantity) (a)	Average exercise price - R\$ (b)	Stock option balance (quantity) (a)	Average exercise price - R\$ (b)
Officers (statutory)	<u>1,649,801</u>	<u>32,13</u>	<u>1,523,834</u>	<u>27,28</u>
Executives (not statutory)	<u>3,339,234</u>	<u>32,13</u>	<u>3,216,766</u>	<u>27,28</u>

(a) Refers to the balance of unexercised vested and unvested options as of the balance sheet date.

(b) Refers to the weighted-average exercise price of the option at the time of the stock option plans, adjusted for inflation based on the Extended Consumer Price Index (IPCA) through the balance sheet date.

28. COMMITMENTS

28.1. Inputs supply contracts

The subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda, entered into a contract for the supply of electric power to its manufacturing activities, in effect through 2015, which provides for the purchase of a minimum monthly volume of 3,6 Megawatts, equivalent to R\$363, As of June 30, 2011, the subsidiary was compliant to the contract's commitment.

The amounts are recognized as electric power is consumed over the contract term; prices are based on volumes and also estimated assuming the continuity of the subsidiary's operations.

Total minimum supply payments, measured at present value, according to the contract, are:

	<u>06/2011</u>	<u>12/2010</u>
Less than one year	1,950	3,899
More than one year and less than five years	9,591	9,591
Over five years	<u>2,578</u>	<u>2,578</u>
	<u>14,119</u>	<u>16,068</u>

28.2. Operating lease transactions

The Company and its subsidiaries have commitments arising from operating leases of properties where some of its foreign subsidiaries, the head office in Brazil and "Casas Natura" in Brazil and abroad are located.

Contracts have lease terms of one to ten years and no purchase option clause when terminated; however, renewal is permitted under the market conditions where they are entered into, for an average of two years.

As of June 30, 2011, the commitment made for future payments of these operating leases had the following maturities:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
2011	609	2,666
2012	1,217	3,426
2013 and thereafter	<u>3,806</u>	<u>7,221</u>
	<u>5,632</u>	<u>13,313</u>

29. INSURANCE COVERAGE

The Company and its subsidiaries contract insurance based principally on risk concentration and significance, at amounts considered by Management to be sufficient, taking into consideration the nature of its activities and the opinion of its insurance advisors, As of June 30, 2011, the insurance coverage was as follows:

<u>Item</u>	<u>Type</u>	<u>Insured amount</u>
Industrial complex/ inventories	Any material damages to buildings, facilities and machinery and equipment	829,987
Vehicles	Fire, theft and collision for 1,128 vehicles	45,926
Loss of profits	Normalization of profits arising from material damages to facilities, buildings and production machinery and equipment	1,372,097

30. APPROVAL OF THE INDIVIDUAL AND CONSOLIDATED INTERIM FINANCIAL STATEMENTS FOR ISSUANCE

These individual and consolidated interim financial statements were approved for issuance by the Board of Directors at the meeting held on July 20, 2011.



São Paulo, July 20, 2011 – Natura Cosméticos S.A. (BM&FBovespa: NATU3) announces today its results for the second quarter of 2011 (2Q11).

Introduction

Natura's consolidated net revenue in the second quarter of 2011 was R\$1,393.6 million, up 8.6%. EBITDA was down 1.4% year-on-year to R\$327.3 million with a margin of 23.5%, and net income was R\$188.1 million.

In the first half of the year, consolidated net revenue was R\$2,539.5 million, up 10.5%. EBITDA was R\$591.3 million, up 2.8% year-on-year, with a margin of 23.3% and net income was at R\$338.6 million.

In Brazil, Natura gained 46 basis points in market share in its core market during the first four months of the year, reaching a 25.4 % share, its highest level.

In our international operations, for the first six months of the year, gross revenues increased 36.6% year-on-year in weighted local currency. The operating results of operations in consolidation (Argentina, Chile and Peru) went up to R\$9.5 million (R\$1.8 million in 2010) and we keep on investing on the operations in implementation (Mexico and Colombia).

Our consultant base showed consistent growth rates. In Brazil we reached about 1.1 million consultants, up 15.6% by the end of the semester, while in international operations we reached 217 thousand consultants. The total consolidated number of consultants added up to 1.3 million in the period.

The Cosmetics, Fragrances and Personal Care (CFT) market, despite significant growth, has grown less than in 2010. According to data from Sipatesp/Abiphec¹, our core market grew 9.5% in the first four months of the year, as compared to 13.5% in the same period last year. In this context, the market became even more dynamic and competitive.

¹ ABIHPEC/SIPATESP – core market of cosmetics, fragrances and personal care market in Brazil and Natura's market share

Decelerating economic and CFT market growth rates, as well as our performance below expectations, prompted us to adopt corrective measures necessary to maintain adequate profitability for the company this year, adjusting expenses and focusing on productivity gains, which should happen progressively throughout the second half of the year. Investments in transformative medium- and long-term projects and initiatives such as innovation, logistics infrastructure, information systems and leadership development will be maintained.

Simultaneously, we are planning marketing campaigns and important product launches. We began the second half with the launch of a new concept and subsidiary brand, "VôVó," and the re-launch of the entire Ekos line, including more ingredients from Brazilian biodiversity and new packaging. Our marketing investment plan for the second half is aligned to CFT market momentum.

The more competitive environment and the entrance of new players stimulate growth in our business and the continuous efforts to increase efficiency. Natura will stand on its solid foundations, exceptional culture and values, its top-performing leadership team, a strong and admired brand, opportunities in new categories and price ranges and a sales team that continues to grow significantly.

Innovation is our chief means of distinction and long-term growth vector. We will continue to invest in research and development of products and concepts and, in particular, we plan to increase our efforts for commercial innovation with emphasis on digital means, based on the belief that our direct sales model offers a major opportunity to increase service quality both for the sales team and the final consumer.

We reaffirm our confidence that we will continue to grow above the market and to expand our operations both in Brazil and abroad.

Cosmetics, Fragrances and Personal Care Market

Natura expanded its market share in the first four months of 2011. According to data from Sipatesp/Abihpec, our core market grew 9.5% in the period while Natura gained 46 basis points in market share in this segment.

➤ **ABIHPEC/SIPATESP – core market of cosmetics, fragrances and personal care in Brazil and Natura’s market share**

	Core Market (R\$ million)			Market Share - Natura (%)		
	4M11	4M10	Change %	4M11	4M10	Change %
Cosmetics and Fragrances	2,704.2	2,489.7	8.6%	39.6%	38.2%	1.5
Toiletries	3,262.4	2,958.7	10.3%	13.7%	13.9%	(0.2)
Total	5,966.6	5,448.4	9.5%	25.4%	25.0%	0.5

Source: SIPATESP

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PERFORMANCE

In this quarter, we highlight the launch of the *Programa Amazônia* (“Amazon Program”), created to generate new business and serve as a catalyst for knowledge, ideas and initiatives. Natura’s challenge with this program is to contribute to the sustainable development of the Amazon through science, technology and innovation, growing productive chains in the region. One innovation joins several groups and knowledge in a broad network of exchange – energy, materials and information – so that these people and find solutions based on products and services related to the social and biodiversity of the region to unmask the excellent business potential in the Amazon.

The program is based on three major initiatives: i) Science, Technology and Innovation (ST&I); ii) Sustainable Production Chains; and iii) Institutional Fortification. In its first stage, from 2011 to 2013, the program will focus on expanding the company’s operations in the CFT segment through investments in science, technology and innovation. This will be achieved through the creation of a Knowledge Center in Manaus, Amazonas State and the expansion of the Industrial Unit in Benevides, Pará State, with the installation of a modern soap factory.

In our ecoefficiency indicators, we saw a significant decrease in greenhouse gas (GHG) emissions in the first quarter. We reduced relative emissions by 5.8%. This is primarily due to a favorable sales mix in which emissions from packaging played a major role in the decline. Other GHG sources fell as well, such as exports and support materials.

The table below shows some of our commitments for 2011:

Indicator	2010 Commitment	2010 Results	2011 Commitment	2Q11 Results
Greenhouse gases	Reduce greenhouse gas emissions by 33% by 2013, considering the inventory we conducted in 2006.	-7,3% (21.2% Throughout the year)	Reduce gas emissions by 2.7% (over 2009)	-5,8% (25.8% Throughout the year)
Water consumption	Reduce water consumption per unit billed by 10%.	0.47 liter/unit billed (10% reduction)	Reduce water consumption per unit billed by 10%.	0.58 liter/unit billed
Collections CPV	Collect R\$ 6 million from the sales Crer Para Ver line.	R\$ 10 million	Collect R\$ 6 million from the sales Crer Para Ver line.	R\$ 2.9 million

*Obs. Refers to 1Q11

**Obs. Refers to May

2. CONSOLIDATED RESULTS

(R\$ million)	2Q11	2Q10	Change %	6M11	6M10	Change %
Total Consultants - end of period* (in thousands)	1,296.1	1,111.5	16.6	1,296.1	1,111.5	16.6
Units sold – items for resale (in million)	113.3	98.6	14.9	213.4	193.3	10.4
Gross Revenues	1,885.1	1,736.2	8.6	3,441.2	3,117.7	10.4
Net Revenues	1,393.6	1,283.6	8.6	2,539.5	2,298.0	10.5
Gross Profit	980.6	883.6	11.0	1,783.2	1,586.3	12.4
Sales Expenses	(486.4)	(413.8)	17.5	(909.3)	(762.6)	19.2
General and Administrative Expenses	(192.3)	(150.3)	28.0	(343.3)	(277.3)	23.8
Management compensation	(3.7)	(2.8)	29.7	(6.9)	(6.8)	0.6
Other Operating Income / (Expenses), net	3.0	(12.4)	n/a	16.8	(13.2)	n/a
Financial Income / (Expenses), net	(21.1)	(12.8)	64.7	(31.3)	(19.4)	61.5
Earnings Before Taxes	280.1	291.5	-3.9	509.2	506.9	0.4
Net Income (Losses)	188.1	191.5	-1.8	338.6	333.1	1.7
EBITDA**	327.3	331.8	-1.4	591.3	575.3	2.8
<i>Gross Margin</i>	<i>70.4%</i>	<i>68.8%</i>	<i>1.5 pp</i>	<i>70.2%</i>	<i>69.0%</i>	<i>1.2 pp</i>
<i>Sales Expenses/Net Revenues</i>	<i>34.9%</i>	<i>32.2%</i>	<i>2.7 pp</i>	<i>35.8%</i>	<i>33.2%</i>	<i>2.6 pp</i>
<i>General and Admin. Expenses/Net Revenues</i>	<i>13.8%</i>	<i>11.7%</i>	<i>2.1 pp</i>	<i>13.5%</i>	<i>12.1%</i>	<i>1.5 pp</i>
<i>Net Margin</i>	<i>13.5%</i>	<i>14.9%</i>	<i>-1.4 pp</i>	<i>13.3%</i>	<i>14.5%</i>	<i>-1.2 pp</i>
<i>EBITDA Margin</i>	<i>23.5%</i>	<i>25.9%</i>	<i>-2.4 pp</i>	<i>23.3%</i>	<i>25.0%</i>	<i>-1.8 pp</i>

(*) Positon at the end of the 8th sales cycle

(**) EBITDA = Income from operations before financial effects + depreciation & amortization.

Consolidated net revenue in 2Q11 was R\$1,393.6 million, up 8.6% as compared to 2Q10 and up 10.5% to R\$2,539.5 million in 1H11. **In Brazil**, net revenue grew 7.1% year-on-year to R\$1,274.8 million, growing 9.1% to R\$2,327.3 million in the half. **International operations** posted net revenue of R\$118.8 million, growing 36.0% in local weighted currency and 28.0% in reais over 2Q10, while in the half this figure reached R\$212.2 million, up 36.0% in local weighted currency and 28.7% in reais.

Cost of Goods Sold (COGS) decreased from 31.2% of net revenue in 2Q10 to 29.6% in 2Q11, representing an improvement of 160 bps in gross margin. Price increases and our supplier management, together with the real's appreciation against the dollar, were the main drivers of this decrease. In the half, COGS declined 120 bps from 31.0% in 1H10 to 29.8% in 1H11.

The table below presents the main components of COGS:

> Composition of Cost of Good Sold				
	2Q11	2Q10	6M11	6M10
RM/PM*	82.0	84.2	81.1	82.3
Labor	10.6	9.0	10.0	9.0
Depreciation	1.6	2.9	2.5	3.2
Others	5.8	3.9	6.4	5.4
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

(*) Raw material and packaging material

Selling expenses represented 34.9% of net revenue in 2Q11, compared to 32.2% in the same period of the previous year. In this quarter, we saw reduced dilution in fixed logistics and sales team costs due to increased costs with warehousing and our opening of new distribution centers (DCs), as well as intensified expansion of super consultant (CNO) groups, especially in smaller cities. In the half, selling expenses increased from 33.2% in 2010 to 35.8% in 2011, following the same trend.

General and administrative expenses accounted for 13.8% of net revenue in 2Q11 over 11.7% in 2Q10 due to investments in innovation and strategic projects that will permit future growth, as we have previously reported. In the half, these expenses represented 13.5% of net revenue in 2011, as compared to 12.1% in 2010.

Other operating revenues and expenses totaled R\$3.0 million, reflecting the non-recurring effects of the recognition of a one-off PIS and COFINS credit on storage. In the half, the revenue of R\$16.8 million is also a reflection of the non-recurring effect of the recognition of a contingent PIS and COFINS credit on capital gains taxes.

Net income before income tax and social contribution in 2Q11 was R\$280.1 million, as compared to the R\$291.5 million in 2Q10. In 1H11, this line reached R\$509.2 million,

compared to R\$506.9 million in 2010. **Consolidated net income** was R\$188.1 million in 2Q11, down 1.8% over the R\$191.5 million in 1Q10.

Consolidated EBITDA was R\$327.3 million in 2Q11, 1.4% lower than the R\$331.8 million posted in 2Q10, with EBITDA margin at 23.5% (25.9% in 2Q10). In 1H11, EBITDA totaled R\$591.3 million, up 2.8% over the R\$575.3 million in 1H10. EBITDA margin was 23.3% in 1H11 and 25.0% in 1H10.

> **EBITDA** (R\$ million)

(R\$ million)	2Q11	2Q10	Change %	6M11	6M10	Change %
Net Revenues	1,393.6	1,283.6	8.6	2,539.5	2,298.0	10.5
(-) Cost of Sales and Expenses	1,092.4	979.4	11.5	1,999.0	1,771.7	12.8
EBIT	301.2	304.3	-1.0	540.5	526.3	2.7
(+) Depreciation/Amortization	26.1	27.6	-5.4	50.8	49.0	3.7
EBITDA	327.3	331.8	-1.4	591.3	575.3	2.8

The table below shows the reconciliation of consolidated EBITDA by operating segment:

> **EBITDA pro-forma by areas of operation** (R\$ million)

(R\$ million)	2Q11	2Q10	Change %	6M11	6M10	Change %
Brazil	341.0	343.8	(0.8)	628.6	610.7	2.9
Argentina, Chile and Peru	8.2	5.3	52.7	9.5	1.8	414.9
Mexico and Colombia	(6.7)	(6.4)	3.9	(13.4)	(12.8)	4.8
Others Investments	(15.2)	(10.8)	40.0	(33.3)	(24.4)	36.3
Total	327.3	331.8	-1.4	591.3	575.3	2.8

➤ CASH FLOW (Pro-forma)

(R\$ million)	6M11	6M10	Var %
Net income	338.6	333.1	1.7
(+) Depreciation and amortization	50.8	49.0	3.7
Internal cash generation	389.4	382.1	1.9
Cashflow (Increase) / Decrease	(109.4)	60.6	na
(+) Non-cash	(18.5)	4.1	na
Operating cash generation	261.5	446.9	(41.5)
Capex	(100.7)	(63.0)	59.8
Free cash flow*	160.9	383.9	(58.1)

(*) (Internal cash generation) +/- (changes in working capital and long-term assets and liabilities) – (acquisitions of property, plants, and equipment).

Internal cash flow was up 1.9% to R\$389.4 million in 1H11, slightly above the 1.7% increase in net income. Of this total, R\$109.4 million was invested in working capital and R\$100.7 million in fixed assets. With this, free cash flow was R\$160.9 million, down 58.1% compared to 1H10.

In the period we saw increased inventory coverage, mitigated by lower accounts receivable due to lower than expected sales.

We also saw an increased in recoverable taxes due to a Pis/Cofins credit over financial income and an ICMS credit due to the increase in inventories. We have a coherent action plan to significantly reduce this amount in the second half.

In 2010, working capital was benefited mainly by recovery of taxes due to an alteration in the policy for income tax and social contribution payment.



3. Pro-forma INCOME STATEMENTS

The profit margin of Brazilian exports for international operations was subtracted from the COGS of the respective operations to show the actual impact of these subsidiaries² on the company's consolidated result. Thus, the pro-forma Income Statement for the Brazilian operations presents only domestic sales figures.

² This adjustment is fully applied as 100% of the capital of these subsidiaries is held by Natura Cosméticos S.A.

3.1 BRAZILIAN OPERATION (Pro-forma Income Statement)

(R\$ million)	2Q11	2Q10	Change %	6M11	6M10	Change %
Total Consultants - end of period* (in thousands)	1,079.1	933.8	15.6	1,079.1	933.8	15.6
Units sold – items for resale (in million)	97.6	88.5	10.3	187.7	174.8	7.4
Gross Operating Revenues	1,735.5	1,618.9	7.2	3,174.2	2,909.8	9.1
Net Operating Revenues	1,274.8	1,190.8	7.1	2,327.3	2,133.2	9.1
Gross Profit	907.5	827.5	9.7	1,654.8	1,488.1	11.2
Sales Expenses	(422.6)	(363.8)	16.2	(791.5)	(666.7)	18.7
General and Administrative Expenses	(168.6)	(132.0)	27.7	(293.9)	(239.1)	22.9
Management compensation	(3.7)	(2.8)	29.7	(6.9)	(6.8)	0.6
Other Operating Income / (Expenses), net	3.7	(11.3)	n/a	18.4	(11.2)	n/a
Financial Income / (Expenses), net	(21.9)	(12.4)	76.2	(31.7)	(17.7)	78.9
Earnings Before Taxes	294.5	305.2	-3.5	549.1	546.6	0.5
Net Income (Losses)	204.8	207.5	-1.3	383.6	376.8	1.8
EBITDA	341.0	343.8	-0.8	628.6	610.7	2.9
<i>Gross Margin</i>	<i>71.2%</i>	<i>69.5%</i>	<i>1.7 pp</i>	<i>71.1%</i>	<i>69.8%</i>	<i>1.3 pp</i>
<i>Sales Expenses/Net Revenues</i>	<i>33.2%</i>	<i>30.6%</i>	<i>2.6 pp</i>	<i>34.0%</i>	<i>31.3%</i>	<i>2.8 pp</i>
<i>General and Admin. Expenses/Net Revenues</i>	<i>13.2%</i>	<i>11.1%</i>	<i>2.1 pp</i>	<i>12.6%</i>	<i>11.2%</i>	<i>1.4 pp</i>
<i>Net Margin</i>	<i>16.1%</i>	<i>17.4%</i>	<i>-1.4 pp</i>	<i>16.5%</i>	<i>17.7%</i>	<i>-1.2 pp</i>
<i>EBITDA Margin</i>	<i>26.7%</i>	<i>28.9%</i>	<i>-2.1 pp</i>	<i>27.0%</i>	<i>28.6%</i>	<i>-1.6 pp</i>

(*) Number of consultants by the end of the 8th cycle of sales

- The number of consultants in Brazil reached 1,079 thousand at the end of 2Q11, growing 15.6% compared to 2Q10. The productivity³ of our consultants in the half declined 6.1% from R\$4,498 in 1H10 to R\$4,224 in 1H11.
- The innovation index remains in adequate levels, reaching 61.1% by the end of the first semester.

³Productivity measured at retail prices

3.2 OPERATIONS IN CONSOLIDATION (Argentina, Chile and Peru) Pro-forma Income Statement

	2Q11	2Q10	Change %	6M11	6M10	Change %
Total Consultants - end of period (in thousand)	142.6	123.7	15.3	142.6	123.7	15.3
Unit sold – items for resale (in million)	10.8	6.8	57.8	16.2	12.2	32.2
Gross Revenues	101.6	85.0	19.5	180.4	149.3	20.8
Net Revenues	77.3	64.9	19.1	137.4	114.0	20.5
Gross Profit	48.1	40.1	19.9	84.5	68.8	22.7
Sales Expenses	(35.0)	(29.8)	17.3	(65.0)	(57.1)	13.9
General and Administrative Expenses	(5.6)	(4.6)	21.1	(10.8)	(9.4)	14.9
Others Income / (Expenses), net	(0.2)	(1.1)	-84.5	(0.9)	(2.0)	-53.0
Financial Income / (Expenses), net	0.8	(0.6)	n/a	0.7	(0.3)	n/a
Earnings Before Taxes	8.2	4.0	105.7	8.5	0.1	6732.1
Net Income (Losses)	6.4	2.2	184.2	4.5	(3.0)	n/a
EBITDA	8.2	5.3	52.7	9.5	1.8	414.9
<i>Gross Margin</i>	62.2%	61.8%	0.4 pp	61.5%	60.4%	1.1 pp
<i>Sales Expenses/Net Revenues</i>	45.2%	45.9%	-0.7 pp	47.3%	50.0%	-2.8 pp
<i>General and Admin. Expenses/Net Revenues</i>	7.3%	7.2%	0.1 pp	7.8%	8.2%	-0.4 pp
<i>Net Margin</i>	8.2%	3.4%	4.8 pp	3.3%	-2.7%	5.9 pp
<i>EBITDA Margin</i>	10.6%	8.2%	2.3 pp	6.9%	1.6%	5.3 pp

- Net revenue from operations in consolidation was R\$77.3 million in 2Q11, for year-on-year increases of 30.0% in weighted local currency and 19.1% in reais. Net revenue in 1H11 was R\$137.4 million, up 30.4% and 20.5% respectively.
- The number of consultants grew 15.3%, reaching 143 thousand at the end of 2Q11.
- These operations presented positive EBITDA of R\$8.2 million in 2Q11 and R\$9.5 million in the half. The increased marketing investments were offset by the dilution of our administrative and sales team expenditures and more efficient logistics due to more orders being made via internet, which now represent more than 70% of all operations.

3.3 OPERATIONS IN IMPLEMENTATION (Mexico and Colombia) Pro-forma Income Statement

	2Q11	2Q10	Change %	6M11	6M10	Change %
Total Consultants - end of period (in thousand)	71.4	52.1	36.9	71.4	52.1	36.9
Unit sold – items for resale (in million)	4.6	3.2	46.9	9.0	6.0	50.0
Gross Revenues	42.2	27.7	52.0	76.7	50.2	52.7
Net Revenues	36.4	23.9	52.1	66.1	43.3	52.7
Gross Profit	22.5	13.4	67.2	39.2	24.9	57.5
Sales Expenses	(25.1)	(17.1)	47.4	(45.4)	(32.1)	41.4
General and Administrative Expenses	(3.9)	(3.4)	15.3	(7.6)	(6.5)	15.8
Others Income / (Expenses), net	(0.6)	0.2	n/a	(0.7)	(0.0)	n/a
Financial Income / (Expenses), net	(0.0)	0.2	n/a	(0.3)	(1.4)	n/a
Earnings Before Taxes	(7.1)	(6.8)	5.5	(14.7)	-15.1	-2.6
Net Income (Losses)	(7.6)	(7.2)	5.2	(15.7)	(16.0)	-1.7
EBITDA	(6.7)	(6.4)	3.9	(13.4)	(12.8)	4.8
<i>Gross Margin</i>	61.8%	56.2%	5.6 pp	59.3%	57.5%	1.8 pp
<i>Sales Expenses/Net Revenues</i>	69.1%	71.3%	-2.2 pp	68.7%	74.2%	-5.5 pp
<i>General and Admin. Expenses/Net Revenues</i>	10.7%	14.1%	-3.4 pp	11.4%	15.1%	-3.6 pp
<i>Net Margin</i>	n/a	n/a	-	n/a	n/a	-
<i>EBITDA Margin</i>	n/a	n/a	-	n/a	n/a	-

- Operations in implementation posted net revenue of R\$36.4 million in 2Q11, growing 56.2% in weighted local currency and 52.1% in reais. Net revenue in 1H11 was R\$66.1 million, up 56.2% and 52.7%, respectively.
- The number of consultants grew 36.9%, reaching 71 thousand at the end of 2Q11.
- These operations had negative EBITDA of R\$6.7 million in 2Q11, compared to the negative R\$6.4 million in 2Q10.
- In April, we introduced in Mexico a new commercial model called the “Red de Relaciones Sustentables” (Sustainable Relationships Network), a multilevel model that offers career paths and economic, social and environmental indicators. Our sales team received this

new model very positively; however we are still in a period of adaptation and adjustments. We are confident that the initiative will be successful in Mexico and will help us expand our sales team and strengthen our brand in that country.

Other international investments, which include our French operation and expenditures with corporate structuring and projects related to international operations, posted losses (EBITDA) of R\$15.2 million in 2Q11, R\$33.3 million in 1H11 (R\$10.8 million and R\$24.4 million in 2010, respectively). In 2011, the non-recurring expenses related to the new Mexican commercial model totaled R\$6.8 million.



4. DIVIDENDS

In a meeting held on July 20, 2011, the Company's Board of Directors approved the proposal for payment on August 12 2011 of dividends relative to the earned income for the first half of 2011 and interest on equity relative to the period between January 1 and July 20 of 2011 in the amount of R\$295.3 million and R\$37.5 million (R\$31.9 million net of withholding income tax), respectively.

These dividends and interest on capital relative to the first half of 2011 together represent net remuneration of R\$0.758 per share to be paid on August 12 2011 to shareholders based on positions as of July 26 2011. As of July 27 2011, the Company's shares will be traded ex-dividends and ex-interest on equity. Interest on equity will be calculated on July 2011.



5. SHARE REPURCHASE

In a meeting held on July 20, 2011, the Company's Board of Directors approved a Share Repurchase Program, to be held in treasury for the exercise of shares purchase options by the beneficiaries of Option Granting Plans or Subscription of Common Shares approved by the Company, at the limit of four million common shares, representing 2.3% of the total outstanding shares.

Acquisition operations will be done at market prices in BM&FBOVESPA's bidding, with intermediation of the following financial institutions: BTG Pactual and Morgan Stanley CTVM, no later than 365 days, counting from August 1 2011 to July 31 2012, while the Board is due to set the dates for the repurchase to be effectively executed.



CONFERENCE CALL & WEBCAST

Portuguese: Friday, July 22, 2011
10:00 A.M. - Brasília time

English: Friday, July 22, 2011
12:00 P.M. - Brasília time

Calling from Brazil: +55 (11) 4688-6341

Calling from the U.S.: Toll Free +1 (800) 860-2442

Calling from other countries: +1 (412) 858-4600

Access code: Natura

Live webcast at: www.natura.net/investidor

INVESTOR RELATIONS

Telephone: (11) 4196-1421

Helmut Bossert, helmutbossert@natura.net

Patrícia Anson, patriciaanson@natura.net

Bruno Caloi, brunocaloi@natura.net

Bruno Compagnoli, brunocompagnoli@natura.net

Índice
Carbono
Eficiente
ICO2
2010-2011

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa



Índice de
Sustentabilidade
Empresarial
ISE
2009-2010



NATU3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado
ITAG

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada
IGC

Índice
Brasil 50
IBRX 50

> Balance Sheets on June 30 2011 and December 31 2010

ASSETS	Jun/11	Dez/10	LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	Jun/11	Dez/10
CURRENT ASSETS			CURRENT LIABILITIES		
Cash and cash equivalents	622.4	560.2	Borrowings and financing	347.8	226.6
Trade accounts receivable	437.2	570.3	Trade and other payables	315.2	366.5
Inventories	675.3	571.5	Payroll, profit sharing and related taxes	154.3	162.7
Recoverable taxes	159.0	101.5	Taxes payable	407.9	366.0
Other receivables	96.2	66.4	Derivatives	20.9	4.1
Total current assets	1,990.1	1,869.9	Other payables	57.1	64.7
			Total current liabilities	1,303.3	1,190.7
NONCURRENT ASSETS			NONCURRENT LIABILITIES		
Recoverable taxes	102.4	109.3	Borrowings and financing	664.5	465.1
Deferred income tax and social contribution	218.8	180.3	Taxes payable	231.2	215.1
Escrow deposits	379.9	337.0	Provision for tax, civil and labor risks	67.7	73.8
Other noncurrent assets	46.6	44.9	Provision for healthcare plan	21.6	19.7
Property, plant and equipment	587.1	560.5	Total noncurrent liabilities	985.0	773.7
Intangible assets	135.5	120.1			
Total noncurrent assets	1,470.3	1,352.0	SHAREHOLDERS' EQUITY		
			Capital	427.0	418.1
			Capital reserves	153.7	149.6
			Earnings reserves	284.1	282.9
			Accumulated income	339.1	-
			Proposed additional dividend	-	430.1
			Other comprehensive losses	(31.6)	(23.2)
			Total equity attributable to owners of the Company	1,172.1	1,257.5
TOTAL ASSETS	3,460.4	3,221.9	TOTAL LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	3,460.4	3,221.9

> Accounting Demonstrations of the Results for Quarters ending on June 30 2011 and 2010

R\$ million	6M11	6M10
NET REVENUE	2,539.5	2,298.0
Cost of sales	(756.3)	(711.8)
GROSS PROFIT	1,783.2	1,586.2
OPERATING (EXPENSES) INCOME		
Selling	(909.3)	(762.6)
Administrative and general	(343.0)	(277.3)
Management compensation	(7.2)	(6.8)
Other operating (expenses) income, net	16.8	(13.2)
INCOME FROM OPERATIONS BEFORE FINANCIAL (EXPENSES) INCOME	540.5	526.3
Financial expenses	(81.1)	(57.1)
Financial income	49.8	37.7
INCOME BEFORE INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION	509.2	506.9
Income tax and social contribution	(170.6)	(173.9)
NET INCOME	338.6	333.1

>Accounting Demonstrations of Cash Flows for Quarters ending on June 30 2011 and 2010

R\$ million	6M11	6M10
CASH FLOW FROM OPERATING ACTIVITIES		
Net income	338.6	333.1
Adjustments to reconcile net income to net cash provided by operating activities:		
Depreciation and amortization	50.8	49.0
Provision for losses on swap and forward contracts	23.8	(7.9)
Provision for tax, civil and labor contingencies	(5.0)	(1.4)
Interest and inflation adjustment of escrow deposits	(11.9)	(10.1)
Income tax and social contribution	170.6	173.9
(Gain) Loss on sale on property, plant and equipment and intangible assets	5.2	11.5
Interest and exchange rate change on borrowings and financing and other liabilities	14.1	(1.0)
Stock options plans expenses	5.6	3.8
Provision for discount on assignment of ICMS credits	0.1	0.5
Allowance for doubtful accounts	(1.1)	2.8
Allowance for inventory losses	27.1	(27.8)
Provision for healthcare plan	1.8	6.7
Recognition of tax credits related to lawsuit	(16.9)	-
	602.9	533.0
INCREASE / DECREASE IN ASSETS AND IN LIABILITIES		
Trade accounts receivable	134.1	13.0
Inventories	(130.9)	(3.7)
Recoverable taxes	(33.9)	(4.1)
Other assets	(31.5)	2.2
Domestic and foreign suppliers	(51.3)	4.8
Payroll, profit sharing and related taxes, net	(8.5)	(3.7)
Taxes payable	27.6	2.4
Other payables	(7.7)	8.8
Provision for tax, civil and labor contingencies	(1.1)	(2.3)
Subtotal	(103.1)	17.4
OTHER CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES		
	499.9	550.3
Payments of income tax and social contribution	(178.7)	(79.3)
Payments of derivatives	(6.9)	1.4
Payment of interest on borrowings and financing	(29.0)	(19.2)
NET CASH PROVIDED BY OPERATING ACTIVITIES	285.2	453.2
CASH FLOW FROM INVESTING ACTIVITIES		
Acquisition of property, plant and equipment and intangible assets	(100.7)	(63.0)
Proceeds from sale of property, plant and equipment and intangible assets	2.6	2.1
Escrow deposits	(31.0)	(36.4)
NET CASH USED IN INVESTING ACTIVITIES	(129.1)	(97.3)
CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES		
Payments of borrowings and financing - principal	(106.0)	(546.0)
Proceeds from borrowings and financing	432.9	497.6
Payment of dividends and interest on capital	(430.1)	(357.6)
Capital increase through subscription of shares	8.9	5.5
NET CASH PROVIDED BY (USED IN) FINANCING ACTIVITIES	(94.3)	(400.5)
Gains (losses) on translation of foreign-currency cash and cash equivalents	0.3	0.3
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS	62.2	(44.3)

EBITDA is not used in the accounting practices adopted in Brazil, and thus it does not represent the cash flow for the periods. It should also not be considered an alternative to net income as an indicator of operating performance or as an alternative to cash flow as an indicator of liquidity. EBITDA does not have a standardized meaning and its definition by the company may not be comparable to the Brazilian LAJIDA or to EBITDA as defined by other companies. Although, according to the accounting practices adopted in Brazil, EBTIDA does not provide a measure of cash flow, the Management utilizes it to measure the Company's operating performance. Furthermore, we understand that certain investors and financial analysts utilize EBITDA as an indicator of the operating performance and/or cash flow of companies.

This report contains forward-looking statements. This information represents not only historical facts, but also reflects the wishes and expectations of Natura's management. The words "anticipate," "wish," "expect," "forecast," "intend," "plan," "predict," "project," "aim" and similar terms identify statements that necessarily involve known and unknown risks. Known risks include uncertainties that are not limited to the impact of price and product competition, product acceptance in the market, product transitions of the Company and its competitors, regulatory approval, currencies, currency fluctuation, supply and production difficulties and changes in product sales, among other risks. This report also contains "pro forma" information prepared by the Company to be used exclusively for information and reference purposes, since it is not audited. This report is current up to the present date and Natura does not undertake to update it in the event of new information and/or future events.
